



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**A MATERNAGEM NOS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO E OS
LIMITES DO ATIVISMO FEMINISTA TRANSNACIONAL (1970-2000)**

JUDDY GARCEZ MORON

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPG RI)**

**A MATERNAGEM NOS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO E OS
LIMITES DO ATIVISMO FEMINISTA TRANSNACIONAL (1970-2000)**

JUDDY GARCEZ MORON

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dr. Ana Carolina Teixeira Delgado

Foz do Iguaçu
2022

JUDDY GARCEZ MORON

**OS CLUBES DE MÃES DA ZONA SUL DE SÃO PAULO E OS LIMITES DO ATIVISMO
FEMINISTA TRANSNACIONAL (1970-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr. Ana Carolina Teixeira Delgado
UNILA

Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
UNILA

Prof. Dr. Lara Martim Rodrigues Selis
UFU

Foz do Iguaçu, 15 de fevereiro de 2022.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

M868

Moron, Juddy Garcez.

A maternagem nos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo / Juddy Garcez Moron. - Foz do Iguaçu-PR, 2022.

166 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu-PR, 2022.

Orientador: Ana Carolina Teixeira Delgado.

1. Maternidade. 2. Maternagem. 3. Feminismo - Transnacionalidade. 4. Clubes de Mães - São Paulo. I. Delgado, Ana Carolina Teixeira. II. Título.

CDU 327:305-055.34

"Acho que a gente sempre precisa de apoio, sabe? A gente sozinha, não vive. Acho que se a gente for viver sozinha, a gente morre. A gente só consegue viver, quando a gente vive, assim, em grupo, com companheiros, com amizades. Sei lá. Quando a gente tá junto. Quando a gente se isola, a gente morre. Acho que a gente sempre precisa de apoio. Em qualquer momento. Eu acho que se eu não tivesse continuado com a participação... aí eu me pergunto: 'Será que o pessoal ainda tava aqui?'"

- Entrevista com Ana Dias feita por Oiram (de I a XV). Transcrição, análise e revisão de registro em gravação: Haydée. Fundo Clubes de Mães da Zona Sul, CEDEM-UNESP.

*A todas aquelas que, de um modo ou de outro, estão presentes comigo
nesta pesquisa. As que vieram antes de mim, as que estão aqui e
agora e as que virão. Juntas somos imbatíveis.*

AGRADECIMENTOS

De todas as seções desta pesquisa, esta seção é possivelmente a que mais me farei presente pois, como Graciliano Ramos, comovo-me em excesso, por natureza e por ofício. Assim, começarei agradecendo a minha família, sem a qual este trabalho não existiria. Foi o apoio, o amor e a dedicação de vocês que me trouxeram aqui. Mãe Carla, obrigada por ser a mulher mais incrível do meu mundo. Vô Maria, eu não seria quem sou se não fosse o seu amor e devoção. Vô Dito, o fruto entre as mulheres intensas lá de casa, e a minha fonte de serenidade. Tia Lilian, minha madrinha e parceira de leitura e invenções malucas. Tia Rosângela, minha madrinha e irmã de aventuras únicas... Obrigada por tudo o que fizeram e fazem por mim. Não acredito que existam palavras suficientes para expressar a minha gratidão, então as guardarei para quando estivermos juntos, tomando café na cozinha.

Outro grupo, profundamente heterogêneo, ao qual preciso agradecer, é o das minhas amigas. Dividindo a mesma importância, gostaria de dizer um muitíssimo obrigada a Anne, que é luz e força desde a primeira vez em que nos encontramos na rodoviária de Franca; a Ana Júlia, que eu conheci pelo fortuito dos acasos e que é um pacote de amor; a Juliana, que além de parceira de profissão é uma mulher incrível e amorosa; a Lígia, que veio para mim como um presente do mestrado e que me inspira todos os dias; a Mariana, que mesmo sem estar envolvida neste mundo insano da academia aguenta as minhas palestras e explicações há tantos anos; e a Nathalia, que entrou em minha vida como uma doce conhecida, e que hoje é uma das mulheres que mais admiro.

Aos amigos, ainda, quero dedicar um outro espaço de gratidão. Obrigada por serem quem são e me apoiarem. Ao Alexandre, que aguenta as minhas loucuras e discussões teóricas; ao Gabriel, um desenhista exímio, cinéfilo compulsivo e acompanhante de cinema; ao João, que me lembra todos os dias a importância do rigor metodológico, e que insiste em se enfiar em todos os espaços acadêmicos possíveis, assim como eu; ao Marcus, que mesmo distante fisicamente é uma das maiores referências acadêmicas na minha vida; ao Nickolas, outro presente da UNILA, um ser dotado de empatia e clareza; ao Tadeu, minha válvula de escape psico-política, que consegue segurar um diálogo leve mesmo quando falamos sobre coisas pesadas; e ao Will, meu parceiro de artigos e saídas, você é um dos responsáveis pelo meu desejo de continuar na Academia.

Não menos importante, deixo aqui o meu profundo agradecimento a minha orientadora, Ana Carolina. Você me guiou nestes últimos anos, mas fez muito mais do que isso. Sua companhia nas aulas, no estágio docente e a sua capacidade de me permitir ser livre

em minhas criações me tornou uma acadêmica, e uma mulher, muito melhor. Aos meus professores queridos, um muito obrigada. A todos aqueles que despertaram meu amor sobre História, Política e Sociologia nas educações fundamental e média. A Letícia, Camila e Fred, cuja presença na graduação me ajudou a entender que há muito mais em RI do que aquilo que nos é vendido. Ao Lucas, obrigada por ser a pessoa por trás de tudo que estava dando certo sem que ninguém visse e por ter me acolhido neste programa incrível que é o PPGRI UNILA. Manu, my dear teacher, thank you for being my friend. You represent the true meaning of being a teacher, and I am inspired to follow your steps.

Agradeço aqui, também, a todas e todos aqueles que auxiliaram a minha caminhada neste mestrado e que tornara possível a realização desta pesquisa. Amélinha Teles, Dona Odete e Dona Cida, agradeço as senhoras pelas entrevistas concedidas e, acima de tudo, por terem confiado em mim para compartilhar seus relatos e experiências; Pablo Pamplona e Carlos Diniz, agradeço a vocês por terem me ajudado a compreender o universo dos Clubes de Mães e por me auxiliarem com os contatos certos; a Moema Viezzer, que não somente abriu os caminhos para os estudos sobre os Clubes, mas também participou da minha própria empreitada de pesquisa; a Renata Cotrim e ao CEDEM-UNESP, obrigada por me acolherem tão bem e me permitirem acessar os tesouros documentais que vocês mantêm tão bem; as meninas do NEFRI, meu lar há, pelo menos, dois anos e com quem divido um voluntariado feminista lindíssimo; e a Juliana Márcia, colega de pesquisa, referência em estudos feministas sobre maternidade e maternagem e responsável por me apresentar novos caminhos neste mundo tão vasto que é este ramo.

Por fim, agradeço a todas as mulheres aqui presentes. As pesquisadoras que abriram caminhos antes inimagináveis; aquelas bruxas que foram para a fogueira, física, metafórica e acadêmica; aquelas que conquistaram todos os espaços que me permitiram estar aqui, hoje, escrevendo uma pesquisa sobre mulheres e para mulheres. Sem vocês nenhuma de nós existiria.

RESUMO

Considerando que tanto a disciplina de Relações Internacionais quanto o internacional marginalizam as mulheres, em especial as mulheres que são mães, a pesquisa é guiada por dois questionamentos: como a atuação das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul paulistana impõe desafios ao feminismo transnacional? Como a atuação destas mães desvela os limites do internacional? A partir disto, o principal objetivo desta pesquisa é analisar como a atuação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo revela os limites do ativismo feminista transnacional ao configurar uma formação grupal de mães que militam em prol do atendimento de suas demandas, sejam essas reivindicações quais forem. Pretendo também investigar como a desvinculação das questões da maternidade do feminismo transnacional também é plasmada no internacional, onde é igualmente relegado as mães um lugar marginal. Já no que diz respeito aos objetivos específicos, nesta pesquisa buscarei compreender a formação dos Clubes; investigar as demandas e as vivências destas mulheres e entender como se deu a operacionalização da maternagem em suas lutas políticas. Também como objetivo específico investigar as formas como o internacional empurra as mães para as margens, seja em suas discussões teóricas na disciplina de RI, seja no próprio etéreo ser que permeia as relações cotidianas entre pessoas, países e organizações. A base teórica adotada nesta pesquisa é a do feminismo matricêntrico, que tem como foco principal as mulheres mães e considera assuntos relativos tanto a maternidade quanto a maternagem. A utilização da ideia de maternagem ocorre, principalmente, devido ao seu caráter potencialmente empoderador para as mulheres em contrapartida a maternidade praticada com base nas definições patriarcais. Partindo do pressuposto de que o estudo de caso é o que dará as bases da minha perspectiva epistemológica, usarei a análise de discurso, a análise documental e entrevistas como as principais técnicas metodológicas nesta pesquisa.

Palavras-chave: Maternidade. Maternagem. Ativismo Feminista Transnacional. Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.

ABSTRACT

Considering that both the International and International Relations disciplines marginalize women, especially women who are mothers, the research is guided by two questions: how does the role of women from the Mothers' Clubs in the South Zone of São Paulo pose challenges to transnational feminism? How do these mothers' actions reveal the limits of the international? From this, the main objective of this research is to analyze how the performance of the Mothers' Clubs in the South Zone of São Paulo reveals the limits of transnational feminist activism by configuring a group formation of mothers who militate in favor of meeting their demands, whether these claims whatever. I also intend to investigate how the disconnection of maternity issues from transnational feminism is also shaped in the international arena, where mothers are equally relegated to a marginal place. As for the specific objectives, in this research I will seek to understand the formation of the Clubs; investigate the demands and experiences of these women and understand how motherhood was made operational in their political struggles. Also as a specific objective to investigate the ways in which the international pushes mothers to the margins, whether in their theoretical discussions in the IR discipline, or in the very ethereal being that permeates everyday relationships between people, countries and organizations. The theoretical basis adopted in this research is that of matricentric feminism, which focuses mainly on women mothers and considers issues related to both motherhood and motherhood. The use of the idea of motherhood occurs mainly due to its potentially empowering character for women, in contrast to motherhood practiced based on patriarchal definitions. Assuming that the case study is what will provide the basis for my epistemological perspective, I will use discourse analysis, document analysis and interviews as the main methodological techniques in this research.

Key words: Maternity. Motherhood. Transnational Feminist Activism. Mothers' Clubs in the South Zone of São Paulo.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – O ano internacional da mulher (sem data).....	92
Figura 2 – As Conclusões do Congresso – Manifesto Síntese (sem data).....	93
Figura 3 – O que as mulheres fazem nos clubes (sem data).....	111
Figura 4 – Pauta do dia (sem data).....	114
Figura 5 – O Ano Internacional da Mulher (sem data).....	116
Figura 6 – O que as mulheres fazem nos Clubes de Mães (1979).....	117
Figura 7 – Discussões dos Clubes de Mães (1979).....	117
Figura 8 – Movimento do Custo de Vida (sem data).....	120
Figura 9 – Movimento do Custo de Vida: Rodapé (1978).....	121
Figura 10 – Panfleto – Movimento do Custo de Vida: Abaixo a Carestia (sem data).....	123
Figura 11 – Quem cuida dos filhos das trabalhadoras? Setor Interlagos (sem data).....	127
Figura 12 – Carta ao Político Oswaldo Oliveira Duarte (1982).....	131
Quadro 1 – Redes Feministas Transnacionais (divisão por área temática).....	79
Quadro 2 – Convenções e conferências internacionais que abarcam maternidade.....	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAW	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
CEDEM	Centro de memória e documentação (vinculado a UNESP)
CIPD	Convenção Internacional sobre População e Desenvolvimento
DEVAW	Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres
DH	Direitos Humanos
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
MCV	Movimento do Custo de Vida
MCC	Movimento Contra a Carestia
NMS	Novos Movimentos Sociais
OING	Organização Internacional Não-Governamental
ONG	Organização Não-Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
RFT	Redes Feministas Transnacionais
RI	Relações Internacionais
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. Capítulo 1: As Relações Internacionais e a Questão da Maternidade.....	28
1.1. Mapeamento do campo de Relações Internacionais.....	28
1.2. Teorias feministas internacionais.....	37
1.3. Maternidade: instituição e experiência.....	48
2. Capítulo 2: Feminismos e Movimentos Transnacionais.....	59
2.1. Os movimentos sociais no cenário internacional.....	59
2.2. Os movimentos feministas: histórico e considerações.....	67
2.3. Ativismo feminista transnacional.....	74
2.4. A questão da maternidade na esfera internacional.....	82
2.4.1. A maternidade nos tratados e conferências internacionais.....	84
2.4.2. Direitos Humanos e maternidade.....	90
3. Capítulo 3: Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.....	97
3.1. Contextualização histórica.....	97
3.2. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.....	106
3.2.1. O surgimento.....	107
3.2.2. As mulheres, as lutas.....	112
3.3. O Movimento do Custo de Vida (MCV).....	118
3.4. O Movimento de Luta por Creches.....	125
3.5. A maternagem nos Clubes.....	133
4. Considerações Finais.....	139
5. Referências.....	145
6. Anexos.....	161

Introdução

Os estudos feministas de forma mais ampla abrangem múltiplos campos do saber e da ação. Na área de Relações Internacionais (RI) podem ser vistos como relativamente recentes, sendo vislumbrado o seu surgimento basicamente a partir da década de oitenta. Há variados feminismos, com diferentes pontos de intersecção e distinção entre eles. (TICKNER, 2001; MONTE, 2013; RUNYAN; PETERSON, 2014) Nesta pesquisa, como ficará evidente mais adiante, faço um percurso pelos feminismos internacionais, utilizando-me principalmente da literatura já disposta na disciplina, mas não me limitando a ela e, portanto, trazendo como cerne da discussão uma teoria pouco debatida em RI: o feminismo matricêntrico, desenvolvido pela pesquisadora Andrea O'Reilly (2016).

Início meu argumento com a reflexão de Cynthia Enloe (2004, p.3) “Eu comecei a pensar que nos fazer ‘não curiosos’ e manter-nos assim deve servir ao propósito político de alguém. (...) O que é distinto no desenvolvimento de uma curiosidade feminista? Um dos pontos de partida do feminismo é levar a vida das mulheres a sério”. Pensando na curiosidade feminista proposta por Enloe (2004), comecei a questionar a ausência de certos grupos dos debates feministas dentro das Relações Internacionais. Investigando brevemente, observei que as mães são comumente excluídas dessas discussões. A pergunta “onde estão as mães nas Relações Internacionais?” feita por uma amiga quando levantei essa questão em uma conversa, fez com que eu passasse a fazer exatamente esse questionamento, o que suscitou em mim o desejo de investigá-lo nesse estudo.

De maneira a esclarecer um dos conceitos que marcam profundamente essa pesquisa, apoio-me na definição de Sara Ruddick (1995, p. 97): “Para mim, o termo ‘mãe’ designa uma categoria social. Mães são pessoas que assumem responsabilidade pelo cuidado infantil e fazem desse trabalho parte regular e substancial de suas vidas trabalhistas.” Contudo, expandindo um pouco mais a abordagem de Ruddick, que por vezes é criticada por reduzir o conceito de maternidade a uma simples relação de trabalho, olho para uma conceituação mais profunda, que é a da “maternagem”.

Para Rich (1995) e O'Reilly (2014), o termo ‘maternidade’ diz respeito a uma instituição patriarcal, onde a prática materna é definida e controlada por homens, servindo para reproduzir a opressão contra as mulheres. Já a palavra ‘maternagem’ refere-se às experiências exclusivamente femininas neste contexto. Isto é, no âmbito da maternagem as

práticas maternas são definidas e centradas nas experiências das mulheres mães e se pautam em uma tomada de agência, possuindo potencial empoderador para estas mulheres. A noção de maternagem também parte do reconhecimento de que as experiências e as práticas maternas não são estáticas, sendo flexíveis e fluídas de acordo com as variações geográficas, temporais, de classe, sociais, culturais, políticas, econômicas etc., uma vez que a identidade “mãe” consiste em uma categoria social. É importante ressaltar, ainda, que, embora ao longo do texto eu utilize o termo ‘maternidade’, o faço pois parte da literatura que adoto utiliza esta palavra especificamente. Ainda assim, entendo-o de maneira crítica (o que é melhor trabalhado nos capítulos um e três dessa dissertação).

Buscando seguir com esse olhar feminista, e pensando nas temáticas concernentes às mães, optei por utilizar o estudo de caso como base da minha perspectiva epistemológica. Conforme apontado por Klotz (2008, p.57), “a seleção apropriada do caso depende primeiro e principalmente da ontologia, porque qualquer pesquisa se baseia em conceitos-chave”. Portanto, partindo do reconhecimento de que nas pesquisas feministas a ontologia, a epistemologia e os métodos fazem parte de um todo que está em consonância com a práxis feminista, o caso analisado, aqui entendido como um só apesar da multiplicidade de clubes, foi escolhido com base nos (1) contextos temporal, histórico, social e territorial nos quais está inserido, isto é, um momento de grande efervescência política no Brasil; (2) na relevância que o caso tem nas práticas e na literatura dos movimentos sociais no contexto brasileiro, ainda que essas mães sofram certo apagamento histórico; (3) no fato de que o grupo é formado por mulheres que partilham uma vivência em comum, a maternidade, que ainda é uma experiência muito pouco discutida tanto na disciplina quanto dentro dos movimentos. Neste ponto é importante que, embora eu trate aqui dos Clubes de Mães como uma entidade única, um todo homogêneo, estes grupos variam enormemente e estou adotando esta abordagem somente para fins explicativos. No terceiro capítulo desta pesquisa discuto mais sobre este tema.

Antes de iniciar as explicações sobre o delineamento da pesquisa, acredito que este seja o momento de evidenciar o porquê da escolha deste grupo de mulheres como assunto da minha pesquisa e qual é a importância que elas possuem. Começo por dizer que, antes de mesmo de imaginar o meu ingresso no mestrado, tão logo tive contato com as abordagens feministas em Relações Internacionais, desejei fazer uma pesquisa sobre assuntos relacionados a gênero.

Uma das primeiras ideias que tive durante a produção do meu trabalho de conclusão de curso foi a pesquisar o tráfico internacional de mulheres, um assunto tão falado nos meios feministas mas pouco problematizado de forma mais profunda no *mainstream* internacional. Contudo, na época tal pesquisa não era viável e acabei por estudar outro assunto. Tendo finalizado a graduação e ampliado o meu interesse acadêmico ainda mais, decidi procurar um programa de mestrado. O que me levou, conseqüentemente, a elaboração de um projeto. É exatamente nesse ponto que fiz a escolha de estudar sobre os Clubes de Mães, ainda sem saber ao certo que era especificamente com elas que eu desejava dialogar.

Seguindo com o meu programa de abordagem feminista e pensando no movimento de mulheres brasileiras e na parca importância que temos no cenário internacional – tanto na disciplina quanto no plano material – decidi que o assunto do qual eu trataria era, certamente, um dos inúmeros grupos de mulheres do Brasil. Em uma breve pesquisa acerca do tema, encontrei um documento, uma lista com algumas associações participantes do 3º Congresso da Mulher Paulista. Nesta lista, referente a zona leste, estava presente um grupo que me chamou a atenção: o Clube de Mães da Favela São Domingos (ANEXO 1). Sem saber o que era esse grupo ou mesmo quais atividades eram feitas ali, decidi pesquisar um pouco mais sobre essas mulheres. Nesta pesquisa, deparei-me com os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo que, conforme mostro a seguir, foram alguns dos primeiros grupos de mulheres mães a se juntarem para debater uma série de assuntos: costura, crianças e política.

Voltando para as questões mais práticas, contrariamente ao modelo positivista não busco fazer asserções gerais ou criar uma correlação causal a partir do caso analisado nesta pesquisa. Pretendo, antes, entender como os Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo colocam à prova uma ideia, advinda de um senso comum que está presente na literatura de RI, de que o feminismo e o ativismo feminista transnacional são fenômenos unos e que, por conseguinte, expressariam as demandas e questões das mulheres independente das múltiplas diversidades que nós possuímos.

Neste trabalho analiso, então, um caso referente a ação de grupos de mães no Brasil. A pesquisa é norteada com base em dois questionamentos: **Como a atuação das Mães da Zona Sul de São Paulo impõe desafios ao feminismo transnacional? Como a atuação destas mães desvela os limites do internacional?** Para responder a essas perguntas é preciso considerar que a **desvinculação das questões da maternidade do feminismo**, em um primeiro momento, impôs limites ao próprio feminismo transnacional e a sua articulação com

as Mães da Zona Sul de São Paulo. O obscurecimento da maternidade do feminismo e o caráter puramente doméstico atribuído ao tema do bem-estar social acabou por silenciar sua atuação e implicou no seu quase esquecimento na sociedade.

Neste ponto é preciso que eu informe a quem lê este texto que, inicialmente, eu havia trabalhado com duas “hipóteses”. No entanto, conforme a pesquisa foi sendo desenvolvida e apresentada em diferentes centros, constatei que, na verdade, este estudo não precisa, necessariamente, contar com hipóteses, mas antes com “guias”, que vão desde questionamentos até a observações como as que serão feita a seguir. Como apontado por Ackerly (2008, p.28)

Feministas compartilham simpatias críticas com pós-estruturais, pós-coloniais, e estudiosos críticos e com os movimentos sociais, particularmente com movimentos de mulheres, locais e globais. Entre estes, feministas fazem pesquisas feministas particularmente bem porque (e quando) estão atentas a: (1) poder em todas as suas formas visíveis e invisíveis, (2) limites e seus potenciais para exclusão, marginalização e inclusão incompleta ou superficial, (3) relações de poder e obrigação (entre pessoas em diferentes partes da economia global, entre homens e mulheres, pais e crianças, pesquisadores e sujeito de pesquisa, leitor e público), e (4) o papel da humildade autorreflexiva em manter a atenção com essas preocupações.

Isto posto, a partir da observação do caso, notei inicialmente que **a atuação desse grupo de mulheres escancara os limites do ativismo feminista transnacional ao colocar em prática uma ação pensada e formada por e para mães**, colocando, assim, em xeque a ideia de um feminismo transnacional uno, *que em boa parte desconsidera questões concernentes a maternidade e as demandas específicas dessas mulheres* que, apesar de fazerem parte de um grupo heterogêneo, relacionam-se através de uma situação comum. Um segundo ponto para o qual me atentei foi o fato de **que a desvinculação da maternidade do feminismo transnacional, principalmente em um primeiro momento (a entender-se os anos 1970), também se manifesta e segue sendo apresentada no internacional, tendo em vista que este espaço também confere um lugar marginal as mulheres, e em especial as mulheres mães, implicando em uma exclusão minimamente dupla.**

Pensando nestas questões, o recorte temporal desta pesquisa se dá no período do surgimento do grupo, fator que foi também definidor para a escolha do caso. A década de 1970, que pode ser entendida como o ponto de partida das minhas análises, foi marcada por um período ditatorial no Brasil e por movimentos de lutas sociais. É importante destacar aqui, contudo, que o movimento de mães não nasce como uma forma de oposição ao governo

ditatorial, ao menos não a priori. Ele surge através de questionamentos acerca dos baixos salários, do custo de vida e da falta de creches. Assim, embora ele acabe por se caracterizar como um movimento de resistência com o tempo, seu foco principal não é esse.

A partir disto, o objetivo geral desta pesquisa é o de analisar como a atuação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo revela os limites do ativismo feminista transnacional ao configurar uma formação grupal de mães que militam em prol do atendimento de suas demandas, sejam essas reivindicações quais forem. Investigo, também, como a desvinculação das questões da maternidade do feminismo transnacional também é plasmada no internacional, espaço onde as mães estão situadas nas margens e barreiras internacionais.

Já no que tange aos objetivos específicos, nesta pesquisa busco compreender a formação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo; investigar as demandas e as vivências destas mulheres e compreender como se deu a operacionalização da maternagem em suas lutas políticas. Também tenho como objetivo entender as formas como o internacional empurra as mães para as margens, seja em suas discussões teóricas na disciplina de Relações Internacionais, seja no próprio etéreo ser que permeia as relações cotidianas entre pessoas, países e organizações.

É válido ressaltar, novamente, que não busco fazer asserções gerais ou teorizações sobre como todos os grupos de mulheres que são mães atuam. Procuo, antes de mais nada, fornecer um olhar crítico sobre as limitações do ativismo transnacional feminista que são desveladas a partir da atuação do grupo aqui analisado, e acerca de uma possível permeabilidade do internacional com relação a questões concernentes a maternidade, marginalizando-as assim como outros planos de existência social. Com isso, pretendo oferecer material suficiente para fomentar certos questionamentos nas práticas feministas que não consideram as mães como parte do coletivo e que relegam suas necessidades e suas ações para um plano que muitas vezes sequer existe, deixando essas mulheres em um não-lugar ou então em outro meio de movimentação político-social que não o feminismo.

Mas, afinal, o que e a quem pretendo desafiar ao produzir esta pesquisa? Como ficará evidente ao longo do texto, muitas são as respostas a este questionamento: pretendo dialogar de forma aberta, e crítica em muitos momentos, com as literaturas de Relações Internacionais, do feminismo em RI, dos movimentos sociais e mesmo da maternagem; com os grupos ativistas feministas transnacionais; e com as feministas, dentro e fora da área de RI. Portanto,

é imprescindível que eu comente, agora, ainda que brevemente, acerca dos feminismos em RI de forma mais geral, buscando compreender o argumento comum a todas estas visões. Nas abordagens feministas, o gênero é visto como uma categoria de análise socialmente construída e mutável. Entende-se que a desigualdade de gênero e outras relações sociais de dominação e subordinação são algumas das bases que fundamentam a construção dos Estados, assim como o reconhecimento público que eles possuem, suas relações securitárias e a economia global. (PETERSON, 2014) Para além do Estado, as ontologias feministas no geral, baseiam-se na análise das relações sociais e na compreensão das mesmas como sendo constituídas por estruturas políticas, econômicas e sociais historicamente desiguais e genderizadas. (TICKNER, 2005)

Ainda para Ticker (2006), as teóricas feministas, bem como os estudiosos de outras abordagens críticas nas Relações Internacionais, confrontaram os fundamentos científicos sociais dessa área ao enxergarem a teoria como sendo constitutiva da realidade, onde as ideias ajudam a moldar o mundo. Zalewski (1996) acrescenta, ainda, que não se trata somente da teoria, mas do próprio teorizar. Isto é, um fazer teórico que está intimamente relacionado ao cotidiano, conectado com as “RIs do dia a dia”, noção esta que é um legado muito forte do feminismo em especial (ENLOE, 2000). “A maioria das pesquisas empíricas, que decolou em meados da década de 90, não seguiu o caminho científico social - formular hipóteses e fornecer evidências que pode ser usado para testá-los, falsificá-los ou validá-los.” (TICKNER, 2006, p.19)¹

A fim de definir alguns conceitos de extrema importância para a produção desta pesquisa, pauto-me nas considerações de Ackerly, Stern e True (2006) sobre epistemologia, ontologia, método e metodologia. Segundo as autoras, epistemologia refere-se à compreensão do conhecimento, de como atingir o saber e relaciona-se principalmente com a formação da pergunta de pesquisa. Já ontologia significa percepção do mundo, isto é, em termos da pesquisa, seriam as unidades de análise consideradas relevantes (a exemplo dos indivíduos, gêneros, Estados, grupos atuantes). As ferramentas de pesquisa ou análise adotadas, a exemplo da análise de discurso e da história oral, são vistas como método. Por fim, aquilo que é chamado de metodologia ou método teórico refere-se ao processo intelectual no qual as reflexões acerca da interação entre os conceitos acima abordados, ou seja, uma espécie de

¹ Esta e outras traduções foram feitas por mim, a autora.

guia para as ponderações acerca dos pressupostos epistemológicos, a perspectiva ontológica e a escolha dos métodos. (ACKERLY; STERN & TRUE, 2006)

Reforçando a ideia de que os estudos feministas nas Relações Internacionais possuem bases incomuns ao *mainstream* da área, Tickner (2005) aponta que muitas estudiosas destas correntes preferem o uso do termo “perspectiva epistemológica”, e não metodologia, para “indicar os objetivos de pesquisa e a orientação de um projeto em andamento, cujo objetivo é desafiar e repensar o que queremos dizer com ‘conhecimento’.”. (TICKNER, 2005, p.4) É importante ressaltar, ainda, que foram desenvolvidas formas distintas de incorporação da reflexão ontológica e epistemológica nas escolhas metodológicas, sendo os métodos utilizados consoantes com essas abordagens. (ACKERLY; STERN & TRUE, 2006)

As perspectivas metodológicas adotadas em pesquisas feministas pautam-se em quatro orientações principais: extensa preocupação com as perguntas e os motivos delas estarem sendo feitas; cuidado com a utilidade da pesquisa para as mulheres (e homens), bem como dedicação para que o trabalho seja menos tendencioso e mais universal que uma pesquisa convencional; ter como centro da pesquisa a reflexividade e a subjetividade do pesquisador; e, por fim, ser comprometida com a produção do conhecimento como forma de emancipação. (TICKNER, 2005)

Indo além da preocupação clássica de King, Keohane e Verba (1994) no livro *Designing Social Inquiry*, obra na qual eles argumentam que o critério mais básico para se estabelecer uma pergunta de pesquisa relevante é a “importância” que ela terá no mundo real (sua consequência para as vidas políticas, sociais e/ou econômicas), as abordagens feministas consideram a possibilidade de emancipação das mulheres, principalmente, mas também de pessoas de outros gêneros, através da produção do conhecimento, e as possibilidades desse conhecimento ser útil, em sua forma prática, para a vida destas pessoas. Neste sentido, importante reforço é feito por Zalewski (1996, p.352, ênfase no original) “A política internacional é *o que nós fazemos* que seja, o conteúdo do que é ‘o que’ e do grupo que é ‘nós’ são questões de importância teórica vital, e portanto, política.”

Para Hansen (2006, p.8), “Decidir o escopo e as questões de pesquisa está no centro da construção de uma agenda de pesquisa, mas o delineamento de quais perguntas podem e devem ser feitas está entrelaçado com questões de epistemologia.” Considerando, portanto, que a perspectiva epistemológica do presente trabalho é a feminista, os métodos aqui adotados

foram escolhidos com base no meu desejo de cumprir com os principais objetivos de um estudo feminista.

Para além do comprometimento com os métodos tradicionais de pesquisa em Relações Internacionais, nas análises feministas “Muitas descrevem suas pesquisas como uma jornada, ou uma escavação arqueológica, que se baseia em diferentes métodos ou ferramentas apropriadas aos objetivos da tarefa em questão ou às perguntas feitas (...)” (TICKNER, 2006, p.21) Ideia semelhante é debatido por Adrienne Rich, uma das principais expoentes dos estudos acerca da maternidade e da maternagem. Em uma de suas mais famosas obras, Rich (1995, p.x) afirma que “Of Woman Born² foi elogiado e criticado pelo que às vezes era visto como sua abordagem estranha: testemunho pessoal misturado com pesquisa e teoria derivada de ambos.”.

Ainda no que tange os modelos “tradicionais” de pesquisa em Relações Internacionais, as estudiosas feministas questionam as análises estatísticas que, em sua maioria, não consideram as especificidades dos grupos e/ou indivíduos estudados. Segundo Tickner (2006), a rejeição que as feministas têm com relação a análises estatísticas advém, principalmente, do fato de que as perguntas feitas por nós dificilmente podem ser respondidas com base nessas classificações padrões contidas nos dados. Outro ponto levantado pela autora é o apagamento das relações de poder, consideradas extremamente importantes, que muitos desses dados causam.

Entretanto, rejeitar meios comuns de coleta e análise de dados não significa que as teóricas feministas não operacionalizam dados que são coletados e/ou explorados para além do tradicional: são essas informações sobre desigualdade de gênero e outras temáticas relacionadas às diferenciações de gênero que fornecem as bases e os esforços para que os Estados e as organizações internacionais sejam pressionadas para considerar tais questões. “Eles também fornecem evidências de movimentos transnacionais que fazem lobby para a melhoria dos direitos humanos.” (TICKNER, 2006, p.40)

Neste sentido, gostaria de ressaltar um ponto que considero essencial e que acredito já ser percebido por quem lê este texto: o da escrita. Inspirada por autoras como Adrienne Rich (1995) e outras autoras feministas a exemplo de Cynthia Enloe (1999, 2004), Christine Sylvester (1997) e tantas outras que abriram espaço para os feminismos (internacionais ou não), ressalto aqui o meu compromisso com uma escrita em primeira pessoa. Embora

² Aqui a autora refere-se ao seu livro “Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution” (1995), que será debatido ao longo do primeiro capítulo desta pesquisa.

estudiosas/os feministas, pós-modernas e pós-coloniais já estejam inseridas/os na vanguarda desta abordagem (MOULIN, 2016), o estilo de escrita que ainda perdura é um que se pretende ser, supostamente, objetivo e neutro, mas que, na verdade, é normativo e altamente político. (DOTY, 2004)³

Considerando que o meu programa de pesquisa é feminista – e que está inserido em um contexto profundamente reflexivista – trago para dentro do texto a minha presença enquanto pesquisadora. Como bem coloca Doty (2004), enquanto escritoras acadêmicas nós não transparecemos nas páginas. Dauphinee (2010) vai mais a fundo nesta questão, e por meio de um processo tanto de autocrítica quanto de análise disciplinar, pontua que em RI a escrita é limitada e embrutecedora. Ela força a pesquisadora a ficar distante de seu assunto de pesquisa e nossas conexões com outros seres humanos ficam invisibilizadas. A nossa escrita é distante, e nossa identidade é definida com base na ausência de vozes. Para Doty (2004), é preciso observamos a voz, isto é, a nossa presença na escrita. “Voz é quem somos na página e quem somos em relação ao que ou a quem escrevemos sobre. [...]. Nossas vozes, então, podem nos posicionar como parte da humanidade sobre a qual escrevemos ou como separados e friamente distantes.” (DOTY, 2004, p.382).

Dessa forma, escrevo em primeira pessoa para me aproximar ainda mais de meu assunto de pesquisa e deixar explícito tudo aquilo que é passível de sê-lo: as escolhas metodológicas, teóricas e epistemológicas e as razões que as guiam e coordenam. Com esta presença busco me inserir ainda mais nas discussões feministas que compreendem a importância de se reconhecer que partimos sempre de algum lugar muito específico a nós. Ainda com relação ao meu estilo de escrita, sempre que possível utilizarei o gênero feminino nas reflexões e análises aqui feitas. Afinal, falar de linguagem é falar de desejo. E a “escrita contém um desejo inato de acessar esse outro da linguagem.” (DOTY, 2004, p.388) Portanto, pensar mulheres e escrever sobre nós, partindo do pressuposto de que somos “a outra” desta linguagem, é importante, também, para mim e para os caminhos desta pesquisa.

Portanto, para cumprir com esses objetivos aqui propostos e já mencionados anteriormente, faço uso de algumas ferramentas já utilizadas por outras teóricas do feminismo nas Relações Internacionais. Neste ponto é interessante destacar que boa parte dos métodos feministas dessa área advém de estudos feitos em outros campos, a exemplo da História, Sociologia, Filosofia e Antropologia, “disciplinas em que o feminismo teve uma história mais

3 Outras autoras e autores trabalham com a temática da escrita em primeira pessoa, da virada narrativa em RI e da autoetnografia, dentre os quais destaco: Innayatullah (2011) e Oliveira (2020).

longe do que nas RI, uma história que inclui literaturas ricas e diversas sobre questões metodológicas.” (TICKNER, 2006, p.20)

Partindo do pressuposto de que o estudo de caso é o que dará as bases da minha perspectiva epistemológica, utilizo a análise de discurso, a análise documental e entrevistas como os principais métodos nesta pesquisa. Embora eu não adote explicitamente um quarto método nesta pesquisa, enxergo as ferramentas utilizadas como um todo que se informa a partir do método etnográfico arquivístico. Segundo Decker e McKinlay (2020, p.26)

A etnografia arquivística é um trabalho de campo etnográfico no passado, que pode ser vicariamente vivenciada por meio de fontes históricas, especialmente aqueles documentos sociais importantes em imediatismo e uma compreensão holística do arquivo como uma coleção “feita” e “processada” com seus próprios silêncios e volubilidade.

Ainda para os autores, a análise de arquivos por meio de uma abordagem etnográfica é um projeto intelectual e político e busca “dar voz” às pessoas que foram e são constantemente caladas, em especial aquelas que se encontram nas margens e nas periferias, isto é, pessoas que foram excluídas das narrativas históricas. Tal projeto dialoga com a abordagem feminista e, novamente, embora eu não considere esta pesquisa como uma etnografia arquivística, partilho enormemente dos preceitos do método. Em consonância com essa abertura, esta pesquisa também é informada por um outro método: o da curiosidade feminista, ferramenta desenvolvida por Enloe (2004).

Conforme apontado por Aradou e Huysmans (2014), a curiosidade feminista como método não se refere à forma de entrevista ou análise de discurso. “Pelo contrário, trata-se dos efeitos substantivos que o método como ato produz. Os métodos como dispositivos e atos carregam, argumentamos, visões particulares de política e crítica.”. (ARADOU & HUYSMANS, 2014, p. 613) Desta maneira, a escolha dos métodos a serem adotados aqui é, também, um posicionamento meu enquanto pesquisadora que busca utilizá-los para impulsionar a crítica e uma observação mais próxima das múltiplas realidades com as quais trabalharei. A escolha das técnicas analíticas adotadas foi feita durante o processo através do qual desenvolvi a minha pergunta de pesquisa, enquanto pensava na melhor forma de ecoar as vozes destas mulheres que são continuamente silenciadas

No que se refere a análise de discurso, conforme pontuado por Neumann (2008), um discurso mantém certo grau de regularidade nas relações sociais, produzindo, assim, pré-condições para a ação. Entretanto, ele não determina a ação, ainda que restrinja certas bases

sob as quais os mundos são ordenados. Esses resultados, que são produzidos inicialmente, podem ser entendidos como representações. A fim de mapear esses padrões em representações, as análises de discursos analisam enunciados, que podem ser textos ou até os mais diversos sinais (uma pintura, por exemplo) que podem ser entendidos também como textos no sentido mais básico da palavra, uma vez que passam certo significado dentro de um contexto particular. “Quando as pessoas que pronunciam essas apresentações organizam-se, ocupam uma posição no discurso. Como representações, as posições podem ser dominantes ou marginalizadas em vários graus.” (NEUMANN, 2008, p.62)

Segundo Gill (2000), há diferentes formas de analisar um discurso. Ainda assim, o que todas estas perspectivas possuem em comum é a “rejeição de uma noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio natural de reflexão ou descrição do mundo, e a convicção da importância central do discurso na construção da vida social.” (GILL, 2000, p.172) Em outras palavras, o discurso constrói o mundo ao mesmo tempo em que é construído por ele. O discurso é permeado por significados, padrões, relações de dominação e legitimidade, poder, interesses e intenções. Hansen (2006) nos lembra que a dominação discursiva é construída com base no poder intertextual de textos (sejam eles documentos escritos, fotos, pinturas, filmes etc.)

A importância da análise de discurso nesta pesquisa se dá, portanto, nas possibilidades de desvendamento de discursos e práticas que silenciam as mães dentro do ativismo transnacional. Outro suporte que este método fornece para o trabalho é a capacidade que terei, através dele, de analisar como as Mães da Zona Sul de São Paulo construíram suas manifestações orais, materiais e memoriais. Nesta pesquisa os documentos analisados são majoritariamente anotações, atas e documentos diversos utilizados nos debates feitos durante as reuniões dos Clubes, bem como fotografias, panfletos e questionários formulados na época. Como será visto a seguir, entrevistas também figuram como fonte de análise neste estudo.

Profundamente conectado com este método está outro: a análise documental, que pode ser entendida como um processo necessário para o embasamento da minha pesquisa. É dos documentos que podem ser extraídas evidências mais claras. Eles “representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.39)

A análise documental firma forte laços com o método de entrevista, onde, ao unir as percepções retiradas da análise da aplicação dessas ferramentas, é possível formar um entendimento simultaneamente específico e holístico. Segundo Holsti (1969), a técnica de análise documental serve bem em três situações: quando o acesso aos dados é problemático; quando se tenciona corroborar e legitimar as informações conseguidas através de outras técnicas de coleta (a exemplo da entrevista); e quando é de interesse do pesquisador abordar sua problemática a partir das percepções e expressões dos indivíduos. “Enquanto o passado é ontologicamente inacessível, epistemologicamente o arquivo oferece uma janela para os eventos passados.” (DECKER; MCKINLAY, 2020, p.24)

De acordo com Lüdke e André (1986), uma das possíveis críticas que a utilização de documentos suscita é a sua arbitrariedade. Para Decker e McKinlay (2020) há uma problemática: a visão do passado mencionada acima é mediada tanto pelo arquivo quanto pela pesquisadora. Pesquisadoras que utilizam essa técnica são acusadas, por vezes, de escolherem documentos que endossem suas ideias. Entretanto, é “o próprio propósito da análise documental de fazer inferência sobre os valores, os sentimentos, as intenções e a ideologia das fontes ou dos autores dos documentos. Essas escolhas arbitrárias dos autores devem ser consideradas, pois, como um dado a mais na análise.” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.40)

Trazendo o método para dentro da minha pesquisa, examinei os documentos sobre os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo disponíveis no CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP. O Acervo do Clube de Mães da Zona Sul, que foi montado graças a doação de Cecília Hansen em 2005, conta com documentos relacionados ao movimento de mães nas comunidades da periferia. Os documentos presentes nesse acervo, após análise da equipe do CEDEM, foram organizados em seções separadas, a saber: Movimento do Custo de Vida; Movimento de Luta por Creches; Organização e Gestão dos Clubes de Mães; Encontros e Treinamentos; Condição Feminina; e Fotografias. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011). Na própria categorização dos arquivos é possível observar a relevância que essas mulheres possuem para a movimentação social em São Paulo, bem como a pertinência da análise desses documentos para a minha pesquisa.

O último método a ser utilizado, em combinação com as duas outras ferramentas, é a entrevista. Segundo Lima (2016, p.26), “A entrevista é uma conversa que pode ser mais ou menos sistemática, cujo objetivo é obter, recuperar e registrar as experiências de vida guardadas na memória das pessoas.” Assim, a entrevista serve também ao meu propósito de

captar as experiências dessas mulheres mães que lutam e, a partir disso, entender como essas movimentações sociais forçam os limites que o ativismo feminista transnacional possui.

Partindo do entendimento de que esta pesquisa solicita uma entrevista qualitativa, e não apenas a aplicação de um questionário (LIMA, 2016), as entrevistas foram feitas a partir de um questionário semiestruturado, e tiveram como objetivo coletar informações através de perguntas pré-formuladas, mas dando espaço para que as entrevistadas transcendessem essa disposição e participassem da conversa trazendo suas experiências e reflexões mais livremente.

A importância dessas entrevistas pode ser encontrada no próprio cerne do relato oral. Uma das especificidades desse relato oral é a História oral, que pode ser entendida como um “termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar.” (QUEIROZ, 1987, p.6). A História oral, apreendida através das entrevistas, registrará a experiência de um ou mais indivíduos de uma mesma comunidade. No caso da captação de relatos múltiplos indivíduos, há a busca pelo entendimento de um acontecimento ou de um período de tempo com base em diferentes vivências. (QUEIROZ, 1987)

Conforme Lima (2016, p.30), “O resultado dessa técnica é produzir depoimentos de pessoas que vivenciaram determinados eventos históricos que, com demais pessoas, formam um conjunto de experiências comuns.”. Isto posto, entrevistei mulheres que participaram ativamente dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. É importante informar que, devido a pandemia de COVID-19, as entrevistas foram feitas com total segurança via ligação telefônica, tendo sido gravadas com a anuência oral e escrita de todas as entrevistas.

A estrutura da pesquisa divide-se em três capítulos, sendo o primeiro intitulado “As Relações Internacionais e a Questão da Maternidade” em que começo fazendo um mapeamento do teórico do campo das RIs para então compreender o surgimento e desenvolvimento das teorias feministas no campo; sigo, na terceira seção, com uma discussão acerca da maternidade, e, pautando-me nas obras de Adrienne Rich (1995) e Andrea O’Reilly (2014, 2016) olho para esse fenômeno tanto como instituição quanto experiência; e finalizo o capítulo observando a questão da maternidade na esfera internacional, dando um enfoque em duas questões que considero essenciais: a maternidade nos tratados e acordos internacionais e nos Direitos Humanos.

No segundo capítulo, “Feminismos e Movimentos Transnacionais”, analiso, primeiramente e de maneira breve, o histórico dos movimentos sociais no cenário internacional; em seguida, abordo o movimento feminista, buscando entender suas nuances históricas e políticas; por fim, observo o ativismo feminista transnacional e busco compreender suas atuações e lacunas no período de 1970 a 2000.

Finalizando, no terceiro capítulo dessa pesquisa, denominado “Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo”, ofereço uma curta análise acerca do contexto político e social do grupo aqui estudado; a seguir, aprofundo-me em questões relacionadas as mulheres mães que atuavam nos Clubes e em suas demandas, buscando compreender não somente os fatores materiais que motivavam suas lutas, mas também as situações nas quais elas se inseriam; nas seções seguintes faço a análise de dois outros movimentos que surgiram a partir da luta das mulheres dos Clubes de Mães: o Movimento do Custo de Vida e o Movimento de Luta por Creches; e finalizo o capítulo com uma análise acerca da maternagem a partir das experiências destas mulheres.

Capítulo I: As Relações Internacionais e a Questão da Maternidade

1.1. Mapeamento do campo de Relações Internacionais

Estudar Relações Internacionais (RI) é um desafio: é preciso ter um bom senso crítico para compreender os fenômenos cotidianos e os mundos nos quais eles estão inseridos. Fazer uma pesquisa nesse âmbito, portanto, não é fácil. Adicione a simples equação da busca pelo x a incógnita y (já dada em nosso caso): estudar Relações Internacionais em um país de “Terceiro Mundo” e sem financiamento.

Essa é a realidade de uma internacionalista brasileira que, muitas vezes, não tem a sua pesquisa financiada e que, além disso, não é compreendida como um ‘sujeito’ ou uma agente produtora de conhecimento. Se muito, tanto o estudo – quanto a própria pesquisadora – não passam de dados ou fontes (sempre lidas através de uma abordagem colonizante) e que são extraídos, garimpados, por pesquisadoras dos países de “Primeiro Mundo”.

Não é por acaso que este processo ocorre. Como apontado por Mignolo (2002), há uma diferença colonial na construção do saber, em que é privilegiada a localização epistêmica dos colonizadores. Isto é, há uma geopolítica do conhecimento e ela é pautada na estrutura da expansão capitalista, que concebe a colonialidade e a diferença colonial como locais de enunciação.

Para Grosfoguel (2008, p.126), a colonialidade é “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial.” De maneira geral, a colonialidade pode ser entendida como um sistema colonial, passível de ser traduzido como a perpetuação e extensão da colonização por diferentes meios. A colonialidade não implica, necessariamente, na administração física de uma região, mas nas marcas que este controle deixou – e ainda deixa – nas regiões colonizadas. (BLANCO; DELGADO, 2019)

Ballestrin (2013), apoiada no trabalho de Mignolo (2010), propõe um esquema no qual há a existência de uma matriz colonial de poder, isto é, uma estrutura complexa e interconectada, da qual derivam os controles da economia; autoridade; natureza e recursos naturais; gênero e sexualidade; e subjetividade e conhecimento. Na segunda seção desta pesquisa falarei um pouco mais sobre esta matriz colonial. No entanto, é imprescindível que agora eu retome para o segundo conceito mencionado acima: o da diferença colonial.

A diferença colonial é um conector que, em suma, remete às faces mutáveis das diferenças coloniais ao longo da história do sistema-mundo moderno/colonial e traz para o primeiro plano a dimensão planetária da história humana silenciada por discursos centrados na modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental. (MIGNOLO, 2002, p.61-62)

Maldonado-Torres (2007, p.254) afirma que a “diferença colonial em geral é de fato o primeiro subproduto da colonialidade do poder, do saber e do ser.” O autor complexifica, portanto, a análise de Mignolo (2002) ao inserir uma nova categoria na diferença colonial: a do ser. A colonialidade do ser é a diferença ontológica entre “Eus” e sujeitos sem resistência ontológica. É a hierarquização do Outro em vista do Eu. Um Outro que, para Quijano (2000) se insere também na colonialidade do poder, um termo cunhado pelo autor e que diz respeito a concepção do não-europeu como um ser inferior, primitivo e que lança as bases do eurocentrismo e do capitalismo.

Nesse sentido, a raça figuraria como um elemento não apenas construído, mas instrumentalizado como uma das fontes das hierarquias de poder. As diferenças coloniais, portanto, misturam-se e adquirem feições distintas. Na literatura pós-colonial e decolonial o caráter multifacetado destas diferenças fica visível para quem, assim como eu, enxerga as leituras como complementares e não como concorrentes (ainda que muitas/os autoras/es não dialoguem ou mesmo contraponham suas visões). María Lugones (2014), importante expoente do feminismo decolonial, afirma haver ainda mais uma camada: a colonialidade de gênero.

Compreende-se a colonialidade do gênero como exercícios de poder concretos, intrinsecamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário. (LUGONES, 2014, p.948)

Essa diferença colonial é operacionalizada de diferentes maneiras, indo desde a invisibilização das pesquisadas (e das pesquisadoras) do Sul Global, perpassando a negação da agência dos povos originários e indígenas de determinada região (conforme pondera Spivak) e culminando, até mesmo, na pilhagem de informações e na instrumentalização da

relação de confiança estabelecida entre os povos pesquisados e os pesquisadores (KALINGA, 2019).

Esse fenômeno não é inédito nas Ciências Sociais, sendo um fator problemático e basilar de muitas outras disciplinas, a exemplo da Antropologia e da Sociologia. Nesse sentido é importante pontuar que, embora estas outras áreas já tenham problematizado suas estruturas coloniais, em RI esses fatores condicionantes foram sendo reificados devido, principalmente, a preponderância do mainstream. Boa parte desta consolidação exclusória, como discutirei a seguir, advém de dois fatos: (1) para uma disciplina marcada por tanto conteúdo histórico, há pouquíssimas produções que se arriscam a fazer uma busca histórica profunda, isto é, boa parte das pesquisas não problematiza as bases coloniais das áreas que nos servem de base, talvez por medo de escapar do objeto internacional, talvez por comodismo e/ou aceitação da tradição (HALPERIN, 2006); (2) muitas pesquisas ainda são feitas com uma base epistemológica positivista e com grande foco no Estado ou no “internacional” (VILLA; PIMENTA, 2017), o que além de impor barreiras à compreensão dos papéis dos atores domésticos, faz com que grupos inteiros – e de grande relevância – sejam ignorados, marginalizados e/ou apagados dos livros e da memória.

Ao observar o conhecimento existente na “periferia” das RI e os aspectos do seu papel enquanto “fora do centro” Arlene Tickner (2013) conclui que eles envolvem “a relativa ausência de teoria, uma adesão estrita ao Estado como a principal unidade de análise, e a gravitação do trabalho acadêmico em torno de questões ‘práticas’ consideradas úteis na reflexão sobre política externa.” (TICKNER, 2013, p.629). Dados levantados por Villa e Pimenta (2017) corroboram com a noção de Hoffman (1997) de que a disciplina de Relações Internacionais é marcadamente “americana”⁴: ela é “dominada pelas perspectivas epistemológicas, ontológicas e metodológicas dos Estados Unidos.” (VILLA; PIMENTA, 2017, p. 282)

Contudo, há espaços nos quais é possível desafiar esta posição privilegiada anglo-saxã

(...) não há pureza epistemológica americana, mas um domínio epistemológico americano que é contrabalançado por outras perspectivas epistemológicas além das positivistas presentes entre as ferramentas teóricas utilizadas pelos pesquisadores latino-americanos, pelo menos nos cinco países avaliados. No entanto, o artigo destaca que o Brasil parece ser o principal dissidente, o que é relevante porque, em termos quantitativos, a comunidade brasileira de acadêmicos de Relações Internacionais é a mais numerosa entre as da América Latina. Como mostram os

4 Estadunidense

dados do TRIP de 2014, o Brasil responde por 45% dos membros dessas cinco comunidades epistêmicas latino-americanas de relações internacionais (330 de 830). (VILLA; PIMENTA, 2017, p.283)

Entretanto, para discorrer sobre as RI hoje, preciso dar um passo atrás e tratar, antes de mais nada, do surgimento da disciplina. Nesse sentido, dedico esta seção a explorar, ainda que de forma breve, a eclosão do campo, os famigerados “grandes debates” e a abertura teórico-epistemológica que se deu a partir dos anos 1990. Ao se pensar em Relações Internacionais enquanto disciplina é preciso olhar não apenas para as suas principais teorias, mas para aquilo que pode ser entendido como os debates básicos do campo.

Para Booth (2017), disciplinas acadêmicas como as RI não aparecem simplesmente de um vácuo: elas surgem por meio de um processo multifacetado, tendo criadores com bases culturais diferentes, advindos de diversas localizações e historicamente posicionados ao longo do tempo. “Eles forneceram um complexo DNA intelectual, determinando que no momento da institucionalização, quando RI tornou-se um projeto disciplinar, não foi um nascimento virginal.” (BOOTH, 2017, p.25). Ainda assim, o autor não hesita em afirmar que a primeira cadeira da disciplina é, sim, datada: ela foi ocupada pela primeira vez em 1919 por Alfred Zimmern.⁵

Embora este fato gere inúmeras controvérsias dentro do campo, para fins de discussão, partirei dele. Isto posto, retomo aqui o argumento de que é preciso olharmos para além das teorias somente: faz-se necessário acompanharmos o próprio nascimento e vida das RI até hoje. Para Smith (2000), há dois mitos fundacionais no campo das Relações Internacionais: o primeiro deles narra a história do desenvolvimento da disciplina em termos cronológicos; e o segundo trata do desenvolvimento da matéria através de “grandes debates”.

O primeiro conta a história do desenvolvimento da disciplina em termos de cronologia (...) começando com o domínio do idealismo nos anos entre guerras, progredindo para o domínio do realismo após o Segunda Guerra Mundial e, então, após um interregno durante o qual uma variedade de abordagens disputavam o domínio, um período de debate entre o neorealismo e o neoliberalismo na década de 1980 - debate que acabou levando à formação de um consenso no *mainstream*⁶ na década de 1990. (...) A outra versão da história é a do debate entre posições concorrentes. Aqui, a principal alegação é que a disciplina avançou por uma série de "grandes debates": (...) entre idealismo e realismo no final dos anos 1930; entre o tradicionalismo (realismo) e comportamentalismo na década de 1960; entre centrado no estado e abordagens transnacionalistas na década de 1970; entre três paradigmas

5 Entretanto, autores como Long and Schmidt (2005) questionam essa posição, acreditando que essa marcação temporal é um mito.

6 O *mainstream* da disciplina pode ser entendido como sendo o convencional, isto é, as abordagens canônicas.

competitivos (realismo, liberalismo e marxismo no chamado debate interparadigmático - (...) na década de 1980; e então o último debate, entre a síntese neo-neo (também conhecida como racionalismo) e um conjunto de abordagens alternativas (conhecidas como reflexivismo) desde o início de 1990. (SMITH, 2000, p.376)

O autor, baseando-se no trabalho de Brian Schmidt (1998), afirma ainda que esses mitos fundacionais serviram como fonte de enganação: além de oferecerem uma visão muito mais pluralista e aberta da disciplina, o que não condiz com a realidade da época, a definição arbitrária do surgimento da disciplina após a Primeira Guerra Mundial, como forma de “compreender” a guerra e a buscar a paz, torna possível uma leitura das RI como sendo “uma disciplina idealista, uma vez que foca naturalmente em como prevenir tais eventos de ocorrer novamente.” (SMITH, 2000, p.377)

Tal discussão, embora pareça repetitiva no campo, é de suma importância para esta pesquisa: “Observe como importa o disciplinamento da disciplina: aquelas abordagens que não tratam da guerra entre estados como o problema central a ser explicado pela disciplina correm o risco de seu trabalho ser considerado 'irrelevante' ou 'não IR!'.” (SMITH, 2000, p.378). Portanto, mapear, ainda que resumidamente as RI, demonstrará como a disciplina opera e qual é o tratamento que ela dá para atores, grupos e mesmo pesquisas que partem de pontos distintos daqueles que ela tão profundamente traçou.

Pensando nisso, trago aqui uma breve análise dos grandes debates que, eventualmente, culminaram em uma maior amplitude ontológica, metodológica e epistemológica no campo⁷. Dentre esses debates, o primeiro, iniciado no final dos anos 1930 (SMITH, 2000), ainda é tema de grande destaque nos estudos internacionais, uma vez que conta com a presença de duas das mais reconhecidas teorias no campo: o realismo e o liberalismo. Ambas as teorias, que partem da epistemologia positivista de produção científica, pautam-se na centralidade estatal – tanto na esfera internacional quanto na doméstica – e ambas entendem a anarquia internacional, ou seja, a ausência de um governo nesse âmbito (ainda que, anarquia, não implique necessariamente caos), como sendo um fator inquestionável e intrínseco ao cenário internacional (MORGENTHAU, 2002; ANGELL, 2002).

Embora diferenciem-se em pontos importantes, principalmente no que diz respeito a “operacionalização” da anarquia internacional, o realismo e o liberalismo possuem alguns

⁷ Para breves explicações acerca da tríade acadêmica – ontologia, metodologia e epistemologia – é preciso retornar na introdução desta pesquisa. Já para um aprofundamento nestas noções, há de se observar o livro de Ackerly, Stern e True (2006)

aspectos básicos em comum. No começo das produções teóricas das duas correntes, muito se falava sobre a natureza humana e, a partir disso, vislumbrava-se considerações acerca do internacional. Ainda no âmbito das similaridades, as duas teorias, além de prezarem pelo foco no Estado, entendem-no como um ator racional, quase como sendo a personificação de um homem branco cisgênero heterossexual, que age em prol de maximizar os seus interesses próprios.

A principal discordância entre as duas teorias não é sobre quais pontos estão corretos ou errados, uma vez que seria impossível chegar a alguma conclusão sobre isso. A verdadeira disputa parece não ser nem mesmo sobre qual teoria é mais válida para se observar a política internacional. A impressão que fica é que os autores estão se digladiando para ver qual deles terá a sua teorização mais utilizada, qual deles foi capaz de produzir uma ‘lente’ mais visivelmente válida do que outras.

Já no que diz respeito ao segundo debate que, diferentemente do confronto teórico do primeiro, contou com um diálogo metodológico, esteve, de um lado, a abordagem tradicionalista e do outro a behaviourista (SMITH, 2000). Consoante Li (2018) e Smith (2000), o Segundo Grande Debate em RI teve início por volta de 1960 com as publicações de Bull, Kaplan e Singer e seu principal foco foi a busca pela metodologia mais adequada para uma melhor compreensão das relações internacionais, “particularmente a escolha entre abordagens quantitativas e qualitativas para testes de teoria.” (LI, 2018, p.2)

Ainda de acordo com o autor “Embora a divisão qualitativa-quantitativa tenha existido por muitas décadas, a sua real dimensão e impacto entre os intelectuais de RI raramente foram analisadas empiricamente.” (LI, 2018, p.2). Concretamente, os tradicionalistas deram ênfase “na complexidade da política mundial, no papel da contingência e liderança na diplomacia, e na natureza única da conjuntura história.” (LAKE, 2013, p.569). Afirmando que era impossível uma teoria científica compreender todos os fatos e suas conexões, bem como as escolhas humanas, esse grupo focou em momentos de inflexão na história, refletindo acerca das possibilidades da política mundial.

Por outro lado, a abordagem behaviorista, herdada (ainda que tardiamente) de outras ciências sociais, passou a desafiar o modelo supracitado ao “evitar a singularidade de episódios específicos e buscar identificar classes de eventos, procurando e destacando semelhanças através, por exemplo, de todas as guerras interestaduais.” (SINGER, 1969 *apud*

LAKE, 2013, p.569). Lapid (1989) trabalha com esta questão em termos mais simples: história vs. ciência.

Assim como no primeiro debate, entretanto, não houve um “vencedor”, embora os behaviouristas tenham “declarado vitória” no final dos anos 1970 (LAKE, 2013). Neste sentido é interessante notar que a verdadeira conquista que se deu foi a perpetuação do “consenso epistemológico positivista.” (LAPID, 1989, p.238) Reitero aqui que o meu objetivo não é o de analisar se houve ou não vitoriosos em cada um dos debates – até mesmo porque a própria ideia de evolução das RI por meio dessas grandes argumentações é posta em xeque por diversos autores que aqui utilizo – mas, antes, de demonstrar como se formou a ficção internacional que foi apregoada nos estudos da área e na própria construção do conhecimento da disciplina, deixando pouco espaço para novidades, fato que muda somente a partir de um maior engajamento de lentes distintas que serão vistas a seguir.

Para Halliday (1994), os desafios impostos ao monopólio teórico vigente até 1970 a partir de abordagens como a da teoria da interdependência e da economia política internacional demonstraram que havia possibilidade de uma produção mais diversa e competitiva na disciplina. “Isso, por sua vez, incentivou uma variedade de outras abordagens a emergirem tanto em defesa do realismo quanto mais rejeição disso.” (HALLIDAY, 1994, p.16). Ainda nessa esteira, o autor pontua que entre as décadas de 1970 e 1980 o marxismo passou a fazer parte das discussões de RI, participando também desse processo de abrimento disciplinar.

Isto posto, para tratar do que considero o último Grande Debate, apoio-me novamente nas ideias de Lake (2013): este debate, que de acordo com outros autores pode variar entre sendo o terceiro (LAPID, 1989), o quarto ou mesmo o quinto debate (SMITH, 2000)⁸, constituiu-se não como um grande debate final, mas como uma “série de pequenas batalhas, mais do que uma luta épica”. (LAKE, 2013, p.570) Sucintamente, este debate ocorreu, e de certa forma ainda acontece, entre os positivistas (ou racionalistas) e os pós-positivistas (ou reflexivistas).

De modo geral, este Debate se deu entre “positivistas” e “pós-positivistas”. Ou, em outros termos, entre “racionalistas” e “reflexivistas”. Buscando trazer definições mais claras, é possível compreender o primeiro grupo, ainda que heterogêneo, como sendo “[...] um punhado de abordagens agrupadas por um compromisso geral com as ciências sociais como

⁸ Como aponta Lapid (1989), a natureza deste Terceiro Debate variará de acordo com a lente utilizada para analisá-lo, sendo mutável a partir das linhas ontológica, epistemológica e axiológica.

método e a suposição de que os indivíduos e outros atores políticos são intencionalistas e calculistas em suas ações.” (LAKE, 2013, p.570). Já o segundo grupo, também composto por uma pluralidade, ainda maior, de abordagens, pode ser entendido a partir das observações de Lapid (1989) que, entre os pontos em comum, destaca “a preocupação com unidades meta-científicas (paradigmatismo), a preocupação com premissas e suposições subjacentes (perspectivismo), e a tendência para o pluralismo metodológico (relativismo) – [que] são, é claro, inter-relacionados.” (LAPID, 1989, p.239)

Apesar da multiplicidade e dispersão teórica, são essas abordagens reflexivistas que, em conjunto ou mesmo separadamente, fazem frente ao *status quo* disciplinar. Dito isto, é preciso compreender que as teorias, os avanços conceituais e analíticos e o próprio conhecimento são maculados não somente pela diferença colonial, mas também por linhas abissais⁹ que demarcam profundamente as inúmeras opressões feitas pelos sistemas capitalista, patriarcal, Ocidental, heterossexual, cisgênero, racista, xenofóbico, e tantos outros que forçam para as margens não somente as pesquisas, mas também os sujeitos que delas fazem parte.

Trazendo essas questões para dentro do caso brasileiro – e em especial, minha pesquisa – de forma um pouco mais prática, observo que não apenas algumas teorias são frequentemente deixadas de lado, como também assuntos de pesquisa e a própria forma de se produzir conhecimento. Como aponta Inayatullah e Blaney (2004), as RI enquanto campo de estudo possui um sério problema com as diferenças culturais. A área reverbera uma problemática já presente no internacional de maneira geral: ao ter bases epistemológicas Ocidentais e tratar conceitos como soberania, anarquia e Estado-nação a partir de um evento como a Ordem de Westphália, demais organizações e/ou povos inteiros são marginalizados. Ou melhor, são ignorados, empurrados para as tão temidas “fronteiras”.

Então se por um lado há países soberanos e um sistema que embora anárquico possua ordem, por outros indivíduos, grupos e mesmo países são subalternizados, lidos como inferiores e sofrem com os impactos de serem compreendidos como “países de Terceiro Mundo”. Este processo, em última instância, pode ser lido como o estabelecimento de um Eu Ocidental e superior e um Outro que não é Ocidental e, portanto, inferior. “Desta forma, o

⁹ As linhas abissais, de maneira bem simples, podem ser compreendidas como a definição entre o humano e o não humano, ou, como colocado por Santos (2019), o sub-humano. Para o autor, na modernidade ocidental não há um sem o outro e essa diferença epistemológica entre humano/sub-humano possui uma base ontológica. É na linha abissal que se estabelecem duas diferentes formas de sociabilidade: a metropolitana e a colonial. Na primeira forma, há um “nós” em que há equivalência e reciprocidade (somos todos integralmente humanos) e, embora existam desigualdades, há também “mecanismos criados pela modernidade ocidental para geri-las, tais como o Estado liberal, o Estado de direito, os direitos humanos e a democracia.” (SANTOS, 2019, p.43)

problema da diferença emerge e se intensifica sob condições modernas de igualdade relativa, muitas vezes levando à reafirmação de formas (ilícitas ou informais) de hierarquia social - a marcação dos outros como inferiores e, portanto, menos uma ameaça.” (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p.20)

Com precisão, Tickner (2013) expõe que a construção social do que é compreendido como Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, isto é, a dicotomia Norte/Sul, calcada na modernidade e desenvolvida durante o pós-Guerra, criou uma divisão na qual o “Primeiro Mundo” é visto como produtor de teorias científicas, enquanto os países “terceiro-mundistas” são constituem fonte de dados, ou, “no melhor dos casos, experiência local, enquanto a etapa decisiva na construção da teoria – ocorre na região Norte, onde o conhecimento é produzido e circula para ser consumido em todo o mundo.” (TICKNER, 2013, p.631)

Nesse sentido, há uma hierarquização epistêmica na qual

as epistemologias do Norte concebem o Norte epistemológico eurocêntrico como sendo a única fonte de conhecimento válido, seja qual for o local geográfico onde se produza esse conhecimento. Na mesma medida, o Sul, ou seja, aquilo que fica do “Outro” lado da linha, é entendido como sendo o reino da ignorância. O Sul é o problema: o Norte é a solução. (SANTOS, 2019, p.25)

Acredito que tal hierarquia acontece não somente com relação ao sistema internacional, mas também com base na geopolítica do conhecimento que, dentro e fora da academia, manifesta-se de diferentes maneiras: (1) fundos de pesquisa – há um grupo muito específico de pessoas que os recebem (KALINGA, 2019); (2) legitimidade dos assuntos pesquisados – alguns temas, tais como segurança, defesa, economia, guerra, paz e mesmo organizações internacionais – são mais benquistos do que outros e, portanto, possuem mais “validade” dentro das universidades (TICKNER, 2013; GALHERA; MASO, 2017); (3) teorias aceitas – determinadas abordagens, a exemplo da feminista como mostrarei na seção seguinte, são frequentemente rejeitadas a despeito da relevância que possuem (AHÄLL, 2018); (4) linguagem adotada – embora a disciplina venha se deparando com um certo grau de “desconstrução” e descolonização epistêmica, o código formal e em terceira pessoa, constantemente compreendido como sinônimo de distanciamento da pesquisadora e verdadeira “escrita acadêmica”, ainda persiste como a forma “correta” de se “fazer ciência” (DOTY, 2004).

Estas e outras formas através das quais a geopolítica do conhecimento se manifesta nos mostram que, embora as RIs tenham passado por um período de “efervescência teórica”

(LAPID, 1989) a partir do terceiro, ou o que considero aqui, último Grande Debate, a disciplina ainda não se encontra tão plural quanto nos faz acreditar ser. Em seu texto, Lapid (1989) observa a expectativa que se criou com relação a essa maior “acessibilidade” disciplinar, isto é, ele percebe que há um sentimento de esperança – ao menos dos pós-positivistas – com relação a uma maior abertura da área. O autor sabiamente questiona os limites dessa visão otimista acerca das possibilidades de uma maior pluralidade, já temendo desdobramentos que, mais tarde, concretizaram-se.

Como aponta Tickner (2013), a questão central não é apenas o reconhecimento da diversidade, tendo em vista que reconhecer ou mesmo tolerar as contribuições do Sul implicaria solapar a fonte do próprio poder, privilégio e posição na geopolítica do conhecimento. “Isto é, o coração da disciplina ‘transnacional’ de RI é uma estrutura (neo) imperialista pela qual nós periféricos não operamos de forma autocontida, mas somos parte integrante de uma divisão intelectual global do trabalho.” (TICKNER, 2013, p. 642)

Transpondo essa reflexão para o nicho específico da teoria feminista internacional, na seção seguinte farei uma breve análise acerca do desenvolvimento desta corrente dentro das RI. Exporei, também, seus pontos principais e o que acredito ser um enorme vácuo não somente dentro desta abordagem, mas dentro do campo como um todo: a questão da maternidade.

1.2. Teorias feministas internacionais

Início essa seção com uma reflexão acerca de minha própria formação: sou bacharela em Relações Internacionais e fiz os quatro anos do curso em uma instituição de ensino privada brasileira. Tive, assim como os demais colegas da área, duas disciplinas teóricas: Teorias das Relações Internacionais I e II. Na primeira, como é praxe, aprendemos sobre os dos grandes debates e nos aprofundamos nas correntes realista, liberal e marxista. Já na segunda vimos a síntese neo-neo, o construtivismo e as teorias pós-positivistas (quase todas colocadas, no que minha orientadora chama de “balaio de gatos”).

Sobre essa segunda disciplina, ocupamos cerca de meio semestre debatendo a síntese neo-neo e o construtivismo, e o restante utilizamos para percorrer as noções da teoria crítica, da pós-moderna, da feminista e da pós-colonialista. Bem, acredito que todas aquelas que são de Relações Internacionais sabem como é difícil passar o tanto de conteúdo que a disciplina

de teorias demanda. Ainda assim, algumas correntes possuem um foco tão grande que ocupam um semestre todo (como é o caso das vertentes realista, liberal e marxista, esta última em menor grau) enquanto outras são relegadas a segundo plano e em muitos casos são objeto de discussão de somente uma aula (normalmente dividida em um debate com outra vertente).

Tal abandono fica ainda mais evidente quando observamos alguns dos manuais de teoria de RI mais conhecidos no Brasil. No caso de um guia introdutório, temos o livro “Introdução às Relações Internacionais” de Robert Jackson e Georg Sorensen (2010). No guia, que conta com 478 páginas, não há sequer uma seção específica sobre o feminismo. Já nos demais manuais teóricos que observo aqui, que são três, há menções um pouco mais densas à teoria feminista, mas somente um deles dedica uma seção inteira no aprofundamento dela.

No livro “Teoria das Relações Internacionais” de Castro (2012) diferentes temas seguem jogados em um mesmo “saco”. O autor dedica somente a seção 5.10 para analisar os “Debates paradigmáticos alternativos: gênero e pós-modernidade – feminismo, relativismo e os sujeitos fragmentados na agenda das Relações Internacionais contemporâneas” (CASTRO, 2012, p. 404). Já em “Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates”, de Nogueira e Messari (2005), o feminismo divide espaço com a teoria pós-colonista no capítulo 8 e, embora os autores reconheçam que ambas as teorias são constantemente negligenciadas nas discussões internacionais, ainda assim eles fazem a opção de colocá-las em conjunto.

Por fim, no último manual aqui observado há, de fato, uma parte dedicada exclusivamente à teoria feminista. No capítulo 24 de seu livro “Teoria das Relações Internacionais”, intitulado “Feminismo”, Gilberto Sarfati (2005) dedica-se a compreender o que é o feminismo e quais são as suas principais discussões.

É pertinente dizer que o objetivo dessa reflexão que trago aqui não é o de debater a formação da internacionalista brasileira¹⁰, mas antes de suscitar dois questionamentos: por que as teorias feministas internacionais são tão marginalizadas? E, por qual motivo, quando referidas nos textos ou expostas nos debates teóricos, essas teorias, embora sejam reconhecidas como diversas, são tratadas como única?

Com essas duas perguntas como orientação, começo, de fato, uma explicação acerca dos feminismos internacionais. Embora eu tenha deixado de lado o debate acerca das questões fundacionais da disciplina no segmento anterior, eu o fiz com um propósito: o de explicitar,

10 A formação em Relações Internacionais no Brasil, embora esteja avançando, ainda é palco de disputas de poder e interesse relacionadas não somente com a geopolítica do poder já debatida na seção anterior, mas também intimamente conectadas à elite acadêmica brasileira e, embora precise ser revista e discutida, não é meu objetivo me engajar neste debate na presente pesquisa.

aqui, as iniquidades formativas das RI. Questões de gênero e sexualidade são questão fundantes da política internacional e, como apontado por Mignolo (2011), as bases da matriz colonial de poder, que o autor entende como sendo um monstro de quatro cabeças e duas pernas, são a teologia e posteriormente a filosofia secular e o patriarcado.

Essas duas “pernas” sustentam as quatro “cabeças”, isto é, as “esferas inter-relacionadas de gerência e controle (da ordem mundial)” (MIGNOLO, 2011, p.8): os sistemas econômico, de conhecimento e subjetividade, autoritário e racista, de gênero e sexual. Isto, por si só, explicaria o porquê da exclusão das abordagens feministas em Relações Internacionais tendo em vista que “a principal preocupação para a teoria feminista é explicar a subordinação das mulheres, ou a assimetria injustificada entre as posições sociais e econômicas de mulheres e homens, e ver as prescrições para acabar com isso.” (TICKNER, 2011, p.11), fato que poderia desestabilizar o *status quo* da matriz colonial.

Ainda assim, outras podem ser as razões para a exclusão das feministas das RI: a hipermasculinidade presente não somente na disciplina, mas na política internacional¹¹ (FRITZSCHE, 2011); as questões sexuais, que ocorrem seja na fala, na prática ou mesmo na operacionalização da política; a lógica da modernidade, ou melhor, do Ocidente moderno, que simplifica as experiências e os fenômenos através de dicotomias (a exemplo da feminilidade/masculinidade) (SANTOS, 2019); ou mesmo a própria forma como as feministas produzem conhecimento, engajando-se em uma escrita frequentemente pessoal e explicitamente subjetiva e autobiográfica (ver ENLOE, 2004)

Dito isto, embora eu ainda não tenha finalizado a resposta a primeira pergunta que levantei, posso seguir para a segunda: por qual motivo as teorias feministas internacionais são tratadas como únicas? Ainda que pareça simples assumir que, para fins de estudo é mais fácil compreender os pontos em comum que elas possuem em vez de adentrar em cada uma das diversas vertentes, a resposta exige um pouco mais de nós. Partindo do mote crítico de que “Teoria é sempre para alguém e com algum propósito” (COX, 1981, p.128), é possível concluir que manter as teorias feministas em um único quadrado serve aos interesses dos grupos desestabilizados pelas críticas feministas, a exemplo dos teóricos mais tradicionais e daqueles que se beneficiam diretamente das opressões patriarcais, racistas, lesbofóbicas etc., pois classificar como uno aquilo que é diverso torna mais fácil deslegitimar as diversas pautas – que frequentemente são muito específicas dentro das variações feministas – ao elegeram-nas

11 “A construção e o foco na masculinidade nas relações internacionais é a razão pela qual a feminilidade dificilmente é desejada ou encontrada nela” (FRITZSCHE, 2011, p.44)

como somente uma demanda, o que contribui para a manutenção do estereotipamento e objetificação da Outra. O que incorre, em uma instância, na criação de uma história única que cria padrões e hierarquiza aquilo que não é conhecido. (ADICHIE, 2018)

Trago à tona a multiplicidade dos feminismos internacionais pois eles deixam evidente não apenas o fato de que a disciplina foi e ainda é profundamente marcada pela colonialidade, mas também pelo racismo e pela diferença entre o “Norte” e o “Sul” global, uma vez que uma das primeiras abordagens feministas teve início com mulheres brancas estadunidenses que discutiam gênero ainda sob o guarda-chuva dos assuntos de “Primeira Ordem” na disciplina (segurança, economia e política externa).

De forma bem resumida, a aparição do feminismo nas Relações Internacionais ocorreu com o advento do que pode ser entendido como o “Último Grande Debate”, isto é, quando a disciplina passou a ser desafiada por uma perspectiva epistemológica distinta da vigente, o que resultou, também, em uma maior pluralidade metodológica e ontológica. “Pode não ser coincidência, portanto, que as perspectivas feministas sobre a política mundial tenham entrado na disciplina quase ao mesmo tempo que o fim da Guerra Fria; nos últimos dez anos, eles têm recebido reconhecimento crescente.” (TICKNER, 2001, p.1-2)

Tickner (2001), assim como Enloe (2000) e Elshtain (1993), foi uma das pioneiras a introduzir as lentes de gênero nos estudos internacionais, ao menos nos termos formais da disciplina de RI. É pertinente notar que, embora o feminismo tenha sido tardiamente incorporado ao campo, Tickner e True (2018), argumentam que foi a disciplina de RI que chegou tarde para o feminismo. Seja um ou outro, o fato é que se encontraram nos anos 80 e a partir de então a relação, embora conflituosa, expandiu-se.

(...) as feministas discordam sobre o que acreditam constituir a subordinação das mulheres, bem como sobre como explicá-la e superá-la. As teorias feministas têm sido descritas de várias formas como liberais, radicais, socialistas, psicanalíticas, pós-coloniais e pós-modernas. Além de buscar uma melhor compreensão da subordinação das mulheres, muitas dessas abordagens se veem como politicamente engajadas nas tarefas práticas de melhorar a vida das mulheres. Enquanto as feministas liberais geralmente contam com metodologias empiristas, outras abordagens questionam essas metodologias. Argumentando de outro ponto de vista ou de posições epistemológicas pós-modernas, eles afirmam que as teorias “científicas”, que reivindicam a possibilidade de neutralidade dos fatos e uma objetividade universalista, escondem uma tradição epistemológica genderizada. (TICKNER, 2001, p.11-12)

Nos primórdios dessa imbricação entre feminismos e RI, os questionamentos feitos eram acerca da baixa “representatividade das mulheres nas áreas em que se acreditava que a

política internacional era feita.” (SOUZA, 2014) e estavam muito conectados com a visão feminista liberal. É válido reconhecer que boa parte das vertentes, senão todas elas, deriva ou do movimento feminista de forma mais ampla, ou das teorias feministas de áreas como sociologia, antropologia e filosofia.

No caso do feminismo liberal internacional, a teoria foi herdada de uma longa tradição feminista presente na literatura Ocidental, marcada por nomes como Mary Wollstonecraft e Christine de Pizan. Nesse modelo feminista, interligado com a doutrina individualista liberal, acredita-se na igualdade entre mulheres e homens e há a busca pela promoção de mudanças jurídicas. Contudo, diferentemente da clássica argumentação liberal pró Estado mínimo, as feministas liberais internacionais acreditam que o Estado possui autoridade suficiente para reforçar os direitos das mulheres e “embora possa se envolver na discriminação na prática, o Estado é capaz de se tornar o árbitro neutro necessário para garantir a igualdade das mulheres.” (TICKNER, 2001, p.13)

As críticas a esse modelo, entretanto, são inúmeras: ao deixarem de lado questões socioeconômicas e corroborarem com o sistema capitalista, as feministas liberais têm seus argumentos constantemente refutados e seus debates tendem a ser suplantados por outros. Um dos grupos que se posiciona contra essa visão é o das feministas socialistas que, assim como as demais vertentes do movimento, engajam-se na produção teórica internacional.

Como nos mostra Tickner (2001), no que tange aos posicionamentos de quatro de alguns grupos opostos à abordagem feminista liberal, temos: (1) o feminismo radical, que acredita que a origem da opressão feminina está no patriarcado e, um sistema de dominação masculina pautado na diferença biológica entre os sexos e no papel reprodutivo da mulher; (2) o feminismo psicanalítico, que acredita que a diferença entre homens e mulheres são construídas nas socializações ocorridas na infância; (3) feminismo socialista (3) que concebe a origem da opressão feminina nas diferenças existenciais materiais entre homens e mulheres, cenário no qual o patriarcado possui uma base material e relaciona-se à dinâmica de poder laboral; e (4) a teoria feminista “do ponto de vista”¹², cuja principal proposta é a de que “todo conhecimento reflete os interesses e valores de grupos sociais específicos; sua construção é afetada por definições sociais, políticas, ideológicas e históricas.” (TICKNER, 2001, p.17)

Na prática, nenhuma das abordagens aqui citadas é tão simples quanto parece: além de divergirem entre si, elas possuem diversos outros postulados e, por conseguinte, também

12 Em inglês, “Standpoint Feminism”

recebem oposição de outras vertentes não somente do feminismo, porém de outras correntes teóricas. É preciso ressaltar, também, que mesmo dentro de uma corrente teórica, autoras podem divergir com relação a ênfase que dão em determinado assunto de pesquisa, focando em um outro ponto da teoria adotada. Dito isso, e seguindo com a visão geral dos principais feminismos internacionais, concordo com Tickner (2001) quando ela afirma que as quatro abordagens supracitadas foram de grande importância para desafiar a epistemologia positivista/empiricista na qual o feminismo liberal se pauta. Porém, assim como a autora, acredito que com o processo de revisão e ampliação do reflexivismo a partir da inserção das noções pós-positivistas nas RI de maneira mais intensa serviu para expandir os horizontes feministas da área e incorporar novos tópicos essenciais para a compreensão da política mundial e, acima de tudo, da emancipação feminina.

Conforme Monte (2013, p.75)

A teoria passa a considerar a inexistência de uma identidade feminina universal, um ponto de vista a ser identificado e que permitiria a categorização das mulheres e a sistematização de causas de sua opressão. A teoria feminista em RI se aproxima, cada vez mais, das questões ontológicas e epistemológicas das abordagens pós-positivistas. O discurso sobre gênero como fonte complexa de organização de poder, instituições e hierarquias torna-se cada vez mais central para os Estudos de Gênero em Relações Internacionais.

Assim sendo, trago aqui algumas outras vertentes para demonstrar como se deu a expansão da noção feminista pós-positivista.¹³ Ainda que em um primeiro momento eu tenha, de fato, me apoiado nas divisões de Tickner (2001) e Monte (2013), acredito que as observações interseccionais¹⁴, como propostas por Crenshaw (1989), configurem uma ferramenta deveras pertinentes. Portanto, faço uma divisão não-hierárquica das correntes feministas em RI, a seguir, para fins de estudo. A primeira delas é a pós-moderna, que é também chamada de pós-estruturalista. Nessa abordagem, há a rejeição da categorização homogênea de mulheres e da noção de “gênero”. Seus principais métodos são genealógicos ou desconstrutivistas e, para Monte (2013), a tensão entre as feministas pós-modernas e as

13 Não tenho a pretensão de tratar de todas as abordagens feministas pós-positivistas, uma vez que elas se atualizam com frequência conforme os estudos de gênero e sexualidade nas RI se imbricam com outras áreas e se integram em novos temas. No entanto, trago aqui algumas correntes que considero essenciais para o desenvolvimento das pesquisas desta subárea nas RI.

14 “Eu usei o termo interseccionalidade para denotar as várias formas como a raça e o gênero interagem para moldar as múltiplas dimensões em que as experiências femininas são empregadas.” (CRENSHAW, 1989,p.139) A interseccionalidade diz respeito, portanto, às opressões (múltiplas) e cumulativas que uma pessoa, em especial uma mulher, sofre com base em marcadores sociais a exemplo de gênero, raça, classe, idade, sexualidade etc.

feministas radicais e teóricas do ponto de vista acontece de forma intensa, e deve-se ao fato de que “A abstração da crítica meta-teórica ignoraria os problemas de indivíduos concretos – indivíduos cuja melhora de vida é a razão de ser original da teoria feminista.” (MONTE, 2013, p. 75-76)

Ainda sobre esta abordagem, uma de suas maiores expoentes, Christine Sylvester (2000) evidencia a ênfase que o feminismo pós-moderno dá nos múltiplos pontos de vista. Isto é, “em ser (ontologicamente) várias coisas ao mesmo tempo em um mundo prismático pós-moderno (...)” (SYLVESTER, 2000, p. 59) Nesta teoria, portanto, a identidade exerce um papel-chave, bem como a construção (e desconstrução) dos mundos a partir de discursos e da linguagem, que tanto criam quanto são criados.

A corrente seguinte a feminista pós-colonial. Também conhecidas como antirracistas ou anti-imperialistas, as feministas pós-coloniais levam em consideração, principalmente, os fatores econômicos e “sua principal ênfase está na interseção entre imperialismo, colonialismo, capitalismo e racismo e a opressão das mulheres.” (MONTE, 2013, p.76). Ao reconhecerem que as mulheres do chamado “Sul Global” sofrem um acúmulo de opressões, fortemente agravadas pela presença da pobreza, de preconceitos raciais, xenofobia, discriminações religiosas e outras questões violentas, as feministas pós-coloniais compreendem que nem todas as mulheres devem ser tratadas de forma igualitária, mas antes com equidade.

Nesta abordagem, uma das principais bases é a leitura crítica do mundo e das relações de gênero. Para Bahri ([2004] 2013), “Pode-se dizer, com efeito, que quase todos os debates centrais ao feminismo pós-colonial estão preocupados com os diferentes modos de ler o gênero: no mundo, na palavra e no texto.” A importância de um pensamento não-Ocidental, advindo das mulheres pertencentes ao universo dos mundos colonizados (estando elas inseridas ou não em um país considerado de “Terceiro Mundo”) é um ponto-chave nesta teoria.

Esta dicotomia Ocidente vs. Outra(s) não é pensada de forma monolítica, mas com uma base em uma crítica que nos informa que o “feminismo Ocidental” busca definir e codificar a(s) Outra(s), isto é, as “não-Ocidentais” como uma forma de se elegerem como Ocidentais. (MOHANTY, 1984) Tal significação implica, necessariamente, neste contexto, em uma hierarquização da Outra e se traduz em um processo de subalternização mesmo dentro do feminismo. A relevância que atrizes “marginalizadas” têm para esta corrente, portanto, é vital,

pois são essas mulheres – e suas vivências marcadas por pressões que se acumulam – que guiarão as teorias e práticas feministas pós-coloniais.

Um exemplo interessante e que ilustra a tensão entre as diferentes abordagens é o de Gheeta Chowdry e Sheila Nair (2014). No livro “*Power, postcolonialism and International Relations*” as autoras buscam entender a relação entre poder e os feminismos internacionais e, nesta investigação, deparam-se com uma obra que tem por objetivo resgatar diferentes vozes, em especial as do “Terceiro Mundo” mas que conta somente com estudiosas e estudiosos críticos/os brancas/os. Ainda mais intrigante, para as autoras e para mim também, é o fato de que Sylvester (1993) clama pelo reconhecimento da diferença e sugere que seja inserida, no diálogo da obra, uma outra voz feminina, uma voz que parta de um contexto diferente, a exemplo de uma mulher do Zimbábue chamada Tsitsi. “No entanto, Sylvester afirma a identidade de Tsitsi como sua e passa a falar em nome da outra do (feminista) do Terceiro Mundo”. (CHOWDRY; NAIR, 2014, p.10)

Isto posto, avanço aqui no mapeamento dos feminismos. Ainda com relação a uma crítica ao imperialismo e aos múltiplos processos de colonização e colonialidade, há uma outra corrente feminista que vem ganhando cada vez mais palco nas discussões do movimento, ainda que seu aparecimento em Relações Internacionais seja extremamente recente. A abordagem feminista decolonial, associada epistemologicamente aos debates propostos pelo grupo Modernidade/Colonialidade (BALLESTRIN, 2013; 2017), possui um caráter interseccional e debate questões concernentes às diferentes formas de colonialidade presentes nas Américas.

Destarte Runyan (2018), o pensamento e as práticas decoloniais associam-se às vozes indígenas e buscam “desnaturalizar essa desumanização intrínseca às lógicas coloniais e colonizadoras e todas as violências delas decorrentes (...)” (RUNYAN, 2018, p.4) É importante ressaltar, novamente, que as diferenças coloniais, tratadas anteriormente neste texto, também se fazem presentes dentro dos feminismos. Nas observações decoloniais tais hierarquias ficam ainda mais evidentes: conforme Arvin, Tuck e Morrill (2013), a palavra feminismo possui um significado pejorativo para muitas mulheres indígenas e mulheres de cor pois está relacionada com o feminismo majoritariamente branco e acrítico.

Para uma das mais proeminentes teóricas do pensamento teórico decolonial, María Lugones (2014, p.939)

A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, “não”. Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral. Como não há mulheres colonizadas enquanto ser, sugiro que enfoquemos nos seres que resistem à colonialidade do gênero a partir da “diferença colonial”. Tais seres são, como sugeri, só parcialmente compreendidos como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero. A sugestão é não buscar uma construção não colonizada de gênero nas organizações indígenas do social. Tal coisa não existe; “gênero” não viaja para fora da modernidade colonial. Logo, a resistência à colonialidade do gênero é historicamente complexa.

Seguindo em frente, no que diz respeito a quarta visão feminista pós-positivista, há a teoria crítica feminista. Assim como muitos teóricos críticos, essas feministas acreditam que o conhecimento é reflexo dos interesses de determinados grupos sociais que o produz e estão interessadas em questionar não apenas o sujeito convencional das RI, mas também o porquê de certas produções científicas terem sido deixadas de lado. Tickner (2001), apoiando-se no trabalho de Harding (1991) resume: “uma importante tarefa da teoria feminista é tornar estranho aquilo que parecia familiar.” (TICKNER, 2001, p.31)

D’Costa e Lee-Koo (2009, p.9) elaboram que “Armadas com ideais críticos, as feministas procuram ‘feminizar’ as relações internacionais, o que primeiro envolve a aplicação de métodos feministas críticos através ‘Lentes de gênero’ para desconstruir e reconstruir o conhecimento.” Ainda de acordo com as autoras, a teoria crítica feminista é marginalizada, ou, em suas palavras, “exilada” nas margens da disciplina por explorarem as barreiras ontológicas e metodológicas das relações internacionais.

Por fim, trago aqui uma última abordagem que, embora não seja especificamente feminista, intersecciona-se com essa interpretação. Na teoria queer, assim como na abordagem pós-estruturalista feminista, os binarismos não têm vez. Para Cooper-Cunningham (2019), nesse modelo há o reconhecimento de que o gênero é sempre racializado e sexualizado. Há, ainda, uma recusa em se reconhecer um objeto próprio de análise, a exemplo da sexualidade, tendo em vista que tal fato deixada de lado a pluralidade das identidades humanas.

Para V. Spike Peterson (2014), um ponto importante da análise queer é o fato de que os códigos e práticas que informam a “normalidade” constituem, também, desvios e exclusões de “outros”, configurando locais de violência social. Em consonância com a autora, Richter-Montpetit (2017, p.7) afirma que “A teoria queer em RI investiga como certas normas sexuais, normatividades e sujeitos são produzidos e passar a ser entendidos em termos binários,

interrogando os efeitos políticos desse tipo de pensamento e/ou e ‘regimes do normal’.” Ainda para a autora, os estudos queer não adicionam somente a variável “sexualidade” em teorias de RI: fazer uma pesquisa queer é investigar “como as operações do poder internacional são moldadas pelas lógicas e normas sexuais.” (RICHTER-MONTPETIT, 2017, p.3)

Cynthia Weber (2015), outra expoente dos estudos queer, nos informa que é estes binarismos que envolvem a “coisificação” do/a Outro/a são operacionalizados na política mundial a partir de um discurso de pertença (ou não): quem é o quê, quem faz o quê. Neste sentido, fica evidente que há sempre um interesse por trás dos discursos, principalmente na categorização da pessoa queer como desviante. A figuração sexual do Outro como “homossexual”, portanto, é uma forma de “construir e legitimar como eles [os formuladores de políticas] ordenam a política internacional e domam a anarquia (...).” (WEBER, 2015, p.12)

Portanto, após esse curto caminho percorrido nas teorias feministas internacionais, retomo o argumento de que as abordagens feministas são compreendidas como sendo um único “feminismo” como um artifício propagado em prol da manutenção de uma hierarquia entre as pautas feministas, bem como a deslegitimação de seus argumentos, e concluo que, de fato, é impossível compreender a pluralidade dos feminismos e das pautas por eles trabalhadas sem que haja o reconhecimento de suas diversidades, suas tensões – tanto internas quanto externas – e, acima de tudo, seus diálogos e intersecções, que tornam tanto as RI quanto os estudos de gênero variados, ainda que não coesos.

Logo, em um exercício de autoanálise, trago aqui uma questão que servirá de base para a minha próxima seção: por que eu, enquanto mulher brasileira e pesquisadora de um grupo de mulheres ativistas do Brasil não trouxe de forma mais profunda para dentro desse texto a teoria pós-colonial, ou mesmo a decolonial? Por que demonstrei, ao longo das últimas páginas como se deu o desenvolvimento do feminismo internacional que é majoritariamente branco e que, de certa forma, tornou-se mais preponderante nos estudos de gênero em RI?

Fiz esta escolha por diferentes motivos. O primeiro deles é o próprio movimento teórico ao qual sou impelida ao pesquisar mulheres mães e maternagem. Isto é, nos primeiros passos que dei ao pensar neste projeto acabei por me deparar com as pesquisas de Adrienne Rich (1995) e Andrea O’Reilly (2004, 2014, 2016) e compreendi que, embora muitos estudos sobre maternagem se encontrem, em algum momento, com investigações feministas ou mesmo interdisciplinares, na prática eles configuram um campo a parte, que possui inúmeras

ramificações com base na área em que são inseridos. Assim, ao trazer a questão dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, pretendo também compreender as lacunas desta teoria e oferecer uma possível contribuição para sanar ao menos uma delas.

A segunda razão da minha opção pela teoria feminista matricêntrica é a possibilidade que tenho de fazer uma movimentação crítica dentro do próprio feminismo. Ou melhor, é o potencial que eu, enquanto mulher feminista não-mãe que escolhe olhar para mulheres da minha região, tenho de contribuir para os debates que estão (ou não, neste caso) sendo feitos acerca do tema a partir de uma posição tanto de pertencedora, quanto de crítica. A minha reflexividade, portanto, me impeliu neste caminho.

Por fim, o terceiro e último motivo é o de que, embora eu acredite que as teorizações decoloniais sejam, sim, extremamente relevantes e urgentes, na área de Relações Internacionais elas são trabalhadas a partir de uma ótica muito específica, aquela que repensa e tensiona as relações entre colonizador e colonizado, ou colonizadora e colonizada, não havendo muito espaço, tanto nos debates teóricos mais amplos quanto na disciplina, para se pensar questões maternas. É certo que muito ainda pode me ser questionado: há, sim, trabalhos que buscam compreender as relações entre gênero, maternidade e decolonialidade. Os artigos de Gonzaga e Mayorga (2019) e Teixeira e Gallo (2021) comprovam que inúmeras são as oportunidades para este embricamento. Ainda assim, no que diz respeito a Relações Internacionais e ao ativismo feminista transnacional, a incipiência da discussão é tamanha que talvez não fosse sequer possível desenvolver um argumento coeso o suficiente para entrelaçar o emaranhado de discussões e críticas que faço aqui.

Como já argumentei, embora a área esteja mais receptiva a visões díspares das tradicionais, a exemplo da admissão das teorizações pós-coloniais e decoloniais, ela ainda está engessada em mármore branco e anglo-saxão, tendo em vista que boa parte das teorias pós-positivistas aqui discutidas ainda são marginalizadas mesmo dentro dos feminismos. Aliás, no que diz respeito a visões, não posso deixar de trazer para cá os apontamentos de uma autora que tive o privilégio de conhecer em uma aula de Teorias II durante o mestrado: sim, o mesmo tipo de disciplina que, embora defasado em certas instâncias, tem grande potencial transformador quando desafia o *status quo*.

Para a autora nigeriana Oyěwùmí (1997), que em sua obra “The Invention of Woman: making and african sense of western gender discourses”, trata, dentre outros assuntos, da ênfase que o Ocidente dá ao sentido da visão, o gênero e a mulher são categorias de análise

distintas de acordo com a região e a cultura, não sendo, assim como o patriarcado não o é, universais. Portanto, a exportação do modelo Ocidental da leitura de gênero para outras culturas traz consigo uma ideia de que todas as sociedades possuem, em seu cerne, um sistema de sexo/gênero, o que não é, necessariamente, verdade.

A relação dos tópicos com a questão colonial fica evidente quando Oyèwùmí (1997, p.15) afirma que “elas [feministas ocidentais] examinam as ligações entre o privilégio da visão e o patriarcado, observando que as raízes do pensamento ocidental no visual produziram uma lógica masculina dominante. [...] elas notam a natureza passiva da visão, na medida em que o sujeito do olhar é passivo.” Sabendo, então, que a questão visual é muito íntima do Ocidente – e não de demais culturas – e que o patriarcado se desenrola sob essa égide, a autora sugere que discussões acerca de categorias sociais devem ser “definidas e fundamentadas no meio local, em vez de baseadas em descobertas ‘universais’ feitas no Ocidente” (OYÈWÙMÍ, 1997, p.16)

Deste modo, e levando a consideração a afirmação de Oyèwùmí (1997) de que as categoriais sociais devem ser discutidas com base no meio local, busco trazer para esta pesquisa a noção de que as práticas e experiências de mulheres distinguem-se com base no local, na cor da pele, na religião, na sexualidade e em outras fontes identitárias. Assim sendo, na próxima seção, argumentarei como a pauta materna está profundamente desvinculada dos feminismos internacionais e discorrerei acerca das diferentes noções do termo “maternidade” e “maternagem”. Pretendo, ao fim da próxima etapa, evidenciar as barreiras que os feminismos internacionais impõem para que as mães, enquanto sujeitos costumeiramente “domésticos”, sejam pensadas no âmbito internacional.

1.3. Maternidade: instituição e experiência

Maternidade é um assunto por vezes delicado e com frequência tratado de forma ambígua, tendo em vista que, embora muitas mães notoriamente se sintam sobrecarregadas, continuam afirmando que filhas são uma “benção” e, conforme Badinter (1985, p.9), “A maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado.”. Bem, não é o meu objetivo aqui discutir o aspecto afetivo, emocional ou psicológico da maternidade. Meu papel, antes, é o de problematizar a maternidade enquanto fator social de agravamento de opressões contra as mulheres; é o de demonstrar que, a despeito da disciplina de RI tentar ignorar o assunto ao

qualificá-lo como “doméstico”, o tema se faz presente na famigerada esfera internacional tanto quanto qualquer outro tópico político.

Pensando especificamente no contexto das teorias de Relações Internacionais, já demonstrei que boa parte delas ignora as demandas feministas. Portanto, não é surpresa que, por conseguinte, deixem de lado – ou sequer acreditem ser imaginável considerar – os temas relativos à maternidade. No caso das abordagens feministas internacionais, como também já debati na seção anterior, ainda que muitas vertentes tenham trazido consigo um processo de desconstrução e maior pluralização dos tópicos estudados, poucas ainda dão espaço para os debates acerca da maternidade e, quando o fazem, não o posicionam como central na discussão.

A importância de se estudar as RIs do “dia a dia” pode ser compreendida através de uma potente colocação feita por Mohanty (2003, p.5) em que, para a autora,

A prática feminista, como eu entendo, opera em vários níveis: no nível da vida diária através dos atos cotidianos que constituem nossas identidades e comunidades relacionais; no nível da ação coletiva em grupos, redes, e movimentos constituídos em torno de visões feministas de transformação social; e nos níveis de teoria, pedagogia e criatividade textual no meio acadêmico e práticas de escrita de feministas engajadas na produção de conhecimento.

Considerando, portanto, que mulheres tem suas vidas cotidianamente transformadas pelas experiências da maternidade sob a égide do patriarcado, trago aqui um breve debate acerca do que, baseando-me na famosa obra de Adrienne Rich (1995), compreendo como maternidade e maternagem. Para então, a partir disso, retornar com a fundamentação teórica da minha pesquisa, cuja principal raiz não se encontra nos feminismos internacionais já explicitados anteriormente, mas em uma nova abordagem denominada “feminismo matricêntrico”, que pode ser compreendida de forma interdisciplinar e que, embora pouco usada nas RI, possui relevância para a área.

Pensando especificamente no Ocidente¹⁵, os estudos sobre a maternidade advém, principalmente, de uma tradição de pensamento iniciada por Adrienne Rich com a publicação

¹⁵ Embora eu parta de um lugar compreendido como o “Sul Global” e não esteja, necessariamente, inserida no mundo Ocidental tal como ele é, é inegável que nós, as brasileiras, somos influenciadas fortemente por esse estilo de vida, e por suas conseqüentes cargas políticas, culturais, sociais e econômicas. É possível trabalhar com a ideia de que nós as brasileiras fomos e somos “ocidentalizadas”. Logo, utilizarei conceitos desenvolvidos por mulheres brancas estadunidenses. O que não anula, entretanto, a minha proposta de subverter os estudos internacionais: a noção de maternagem, como ficará explícito mais a frente, tem um caráter crítico e ao mesmo tempo propositivo de mudança.

de seu livro “Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution” em 1976 (KAWASH, 2011). No livro, cujo nome utilizei como inspiração para intitular esta seção, a autora utiliza uma mescla de testemunho vivencial somado a investigação científica.

Utilizando-se de uma linguagem marcadamente pessoal e buscando considerar questões levantadas ao longo de sua experiência enquanto mulher e mãe, Rich (1995) dá o pontapé inicial do que viria a ser um novo campo de pesquisa: os estudos sobre a maternidade. É interessante notar que, apesar desses estudos fazerem parte de uma abordagem mais geral sobre mulheres, em muitos momentos eles se interseccionam com análises feministas.

No entanto, poucas pautas feministas de fato abarcam as necessidades e/ou experiências das mulheres mães e geralmente enfocam muito mais na crítica a maternidade compulsória e na militância pró-aborto, ignorando que as mulheres que já são mães também possuem demandas específicas, muitas delas relacionadas a opressão patriarcal (CHODOROW, 1978; MURARO, 1983; PATEMAN, 1988; FEDERICI, 2017). Ainda assim, a obra de Rich (1995) é rica nesse sentido. Como ela mesmo afirma, “Eu queria examinar a maternidade – a minha própria inclusa – em um contexto social, como inserida em uma instituição política: em termos feministas.” (RICH, 1995, p. ix)

É pertinente ressaltar que, na mesma época em que Rich publicava sua obra nos EUA, Elisabeth Badinter publicava um grande livro na França: *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Nessa obra, lançada em 1985, quase 10 anos depois de *Of Woman Born*, a autora traçou o surgimento da ideia da “boa mãe”, isto é, daquela mãe que ama suas filhas inexoravelmente.

Com um olhar histórico, Badinter (1985) observa uma Europa – em especial a França – dos séculos XVII e XVIII e percorre a rotina e as vivências das mulheres mães da época, culminando em uma análise que se finda no século XX. De forma bem breve, nesse percurso a autora identifica uma mudança bem visível: enquanto nos dois primeiros séculos analisados muitas mulheres mães de elite abandonavam suas filhas ou mesmo mandavam-nas para longe para serem criadas por amas, nos séculos posteriores essas mulheres viram-se não apenas presas ao lar, mas amarradas à criação de suas crianças e devoção a elas em tempo integral.

Como argumenta a autora, tal mudança se deu a partir do surgimento de três grandes discursos: (1) O econômico, no qual a criança adquire um valor mercantil ao perceber-se que ela é potencialmente uma riqueza econômica; (2) o filosófico, no qual as ideias do desenvolvimento do amor e de sua expressão fornecem base para a igualdade e a felicidade

individual; (3) o discurso dos intermediários, em que o Estado operacionaliza agentes como médicos, moralistas, filantropos, pedagogos e chefes de polícia para chegarem até as mulheres. (BADINTER, 1985)

Nesse ponto, é necessário que eu faça aqui uma observação: assim como a autora não questiono a existência de um forte sentimento entre mãe e filhas, nem tampouco afirmo que o amor – ou qualquer que seja o sentimento presente nas relações entre mães e filhas – seja falso. O que me proponho a tecer aqui, assim como Badinter (1985) fez, é uma crítica ao modo como se deu a construção da imagem da mulher mãe que e da maternidade que, como exposto pela autora, passou a fazer parte de um universo canônico, beirando o religioso.

Passou-se a associar a mulher mãe com uma santa, com a imagem bíblica de uma mulher destinada, tanto biológica quanto moralmente, a sofrer e a se sacrificar para que suas filhas fossem felizes, o que, em tese, deveria ser suficiente para ela. A relação não parou por aí: a maternidade, naquela época, e mesmo hoje ainda que em menor grau, trazia uma promessa de glória e da idealização da renúncia, traduzida por meio do “amor materno”. (BADINTER, 1985)

A maternidade, portanto, deveria ser objeto de desejo para todas as mulheres, ainda que trouxesse grandes tormentos devido ao grau de dedicação que se exigiria. Não obstante, esse modelo de maternidade que descrevi acima, embora pareça geral, está muito bem localizado: ele tem o seu cerne em uma cultura ocidental e/ou ocidentalizada e profundamente patriarcal. Um ponto-chave na análise acerca da maternidade e da maternagem é exatamente esse: o do patriarcado.

Conforme Rich (1995, p. xxiii-xxiv),

O patriarcado é um o conceito concreto e útil. Quer seja considerado como um fenômeno que data do capitalismo ou como parte da história pré-capitalista de muitos povos, e que também deve ser confrontado sob os socialismos existentes, é agora amplamente reconhecido como um nome para uma hierarquia sexual identificável. Não corremos o risco de perder o controle sobre o patriarcado como a principal forma de dominação paralela e interconectada com raça e classe. Mas ver o patriarcado como um produto puro, sem relação com a opressão econômica ou racional, parece-me hoje distorcer as linhas de visão ao longo das quais passamos a agir. O outro lado do patriarcado como um “pega tudo” é a idealização da mulher. Ao que parece, as feministas brancas não acharam fácil expressar uma visão feminista sem tropeçar nos fios desse reino conhecido como “cultura feminina”, que muitas vezes corresponde fortemente à “esfera separada” da classe média feminina vitoriana.

Sabendo que o patriarcado marca sobremaneira a experiência materna ocidental e/ou ocidentalizada e que “Como mães as mulheres foram idealizadas e também exploradas”

(RICH, 1995, p. xxiv), partirei desse ponto para tratar dos conceitos de maternidade e maternagem que, de certa forma, são conflitantes. Em resumo, a maternidade é um fenômeno que acontece sob a égide do patriarcado. Isto é, ela é definida por homens e, ao mesmo tempo em que aprisiona as mulheres em seus corpos ao compreender que a maternidade é o destino delas, ela também as aliena delas ao forçá-las a essa “característica inata.” (RICH, 1995)

Buscando concatenar as formas através das quais o discurso da maternidade está encarnado na sociedade atualmente, Andrea O’Reilly (2016) desenvolveu o que ela chama de os dez pressupostos ideológicos da maternidade patriarcal: (1) essencialização, que posiciona a maternidade como a base da identidade feminina; (2) privatização, que insere o trabalho materno somente no reino doméstico e reprodutivo do lar; (3) individualização, responsável por fazer com que o cuidado materno recaia somente sobre uma pessoa; (4) naturalização, isto é, o pressuposto de que a maternidade é natural para todas as mulheres e que todas nós sabemos, naturalmente, como ser mães; (5) normatização, que cria uma identidade e prática materna que só existem de um modo muito específico, o da família nuclear; (6) especialização e (7) intensificação, responsáveis por uma criação de filhas que é consumidora e dirigida por especialistas; (8) idealização, responsável pela definição de expectativas intangíveis de e para as mães; (9) despolitização, causa da caracterização da educação das crianças somente como um empreendimento privado e apolítico; e (10), biologização, responsável por enfatizar laços sanguíneos e posicionar a mãe biológica como a mãe real e autêntica.

Nesta esteira, Rich (1995) entende que a maternidade compõe-se de dois significados sobrepostos: “a relação potencial de qualquer mulher com seus poderes de reprodução e filhos; e a instituição, que visa garantir que esse potencial – e todas as mulheres – permaneçam sob controle masculino.” (RICH, 1995, p.13). Para a autora,, o poder materno também possui dois vieses: o biológico, isto é, a capacidade de gerar e nutrir vida; e um poder mágico, inventado e fornecido pelos homens, no qual as mulheres – e somente elas – possuem um *status* de deusa, de guerreira. Nesse contexto, nenhum homem conseguirá maternar como uma mulher, pois só ela é especialista nisso e as mulheres deveriam ser vistas como deusas a serem adoradas ou mesmo temidas pelos homens.

Embora a realidade da vivência de uma mãe esteja muito distante dessa na qual ela é adorada e/ou temida, a mulher mãe, de fato, encontra-se em uma posição distinta, em um outro patamar. O que não significa, necessariamente, que essa experiência seja boa. Ao fim e ao cabo, as mães residem em um local à parte: assim como as santas, elas devem escutar tudo

o que seus fiéis lhes suplicam e atendê-los. No entanto, contrariamente a adoração e/ou recompensa material, espera-se que a felicidade de suas crianças já lhe seja pagamento suficiente. E como bônus de opressão nesse contexto, parafraseando e mesmo deturpando uma famosa frase de Simone de Beauvoir (2009), uma das ideias que é mais bem vendida pelo patriarcado é a de que “não se torna mãe, nasce-se mãe.”

No entanto, como evidencia O’Reilly (2004, p.4-5)

Historiadoras feministas concordam que a maternidade não é principalmente uma função natural ou biológica; em vez disso, é especificamente e fundamentalmente uma prática cultural que é continuamente redesenhada em resposta a mudanças nos fatores econômicos e sociais. Como construção cultural, seu significado varia com o tempo e o lugar; não há experiência essencial ou universal da maternidade.

Portanto, considerando que a maternidade não é uma experiência universal nem tampouco a única característica definidora de uma mulher que é mãe, Rich (1995) cunhou um termo muito utilizado nos estudos sobre a maternidade que é a maternagem. O’Reilly (2016) baseando-se na obra de Rich (1995) compreende que o termo “*mothering*”, ou seja, o ato de matinar, implica necessariamente em uma ação ou processo contínuo. Dessa forma, a “*motherhood*”, isto é, a maternagem, embora conectada com o poder biológico, fundamenta-se também em significados institucionais, simbólicos e culturais. Destarte, ambos os conceitos resultam em uma ação, na tomada de agência por parte das mães.

No modelo de maternagem, as mulheres possuem autonomia para repensar novas teorias e ações. Tendo por base a emancipação e o fim da instituição da maternidade conforme praticada nos moldes patriarcais, a maternagem passa a ser fonte de poder para as mulheres, e não mais de opressão. (RICH, 1995; O’REILLY, 2016). Em suma,

O termo “maternidade” refere-se à instituição patriarcal da maternidade que é definida e controlada pelo homem e é profundamente opressora para as mulheres, enquanto a palavra “maternagem” refere-se às experiências femininas de maternidade que são definidas e centradas pela mulher e potencialmente empoderadora para as mulheres. A realidade da maternidade patriarcal, portanto, deve ser distinguida da possibilidade ou potencialidade de maternagem ginocêntrica ou feminista. Em outras palavras, enquanto a maternidade, como uma instituição, é um local de opressão definido pelo homem, as próprias experiências maternas das mulheres podem, no entanto, ser uma fonte de poder. (O’REILLY, 2016, p.2)

A ideia de maternagem aglutina várias facetas, que variam de experiência para experiência. Como expõe Hoagland (1988, p. 96), “A maternagem também pode envolver a

escolha de não trazer um filho ao mundo, uma vez que a sociedade não permite que uma lésbica seja o tipo de mãe que ela escolhe ser.” Além da escolha de ter ou não uma criança, essa abordagem implica também em modelos distintos de maternar: Green (2004) relembra de um diálogo que teve em 1998 com uma mulher chamada Willow. Na época, Willow contava com a ajuda de uma amiga feminista – que também era mãe – para cuidar de sua filha e contribuir com o relacionamento mãe e filha que se encontrava estável. “Durante alguns meses as duas mulheres partilharam responsabilidades maternas, permitindo Willow e sua filha continuar conectadas positiva e fortemente, mas também oferecendo espaço para elas lidarem com o problema que enfrentavam.” (GREEN, 2004, p.131)

Ainda sobre este caso, a autora comenta que a entrevistada, sua amiga e sua filha faziam reuniões familiares frequentemente, e que, tendo em vista que as casas das duas mulheres eram no mesmo bairro, a filha de Willow passou um tempo morando ora em sua casa, ora na casa da amiga de sua mãe. Esta abordagem tornou possível que, ao final de um curto período de tempo, mãe e filha já estivessem morando juntas em tempo integral e já tendo solucionado seus problemas.

Outros dois exemplos que me chamam a atenção acerca das possibilidades da maternagem são (1) o de James (1999) que trabalha com o conceito de “*othermothering*” que, em uma tradução livre, pode ser compreendido como outramaternagem. Isto é, a maternagem via aceitação e criação de uma criança, adotada formalmente ou não, o que implicaria nas crianças serem compreendidas como filhas e filhos de uma rede de mães; e (2) a noção de “mães da comunidade”, trabalhada por Wane (2000). Neste cenário, o papel de mulheres que já são mães seria o que de criar, em conjunto, crianças das comunidades nas quais elas estão inseridas.

Ambos os exemplos supracitados se conectam e, de acordo com Edwards (2000 *apud* O’REILLY, 2004), o segundo seria uma “evolução” do primeiro. Conforme O’Reilly (2004, p.11), “Maternidade comunitária e outramaternagem surgiram em resposta às necessidades de mães negras e serve para empoderar mulheres negras e enriquecer suas vidas.” Como discutirei mais a frente, a complexificação da maternagem por meio da inserção de perspectivas não-brancas é imprescindível para a compreensão das possibilidades emancipadoras do fenômeno, o que fica evidente no caso dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.. No entanto, a fim de prosseguir com a fundamentação teórica desta pesquisa, retomo aqui o curso de meu argumento.

Após essa explicação acerca da maternagem e de sua diferenciação da maternidade fica mais fácil compreender que a crítica somente não basta, ela deve sempre que possível vir acompanhada de uma proposição como a feita por Rich (1995). E de tal proposta, a da maternagem, é que surgiu a principal base do feminismo matricêntrico, uma vertente desenvolvida por Andrea O'Reilly. Em síntese, o feminismo matricêntrico possui pressupostos políticos, teóricos e estratégicos existentes no século XXI e, apesar de partilhar dos pressupostos do maternalismo, ele compreende também concepções e filosofias de lutas feministas, por direitos iguais e da ética do cuidado. (O'REILLY, 2014)

É válido ressaltar que a abordagem feminista matricêntrica não concorre com a vertente tradicional, uma vez que o seu foco não é o de desvalidar o feminismo, mas, antes, enfatizar que a categoria de “mãe” difere da categoria “mulher” devido aos muitos problemas que as mulheres mães encontram (sejam eles sociais, econômicos, políticos, culturais, psicológicos etc.), e que são específicos ao papel e a identidade dessas mulheres enquanto mães. (O'REILLY, 2016)¹⁶

Dito isto, trago o foco para o assunto da minha pesquisa: a atuação das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Ou melhor, explico a questão que me moveu a pesquisar sobre esses grupos e essas mulheres: por que as mães não fazem parte dos estudos de Relações Internacionais? Ora, qualquer pessoa adepta do *malestream*¹⁷ diria que é porque elas não configuram os objetos base da análise internacional. Os mais críticos poderiam até mesmo dizer que elas fazem parte do doméstico, enquanto em RI o foco é no internacional.

Ambas as respostas estão corretas, mas não bastam. Afinal, se fosse assim tão simples, muitas correntes feministas internacionais que estudam as RIs cotidianas já teriam dissertado acerca da maternidade ou mesmo sobre o ativismo dos grupos de mães (para além das Mães da Praça de Maio, muito mais atreladas nos trabalhos da área à luta por direitos humanos do

16 Outro ponto cuja visibilidade considero essencial é o da realização do trabalho materno. Para Ruddick (1995), a despeito do trabalho materno poder ser realizado por qualquer adulto considerado responsável, são as mulheres que, historicamente e de forma desproporcionalmente, é que cuidam das crianças por um longo período, para além da gravidez, do parto e do puerpério. Deste modo, ao utilizar o termo ‘mãe’ nessa pesquisa estarei sempre me referindo a mulheres que, quer tenham parido ou não, maternem de alguma forma. Não é o meu objetivo, contudo, ignorar ou mesmo deslegitimar experiências vividas por outras pessoas que não são mulheres. Porém, é necessário que eu delimite o escopo do meu estudo.

17 O termo *malestream* “pressupõe que, a exemplo de outras áreas de saber-poder, os espaços acadêmicos e educacionais também são refletidos à imagem e semelhança de homens e, por esse motivo, tornam-se igualmente espaços hegemônicos de paradigmas, visões de mundo, constructos ideológicos, epistemológicos, ontológicos e hermenêuticos ligados ao gênero masculino.” (TICKNER, 1997 *apud* GALHERA; MASO, 2017, p.6)

que por demandas básicas maternas)¹⁸. Se o problema fosse puramente uma troca de assunto de análise, talvez fosse mais fácil superá-lo. Afinal, se as feministas questionam sobre a institucionalização da família, por que também não fazer indagações acerca do caráter institucional da maternidade?

Uma possível explicação pode ser encontrada na própria imagem que se tem da mulher mãe. Profundamente associada ao cenário doméstico, do lar, da família, há uma aura em torno da mulher que é mãe. Como aponta Badinter (1985), a “mãe” é compreendida como uma mulher casada e com filhos legítimos (isto é, concebidos e paridos dentro do casamento). Sua figura é sempre relacional: ela só pode ser concebida em relação ao pai e ao filho. Entretanto, conforme a autora, é nítido o caráter tridimensional que esta pessoa possui: ela é mãe, mas também é uma mulher. “Um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho.” (BADINTER, 1985, p.25)

Outra explicação possível vincula-se sobretudo ao próprio assunto desta pesquisa: embora os feminismos tenham como uma de suas bases fundamentais o criticismo isso não significa, por si só, que tanto esse caráter reflexivista quanto as teorias estejam isentos de replicarem hierarquizações e opressões, sobretudo nos âmbitos de raça, classe, sexualização, nacionalidade etc. Há, portanto, dentro dos debates feministas internacionais – e do feminismo de uma maneira geral – uma elite: não apenas de pessoas brancas, cisgênero, heterossexuais e do “Ocidente”, porém também com relação a pautas. Determinadas agendas são frequentemente privilegiadas em detrimento de outras, quer seja por possuírem maior apelo social, quer seja por outros motivos que envolvem desde interesses de grupos privados até a busca pela constante validação do sistema de Estados e a manutenção de um *status quo* que favorece alguns grupos seletos.

Nesse sentido, o debate sobre o público e o privado e o doméstico e o internacional se entrelaçam nessa equação e a questão do lugar da mulher, do lugar da mãe, é posta em xeque. Se considerarmos que a esfera designada a mulher mãe é a da casa, ou seja, a doméstica, mulheres mães que subvertem essa lógica estão onde? Aliás, por que é que associamos a mãe ao lar sendo que inúmeras mulheres negras nunca tiveram sequer a oportunidade de ficar em casa e cuidar de suas filhas pois precisavam trabalhar “fora” e frequentemente cuidando das filhas de mulheres brancas?

18 Sobre trabalhos referentes as Mães da Praça de Maio, ver Taylor (1997), Keck e Sikkink (1998), Quadrat (2003) e Castelli (2012), para citar alguns.

Quais temas podem surgir se questões de raça e classe em geral, e a compreensão do trabalho materno de mulheres étnicas raciais, especificamente, tornarem-se centrais para feministas que teorizam sobre a maternidade? Centrar a teorização feminista nas preocupações de mulheres brancas de classe média leva a duas suposições problemáticas. A primeira é que existe um grau relativo de segurança econômica para as mães e seus filhos. A segunda é que todas as mulheres desfrutam do privilégio racial que lhes permite ver a si próprias principalmente como indivíduos em busca de autonomia pessoal, em vez de membros de grupos étnicos raciais lutando pelo poder. (COLLINS, 2018, p. 313)

Com a colocação de Collins (2018) fica nítido que é preciso compreendermos que a imagem romantizada materna não é somente machista, mas também racista e classista. E é através do entendimento dessas intersecções que podemos partir para um diálogo mais significativo. Pois é a falta de reconhecimento de que a domesticidade da maternidade já foi há muito superada, e para muitas mulheres sequer existiu, que configura uma barreira para as teorias das RIs, em especial as abordagens feministas, para pensarem as mães enquanto sujeitos internacionais. Afinal, como aponta Collins (2018, p.311) “Dominação racial e exploração econômica moldam profundamente o contexto materno, não apenas para mulheres étnicas raciais nos Estados Unidos, mas para todas as mulheres”

Desta maneira, admitindo que as mulheres mães possuem demandas específicas e atuam para além das fronteiras do lar, do doméstico, do nacional, acredito que a melhor base teórica para analisar um grupo de mães que atuou no Brasil na década de 1970 não se encontra nas RI ainda, embora seja meu desejo trazê-la para dentro da disciplina por meio do fomento da operacionalização do feminismo matricêntrico nesta pesquisa. Pois, ao colocar as mães no cerne de minha análise, posso cumprir com o meu objetivo de compreender como a atuação dessas mulheres explicita os limites do ativismo feminista transnacional e escancara as barreiras do internacional.

A escolha do feminismo matricêntrico como base teórica da minha análise fundamenta-se, como já mencionei, na necessidade de fazer uma mudança no assunto de uma pesquisa feminista em RI. Essa, assim como todas as demais escolhas aqui feitas, foram informadas principalmente pela minha agenda de pesquisa que busca estar em consonância com aquilo que Tickner (2005) e Ackerly, Stern e True (2006) convencionaram como “perspectiva epistemológica”, isto é, a adoção de metodologia, ontologia e epistemologia feministas.

Ainda assim, somente adotar um feminismo matricêntrico pautado no Norte Global não faria, essencialmente, nenhuma grande mudança. É preciso fazer uma releitura teórica a partir da minha posição enquanto pesquisadora brasileira e, acima de tudo, da subalternização das mulheres dos Clubes de Mães que estão situadas na periferia de uma cidade de um país periférico, cuja elite tanto subordina quanto é subordinada. Assim, no próximo capítulo tratarei do movimento feminista de forma mais ampla, mas também da sua relação íntima com uma elite anglo-saxã e as mitologias fundacionais do movimento. Trabalharei, ainda, com o movimento feminista transnacional e as suas interações, ou melhor, a falta delas, com o universo dos Clubes de Mães.

Capítulo II – Feminismos e Movimentos Transnacionais

“Estudar os movimentos sociais implica trabalhar com processos fluidos, com limites mutáveis, com atores que vão se formando e se transformando, com cenários e quadros interpretativos que estão sempre em processo de (re)construção”¹⁹

2.1. Os movimentos sociais no cenário internacional

Início este primeiro tópico do Capítulo II informando que não é meu objetivo discorrer extensivamente acerca das diferentes teorias dos movimentos sociais²⁰. Pretendo, antes, introduzir a temática, ressaltando os principais pontos que qualificam uma movimentação social e observando as diferenças entre as unidades básicas deste universo, a exemplo das associações e redes. A seguir, objetivo relacionar a temática ao cenário internacional, observando como se deu – e ainda se dá – o entrelaçamento entre os movimentos locais e o global, demonstrando como a disciplina de Relações Internacionais pode utilizar-se desta entidade coletiva como uma unidade de análise internacional.

O surgimento dos estudos acerca dos movimentos sociais, conforme apontado por Gohn (1996), ocorreu a partir da década de 1960, obtendo maior abertura e expressão e passando a figurar como objeto científico de análise com maior validade nas Ciências Sociais, recebendo inclusive teorias próprias. Ainda de acordo com a autora, esse aumento na “receptividade” das investigações acerca dos movimentos sociais aconteceu devido a dois grandes fatos: elevação da visibilidade dessas movimentações na sociedade, que passaram a ser compreendidos como fenômenos históricos concretos; e a elaboração e maior amadurecimento de teorias sobre o universo social, tendo as teorias sobre as ações coletivas recebido nova atenção, tornando passível o alcance de teorizações inéditas acerca da sociedade civil.

Mas, afinal, o que são movimentos sociais? Gohn (1996, p.14) afirma “que não há um conceito sobre movimento social mas vários, conforme o paradigma utilizado.” De um modo geral, os principais paradigmas se diferenciam com base em diferentes pontos de partida

19 JELIN, E. Mas allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p.13

20 Muitos estudos importantes já discorrem acerca das diferentes teorizações sobre os movimentos sociais, ou fizeram suas próprias contribuições, a exemplo dos trabalhos de Tilly (1976, 1981, 1993, 2009), Tarrow (1994), Lyman (1995), Gohn (1996), Alonso (2009) e Viana (2016).

teórico-metodológicos, que variam devido as posições histórico-geográficas distintas. Isto é, há de se observar não somente as múltiplas épocas nas quais as teorias sobre os movimentos sociais foram desenvolvidas, mas também de onde elas partiram: América do Norte, Europa ou América Latina.

É certo que conforme este campo de estudo foi de adensando e o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países foi acontecendo, todas as abordagens passaram a sofrer influência uma das outras. Ainda assim, inicialmente, havia uma clara divisão entre uma e outra que, conforme Gohn (1996), era definida assim:

- Paradigma Norte-Americano: responsável por fazer explicações centradas nas estruturas organizacionais dos sistemas sociopolíticos e econômico, tendo como categorias analíticas básicas unidades como sistema, organização, ação coletiva, comportamentos organizacionais, integração social etc. “A partir dessas categorias ele desenvolveu vários conceitos e noções analíticas, tais como, privação cultural, escolhas racionais, mobilização de recursos, institucionalização de conflitos, ciclos de protestos, micromobilizações, *frames*, oportunidades políticas etc.” (GOHN, 1996, p.15);
- Paradigmas Europeus: (1) a abordagem marxista, que teve como foco o estudo dos processos teóricos globais, as contradições existentes e as lutas entre as diferentes classes sociais, partindo de categorias de análise básicas tais como classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado etc. A partir disto, este paradigma foi o responsável por desenvolver noções e termos como experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc.; e (2) a abordagem dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que, diferentemente de seu companheiro europeu, teve como cerne “explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais.” (GOHN, 1996, p.16) Suas principais categorias de análise foram cultural, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc., tendo sido os conceitos analíticos desenvolvidos as noções de identidade coletiva, representações coletivas,

micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc.;

- Paradigma Norte-Americano/Europeu: diálogo entre os paradigmas Norte-Americano e NMS Europeu nos anos 1980, que resultou em alterações em ambas perspectivas e na criação de uma nova corrente teórica envolvendo as duas abordagens. A ênfase passou a ser, então, “no processo político das mobilizações e nas bases culturais que lhes dão sustentação (em vez da ênfase nas bases econômicas, característica da abordagem norte-americana entre os anos 70 e parte dos 80).” (GOHN, 1996, p.16) A principal categoria desenvolvida neste paradigma foi a noção de estrutura de oportunidades políticas.;
- Paradigma Latino-Americano: seu foco essencial foi nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (a exemplo dos indígenas, negros, mulheres e outras minorias); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, espaço para moradia urbana (como é o caso das associações de moradores e nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja), e ainda nas lutas pela terra na área rural. As principais orientações teóricas deste paradigma foram as dos paradigmas europeus, tendo existido um foco maior na vertente marxista nos anos 1970, com ênfase nas categorias de hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais, e na perspectiva dos NMS em 1980, que teve como destaque as noções de autonomia e identidade (GOHN, 1996; GOIRAND, 2012).

Com relação a este último paradigma, diferentes categorias analíticas vêm sendo desenvolvidas e têm se modificado. Noções como as de novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, rede de solidariedade, setor terciário público e privado, entre outras, têm aparecido cada vez mais em nossas obras latino-americanas. “As novas categorias esboçam, delineiam e o mesmo tempo podem ser o suporte para a elaboração de um paradigma próprio e específico para a América Latina.” (GOHN, 1996, p.17) Muitos fatores contribuíram, e o seguem fazendo, para o adensamento desse paradigma. Como afirma Goirand (2012), os populismos ou a *Marea Rosa*²¹ que chegaram neste ambiente começaram um processo de redução da mobilização ou mesmo de desmobilização na América Latina, sendo necessária

21 A Maré Rosa, em português, foi a ascensão da esquerda na América Latina no início do século XXI.

uma leitura mais contemporânea tanto destas mobilizações quanto da interação entre mobilização, institucionalização e movimentação das bases.

É pertinente ressaltar que os paradigmas são criados e posteriormente abandonados ou mesmo modificados para responder às práticas sociais vigentes em um determinado momento e *locus* histórico, uma vez que, como aponta Jelin (2003, p.13) “Há ciclos de mobilização, há períodos de retirada e latência, há alianças conjunturais e outras que permanecerão.” Como é possível observar, portanto, diversos são os paradigmas dos estudos sobre movimentos sociais e, por conseguinte, múltiplas são as definições deste fenômeno.

Ainda assim, esforços vêm sendo feitos para que se chegue a um consenso acerca do significado de “movimento social”, o que, entretanto, ainda não foi concluído – e muito possivelmente nunca será, considerando-se o fato de que há divergências internas e externas entre as correntes. Nesta pesquisa, contudo, apoiarei-me em algumas resoluções a fim de trazer uma noção mais clara do que pode-se entender como movimento social. Para Gohn (2011), um dos pontos mais básicos acerca dos movimentos sociais é que eles devem ser compreendidos como fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes, não como um processo isolado, mas possuindo caráter político-social.

Diani (1992) identifica três componentes básicos de movimentos sociais: (1) redes de relações entre uma pluralidade de atores; (2) identidade coletiva; e (3) questões conflitantes. Indo mais além, o autor nos fornece uma definição precisa do que entende por movimentos sociais:

Movimentos sociais são definidos como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas. Argumenta-se que o conceito é aguçado o suficiente a) para diferenciar movimentos sociais de conceitos relacionados, como grupos de interesse, partidos políticos, eventos de protesto e coalizões; b) identificar uma área específica de investigação e teorização para a pesquisa de movimentos sociais. (DIANI, 1992, p.1)

Ainda nesta esteira, Nunes (2014) afirma que, apesar das diferenças entre as abordagens, alguns pontos de convergência entre elas devem ser ressaltados: “a presença da noção de conflito, a existência de duas partes que se opõem, de uma identidade partilhada e de uma ação que exige uma certa continuidade e coesão num determinado momento e que vai além do significado de um protesto ou de uma manifestação.” (NUNES, 2014, p.144) Todavia,

estes pontos em comum não os impede de diferir em caráter. Blumer (1995) identifica três grandes categorias de movimentos sociais: (1) gerais; (2) específicos; e (3) expressivos.

Resumidamente, os movimentos sociais gerais possuem esforços descoordenados, ainda que tenham uma direção geral. Rumo a esta direção eles caminham de forma lenta e hesitante, ainda que persistente. O movimento feminista é um grande exemplo deste modelo pois embora possua um corpo literário extenso, ele é disperso, como boa parte de suas demandas e membras atuantes.

Já no que diz respeito aos movimentos específicos, podemos afirmar que, de certa forma, ele deriva da movimentação mais geral. Isto é, “a cristalização de muito da motivação de insatisfação, esperança e desejo despertado pelo movimento social geral e o enfoque desta motivação em algum objetivo específico.” (BLUMER, 1995, p.63). Há, neste formato, o desenvolvimento de uma interação mais íntima, permeada pela criação de uma moral e uma ideologia particulares, que culminam no desenvolvimento de táticas operacionais.

Por fim, no que diz respeito aos movimentos sociais expressivos, diferentemente dos demais modelos, eles não têm como objetivo a mudança das instituições sociais. Eles procuram, antes, lançar alguma tipo de expressão ou comportamento que, quando cristalizados, “podem ter efeitos profundos na personalidade dos indivíduos e sobre o caráter da ordem social.” (BLUMER, 1995, p.77) Eles podem ser de dois tipos: os movimentos religiosos, nos quais há uma forte conexão com os sentimentos e as tensões acumuladas, que eventualmente culminam na expressão destes; e os movimentos *fashion*, ou “de moda”, relacionados com as artes em geral.

A divisão feita por Blumer (1995) é essencial para esta pesquisa pois, conforme discutirei mais adiante, tanto o movimento feminista transnacional quanto os movimentos dos quais as mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo participaram, a exemplo do Movimento do Custo de Vida e o Movimento de Luta por Creches, enquadram-se, respectivamente, nos modelos de movimentos sociais gerais e específicos, o que impacta não só na própria organização de cada um deles, mas na forma como eles foram e/ou são formulados e praticados política e socialmente.

Dito isto, e devido à complexidade do assunto, é preciso que eu diferencie o significado de “movimento social” de outros conceitos relativos a ao universo das organizações coletivas sociais para que eu possa, então, adentrar no tópico concernente aos movimentos sociais no cenário internacional de forma mais prática. Sikkink (2003), uma das

principais expoentes dos estudos sobre movimentos sociais transnacionais, parte de uma abordagem dimensional, e assim eu também o farei. Resumidamente, para a autora, há diferentes escalas possíveis de atuação de uma entidade social: o espaço local, o regional, o internacional e o transnacional²².

É importante lembrar que a autora não está buscando compreender somente quais são os tipos de atores e quem participa da ação coletiva, mas também como o faz. Para tanto, ela traz percepções em sua obra acerca de quem são os principais atores coletivos e quais são as suas configurações. Focando essencialmente no último nível de escala, o primeiro dos três grandes atores transnacionais que Keck e Sikkink (1998) e Sikkink (2003) identificam é a rede, em que há muita informalidade e grande heterogeneidade de pessoas e grupos. Neste modelo de organização há a partilha de informações e mesmo um discurso acerca de uma ou mais causas. “A troca e o uso de informações são fundamentais para a atividade da rede. As redes não são caracterizadas por uma coordenação duradoura de táticas como fazem as coalizões, nem mobilizam um grande número de pessoas como os movimentos sociais.” (SIKKINK, 2003, p.303-304)

Os principais atores em redes de defesa de direitos podem incluir o seguinte: (1) organizações não governamentais nacionais e internacionais de pesquisa e defesa; (2) movimentos sociais locais; (3) fundações; (4) a mídia; (5) igrejas, sindicatos, organizações de consumidores, e intelectuais; (6) partes de organizações intergovernamentais regionais e internacionais; e (7) partes de ramos do executivo e/ou parlamentar de governos. Nem todos eles estarão presentes em cada rede de advocacy. (KECK; SIKKINK, 1998, p.17)

Em suma, a rede é o que há de mais básico, sendo um embrião do que mais tarde pode vir a ser uma coalizão ou mesmo um movimento transnacional. No que diz respeito a este segundo modelo, o de coalizões, Sikkink (2003) as define como conjuntos de atores de diferentes países que, ao elaborarem estratégias coordenadas ou conjuntos de táticas compartilhadas, buscam determinada mudança social. Conforme Tarrow (1994) e Meyer e Tarrow (1998), assim como os movimentos sociais nacionais, as coalizões transnacionais aglutinam táticas institucionais e não institucionais de ação, havendo certo grau de identidade coletiva transnacional.

22 Diferentemente de outros autores (McADAM ET AL., 1996; REITAN, 2007; VANDEN ET AL., 2017) que consideram os Movimentos Sociais Globais, Sikkink (2003) não considera o “global” pois tem como ponto de partido o Estado-Nação, que é de onde surgirá a sua argumentação acerca da transposição das fronteiras estatais.

A coordenação de táticas requer um maior nível de formalidade nos contatos do que no caso de uma rede. Isso ocorre porque os grupos geralmente precisam se reunir para identificar e concordar sobre táticas comuns, para desenvolver estratégias para a implementação de campanhas e também para informar uns aos outros sobre o andamento das campanhas. (SIKKINK, 2003, p.304)

Por fim, o terceiro e último ator coletivo básico é o movimento social transnacional. Este ator coletivo pode ser entendido como sendo um conjunto de atores vinculados entre si e que atravessam fronteiras nacionais tendo um objetivo e solidariedade em comum. Os movimentos sociais transnacionais possuem uma identidade coletiva, possuindo ação coordenada em mais de um país e ativistas em, pelo menos, três países. “Ao contrário das redes e coalizões transnacionais, os movimentos sociais transnacionais frequentemente mobilizam suas bases (transnacionais) para a ação coletiva sob formas de protesto e ação disruptiva.” (SIKKINK, 2003, p.305)

Neste sentido, para Tarrow (2001), os movimentos transnacionais participam de uma interação contenciosa, isto é, um modo de ação política que operacionaliza meios não institucionais e desafia as autoridades. Adams (2010, p.8) confirma: “Movimentos sociais usam protestos, manifestações, boicotes e outras formas de desobediência para influenciar os que estão no poder.”

É possível afirmar que há, ainda, uma outra entidade coletiva que pode ou não atuar transnacionalmente: a Organização Não-Governamental (ONG). As ONGs são os atores sociais mais organizados, contando com um caráter formal e institucionalizado. Nas ONGs há a atuação do Terceiro Setor, havendo participação voluntária e um plano não-governamental, e prezando-se por valores como solidariedade, cidadania e filantropia. “Pesquisas iniciais sugerem que ONGs internacionais e domésticas possuem papel central em todas as redes de *advocacy*²³, usualmente iniciando ações e pressionando atores mais poderosos para tomar uma atitude.” (KECK; SIKKINK, 1998, p.17) Certamente, ao transpormos a noção de ONGs para o cenário internacional ela ganha não somente outra roupagem, a das OINGs – Organizações Internacionais Não-Governamentais – mas também se complexifica, uma vez que envolve não mais somente as interações domésticas entre os diferentes setores, mas também as diferentes configurações entre Estados, organizações internacionais regionais e supranacionais etc.

23 O termo *advocacy* pode ser compreendido como uma advocacia, um *lobby*, isto é, uma certa pressão nos grupos de poder para que algum objetivo seja alcançado. Ela pode ser feita por diferentes atores, o que envolve não apenas as ONGs, mas também outras entidades sociais.

Tendo exposto quais são os atores coletivos transnacionais mais básicos, retomo aqui outra preocupação de Sikkink (2003): a de identificar a forma como eles atuam. Sucintamente, Keck e Sikkink (1998) reconhecem que são dois os principais modos através dos quais as redes de ativismo transnacional organizam suas ações: (1) o modelo de bumerangue; (2) e o modelo espiral.

No primeiro modelo, o de bumerangue, há uma atenção especial para as estruturas de oportunidades políticas. Isto é, os grupos ativistas observam se as estruturas de mudança internas e externas estão abertas ou fechadas. Estas estruturas de oportunidade nada mais são do que “dimensões congruentes - embora não necessariamente formais ou permanentes - do ambiente político que oferecem incentivos para que as pessoas se envolvam em ações coletivas, afetando suas expectativas de sucesso ou fracasso.” (TARROW, 1994, p.85) Neste sentido, se as estruturas de oportunidades políticas domésticas estiverem fechadas, é preciso que os atores busquem espaços nos quais elas estejam disponíveis, ou seja, os demais níveis: regional, global ou transnacional.

Quando os canais entre o estado e seus atores domésticos são bloqueados, pode ocorrer um padrão de bumerangue de influência característico de redes transnacionais: ONGs domésticas contornam seu Estado e procuram diretamente aliados internacionais para tentar exercer pressão sobre seus Estados de fora. Este é mais obviamente o caso de campanhas de Direitos Humanos. (KECK; SIKKINK, 1998, p.20)

Neste modelo há, portanto, uma atuação de dentro para fora e que retorna para dentro, por isso o nome “bumerangue”. Contudo, a modalidade de espiral é mais complexa e ocorre o processo quase que inverso: a estrutura de oportunidades encontra-se maleável em seu aspecto externo e há a rotinização de normas internacionais no âmbito doméstico. Isto é, um determinado país ou governo altera o seu comportamento com base nas regras internacionais. Isto se dá devido a promoção de laços transnacionais por parte de comunidades políticas fechadas, principalmente a partir da inserção de ativistas locais que são exilados voluntária ou involuntariamente no exterior.

Um dos principais objetivos da ação na arena internacional é pressionar pela liberalização e abertura dos regimes nacionais. Dessa forma, o modelo em espiral gera mudança contínua apenas quando é capaz de contribuir para a transformação por meio de uma estrutura de oportunidades nacionais mais aberta, geralmente por meio da mudança de regime político. (SIKKINK, 2003, p.310)

Como recorda Sikkink (2003), entretanto, não é possível desprezarmos a interação que as estruturas de oportunidades políticas nacionais, regionais e globais possuem, não sendo uma independente da outra, porém antes inter-relacionadas. Não a toa a autora afirma, ainda, que os movimentos sociais transnacionais são a forma de ação coletiva transnacional mais complexa de ser compreendida, sendo de difícil e inusual formação. Outro ponto que dificulta a compreensão deste movimentos encontra-se na própria literatura dos movimentos sociais, que compreende o Estado-Nação como um espaço naturalizado de atuação destas movimentações, sendo o interlocutor mais privilegiado nestes textos. (JELIN, 2003)

Sem embargo, Jelin (2003) argumenta que é imprescindível observamos as questões que guiam os movimentos pois muitas delas são específicas a determinados locais, enquanto outras se derramam para fora das fronteiras (fictícias ou não) dos Estados, como é o caso das problemáticas ambientais e feministas. No caso do último grupo, seu caráter multidimensional está ainda mais nítido: embora não seja um movimento homogêneo, a diversidade nas esferas de ação (sindicais, acadêmicas, do próprio movimento feminista etc.) implicam no transbordamento das demandas dos espaços regionais.

No entanto, o movimento feminista mantém uma estratégia dupla: a da ação no nível do Estado-Nação e ação transnacional, com a convicção de que as demandas de cidadania das mulheres deve ser colocado na frente dos Estados nacionais. O movimento feminista, que chegou ao final do século com um claro reconhecimento da enorme heterogeneidade e desigualdades entre mulheres, atua em vários ambientes, do local ao global. Coloca ênfase especial no monitoramento de políticas a nível do estado nacional e estabelece alianças internacionais. (JELIN, 2003, p.20)

Esclarecido isto, explicarei na próxima seção como o movimento feminista foi se desenvolvendo nos diferentes níveis, em especial no Brasil, e culminou em um ativismo feminista transnacional que, embora seja lido como uno, possui diferentes possibilidades e lacunas, sendo uma das defasagens mais graves aquela relativa à maternagem.

2.2. Os movimentos feministas: histórico e considerações

Nesta seção tenho como intenção percorrer os caminhos das movimentações feministas ao longo do que convencionou-se chamar de “ondas feministas” (GARCIA, 2011) e observá-las de forma crítica a partir de teorizações feministas distintas, a exemplo dos movimentos feminista negro e decolonial para, enfim, situar os pontos em comum e as

divergências entre as principais correntes e atuações nos cenários brasileiro (TELES, 1993; ALVAREZ, 1990) e internacional.

Antes de adentrar na proposta, acredito ser essencial justificar a escolha do plural como título nesta parte: o movimento feminista, embora frequentemente seja compreendido como um só, certamente não o é. As movimentações feministas são plurais, diversas e, por vezes, conflitantes. É interessante observar que, assim como ocorre com a própria disciplina de RI, há um mito fundacional que situa o nascimento do movimento feminista nas manifestações sufragistas europeias e estadunidenses ocorridas entre a segunda metade do século XIX e início do século XX (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009)

Ressalto que esta mitologização do movimento feminista se deu e ainda se dá de diferentes maneiras, havendo a presença de textos seminais, em sua maioria europeus e estadunidenses, e a divisão do movimento a partir de ondas que focam essencialmente nas organizações feministas Ocidentais e em empreitadas feitas a partir do século XIX no contexto anglo-saxão. Ao procurarmos a origem do termo “onda”, é possível encontrá-las em um artigo publicado na revista *New York Times Magazine*, em 10 de março de 1968, pela jornalista Martha Lear. (BURIGO, 2020)

Em se tratando das tais “ondas”²⁴, Fougeyrollas-Schwebel (2009) e Céli Pinto (2010) argumentam que a primeira delas se deu na Inglaterra do século XIX, período marcado pela luta das britânicas pelo direito ao voto. “As *suffragetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo.” (PINTO, 2010, p.15)

Entretanto, embora tal marco seja o mais comumente adotado nos estudos feministas, autoras como Joan Kelly (1986), Maxine Molyneux (2001), Carla Garcia (2011) e Silvia Federici (2017) trazem a tona análises sobre sementes de atuação feministas já na Idade Média, mencionando não somente a resistência das mulheres consideradas bruxas, mas também do desenvolvimento de críticas a desigualdade feminina feito por pensadores e pensadoras como Poulain de la Barre e Mary Wollstonecraft.

Joana Burigo (2020) pode ser adicionada a este rol de estudiosas que buscam mitigar os efeitos da mitologização dos feminismos: para a professora, no Brasil de 1770 já havia mulheres lutando por seus direitos, em especial Esperança Garcia, uma mulher negra e

24 A fim de desmistificar a divisão por ondas, adotarei tal abordagem nesta seção de forma crítica. Isto é, partirei desta noção, ao mesmo tempo em que oferecerei casos e exemplos que as contrapõem.

escravizada responsável por solicitar a sua libertação e denunciar as condições precárias em que vivia. Outro exemplo que a estudiosa cita remonta a tempos ainda mais antigos, mais especificamente cerca de sete séculos a.C.: o da poetisa grega Safo de Lesbos, que escrevia livremente sobre amor e sexo.

Maria Amélia de Almeida Teles (1993) relembra, ainda, que mesmo no período da colonização brasileira as mulheres indígenas resistiam e, apesar de não ser possível afirmar que tal resistência fazia parte de um movimento feminista mais amplo, é preciso reconhecer que a organização destas mulheres também auxiliaram na eventual luta por direitos femininos no país, que neste caso se intersecciona com as demandas indígenas, mas em outros se acumulam às reivindicações do povo negro, das pessoas com deficiência, das pessoas transsexuais etc.

Embora não seja possível, portanto, traçar as origens das movimentações feministas de forma certa, a adoção de uma divisão das movimentações a partir de ondas não somente possui um caráter colonizador (BURIGO, 2020), como também é uma das responsáveis pela invisibilização de certos temas problemáticos dentro do próprio feminismo, como é o caso do racismo no movimento sufragista. Angela Davis (2016), em uma de suas mais famosas obras, relembra os questionamentos de Sojourner Truth, militante negra estadunidense responsável por proferir um dos mais belos discursos em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, ao colocar em xeque uma noção universal de mulher e perguntar a todos os presentes se não era ela, também, uma mulher. (DAVIS, 2016)

Seguindo, no que diz respeito a “segunda onda” do movimento feminista, que seguiu focando essencialmente nas contribuições do feminismo branco anglo-saxão, é possível afirmar que ela surgiu com força nos anos 1960 após um breve período conturbado de perda de protagonismo feminino entre 1930 e 1960.

No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher.” (PINTO, 2010, p.16)²⁵

Para Fougeyrollas-Schwebel (2009, p.145), as características mais marcantes deste feminismo da segunda metade do século XX são a busca pela “individuação do sujeito

25 Outras obras importantes da época foram: “A Mística Feminina” (FRIEDAN, 1965); “A Política Sexual” (MILLETT, 1970); e “A Dialética da Sexo” (FIRESTONE, 1970).

democrático e econômico, da cidadã e da trabalhadora”, bem como a questão da autonomização da sexualidade feminina, não sendo a maternidade mais a única possibilidade da mulher, principalmente após a facilitação das escolhas com o advento da pílula contraceptiva feminina. Ressalto aqui que uma das principais autoras utilizadas no desenvolvimento do conceito de maternagem, Adrienne Rich, inseriu-se inicialmente neste contexto, partindo, entretanto, pra uma abordagem mais inclusiva após a intensificação de seu contato com a cena lésbica e com mulheres como Audre Lorde e Alice Walker.

Já com relação a “terceira onda”, assim como as demais, ela carregou seus problemas consigo, ainda que nesta fase ela já tenha se encontrado mais consciente e buscado tratar das lacunas deixadas nas movimentações anteriores. O amadurecimento do corpo teórico e o desenvolvimento de técnicas metodológicas capazes de captar as experiências já vivenciadas foram duas das razões que tornaram possível o avanço epistemológico e o reconhecimento de a busca pela igualdade em uma sociedade marcadamente desigual não trará resultados frutíferos para todas as mulheres.

Neste contexto, conforme Garcia (2011), o reconhecimento de que diferentes feminismos existem passou a entrar em voga. Para a autora, algumas das principais vertentes vigentes a partir de então são: (1) o feminismo da diferença, que se apoia na diferenciação sexual entre homens e mulheres e busca ressignificar tal assimetria a partir de uma referência feminina e não mais masculina; (2) o feminismo cultural, derivado do feminismo radical norte-americano e que tem como objetivo a conquista da autonomia cultural que servirá, então, para a resistência; (3) e o feminismo institucional, que “se reveste de diferentes formas nos diversos países ocidentais: desde os pactos interclassistas das mulheres nórdicas - onde se chegou a falar em feminismo de Estado -, a formação de *lobbies* ou grupos de pressão, até a criação de ministérios ou instituições interministeriais” (GARCIA, 2011, p.102).

É possível observar que neste momento, ainda que a agenda feminista tenha se expandido nos mais diferentes sentidos, ainda há uma certa recusa do reconhecimento da importância não somente da interseccionalidade entre pautas, mas entre as próprias mulheres que frequentemente participam de ações voltadas para as demandas feministas, mas também negras, ambientais, lésbicas, maternas etc.

Por fim, na “quarta onda”, que é a mais contemporânea, as principais demandas feministas que vieram sendo trazidas das movimentações anteriores ainda permanecem. Contudo, com o adensamento da globalização e o estabelecimento de conexões via redes

sociais, a capacidade de elaboração analítica, prática e simbólica aumentou consideravelmente. (PERONI; RODAK, 2020)

Nesse sentido, o espaço de comunicação aberto na última década por jovens blogueiras e twitters constitui o que Munro chamou de “Feminismo Hashtag”, ou feminismo da quarta onda, baseado na “cultura do call-out”, que tem conseguido questionar radicalmente a cultura misógina e sexista que permeia tanto a comunicação pública quanto a microfísica das relações cotidianas na experiência de cada um, em que o discurso é imediatamente político e reconhecível por todos. (PERONI; RODAK, 2020, p.5)

Após estas breves explicações acerca das ondas feministas, e das problemáticas que tal divisão traz consigo, trarei agora algumas considerações acerca do movimento feminista no cenário brasileiro que, apesar de possuir suas particularidades, sofreu forte influência das movimentações internacionais. Como já esclareci, para Teles (1993), é possível traçar movimentações de mulheres no Brasil até o período colonial. No entanto, como a própria autora argumenta, é preciso diferenciar movimentos de mulheres de movimentos feministas. Assim, no primeiro caso temos movimentos nos quais as mulheres são protagonistas e frequentemente buscam por direitos ou melhores condições de vida; enquanto no segundo há a presença de mulheres que buscam combater a desigualdade de gênero e ambas as opressões feminina e masculina.

Isto posto, ainda que nomes como o de Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares e Maria Baderna sejam sinônimo de disrupção em diferentes categorias, não é possível afirmar que elas fizeram parte de uma movimentação de fato feminista. É possível, entretanto, traçar as origens das primeiras organizações feministas no Brasil já na primeira metade do século XIX, período em que alguns grupos de mulheres reivindicavam pelo direito à educação e no qual Nísia Floresta lutou a favor da abolição da escravatura, por melhorias na educação, emancipação feminina e a instauração da República. (TELES, 1993)

Burigo (2020) relembra que um pouco mais adiante, em 1891, Miêta Santiago e Ivone Guimarães também contestaram o fato de que a mulher não podia votar, o que serve para corroborar com a noção de que, embora incipiente, havia ações sufragistas no Brasil. Neste mesmo período Teles (1993) observa também uma forte ação da imprensa feminina e posteriormente feminista brasileira: jornais escritos por mulheres, e com temáticas voltadas para este público, começaram a aparecer no Rio de Janeiro e em São Paulo e, se inicialmente

contavam com textos sobre o papel da mulher no lar, em um segundo momento passaram a fomentar discussões acerca do direito feminino ao voto.

Neste âmbito, uma revista me chamou fortemente a atenção: *A Mensageira*, que circulou entre 1897 e 1900 em São Paulo, dirigida pela poetisa Prisciliana Duarte de Almeida, e que apresentava

questões universais pioneiras no feminismo, como solidariedade internacional com as mulheres do mundo inteiro. Um de seus números apresenta a criação da “Sociedade de Produção Materna” (creche), em Paris, como bom exemplo para o Brasil, onde “as mães que trabalham com filhos no colo sofrem enormes suplícios”. Sua principal mensagem política foi enfatizar a importância do voto para a mulher. (TELES, 1993, p.36)

Ainda neste contexto, que envolve o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Costa (2005) observa que já existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em diferentes países latino-americanos. No caso brasileiro, há a fundação do Partido Feminista Republicado por Deolinda Dalho que, em 1917, foi uma das responsáveis pela promoção de uma passeata pelo direito ao voto na cidade do Rio de Janeiro; a fundação da Liga para a Emancipação Internacional da Mulher também no Rio de Janeiro, por Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz²⁶ em 1920; e o nascimento da União Feminina como parte integrante da Aliança Nacional Libertadora contra Vargas em 1934. (TELES, 1993)

Jaquette (1994) ressalta que o período foi marcado pela conquista do direito ao voto feminino por toda a América Latina, sendo o Equador o primeiro país da região a estabelecer tal direito em 1929; Brasil, Uruguai e Cuba no início dos anos 1930; Argentina e Chile após o final da Segunda Guerra Mundial; e México, Peru e Colômbia a partir da década de 1950.

Isso não significou que as mulheres estiveram excluídas dos movimentos políticos mais amplos. Em toda América Latina, as mulheres se organizaram em clubes de mães, associações de combate ao aumento do custo de vida, nas associações de bairros, nas lutas por demandas sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, creches, transporte etc), direito à terra e à segurança. (COSTA, 2005, p.3)

Avançando, no período que corresponde do pós-Segunda Guerra até o golpe de 1964 no Brasil, as movimentações feministas passaram por desafios, dentre os quais é possível destacar a perda de protagonismo devido aos problemas políticos, sociais e econômicos que o

26 Bertha Lutz também foi uma das responsáveis pela inserção de cláusulas pró-equidade de gênero nos documentos de nascimento da ONU. (ADAMS, 2010)

país enfrentava e a própria conquista do direito ao voto, que acabou por enfraquecer as organizações após o alcance desta demanda básica.

Após o estabelecimento do regime ditatorial no país, contudo, as mulheres voltaram a se organizar com maior intensidade. Neste ponto, é importante ressaltar que, se nos EUA e na Europa as principais demandas feministas estavam atreladas à busca pela emancipação feminina das amarras patriarcais da maternidade e o direito ao corpo, o que inclui o desejo e o sexo, nos países latino-americanos as solicitações feministas envolviam não somente estas temáticas concernentes aos direitos reprodutivos e sexuais, mas também questões relativas a anistia, direitos políticos (que estavam suspensos), diminuição da carestia, transporte público, saúde, creches etc. (SAFA, 1990)

Conforme Alvarez (1990, p.3)

O Brasil tem a trágica distinção de ter suportado o maior regime autoritário militar na América do Sul. O regime instalado pela “revolução” conservadora de 1964 passou por inúmeras mudanças institucionais em resposta à oposição sustentada e presidiu um dos mais prolongados processos de transição para a democracia política rigidamente controlado na região. No entanto, o Brasil é diferente por outro motivo - nas décadas de 1970 e 1980, os brasileiros testemunharam o surgimento e desenvolvimento do que é indiscutivelmente o movimento feminino maior, mais diverso, radical e de maior sucesso na contemporaneidade da América latina. Em meados da década de 1980, dezenas de milhares de mulheres foram politizadas pelo movimento feminista e itens centrais da agenda feminista tinham feito o seu caminho para as plataformas e programas de todos os principais partidos e nas políticas públicas da Nova República Brasileira.

O que ficou conhecido como “feminismo de resistência”, portanto, foi uma das maiores movimentações feministas já ocorridas na América Latina. Seu caráter de massa começou a revelar a necessidade de se ter demandas específicas e compatíveis com grupos internos que possuíam suas próprias opressões, a exemplo das pessoas negras e/ou homossexuais. (COSTA, 2005) A abordagem interseccional, que até então era pouco teorizada, já estava sendo posta em prática no cenário latino-americano, ainda que não possuísse tal nomenclatura ou mesmo fosse percebida com intensidade. Este momento também foi marcado pela ascensão dos jornais feministas, dentre os quais destaco o Jornal Brasil Mulher e o Mulherio, que foram dois dos mais importantes periódicos feministas em circulação na época. (TELES, 1993)

Na fase seguinte, que na verdade foi menos demarcada do que as demais já que estava em movimento desde as lutas anti-ditatoriais, as mulheres brasileiras passaram a se organizar de forma mais institucionalizada, pendendo muito mais para um feminismo institucional, uma

vez que a redemocratização já estava em curso e a participação nos órgãos políticos era imprescindível. Para Burigo (2020), este momento ecoou o próprio desenvolvimento mais denso dos estudos feministas enquanto campo teórico. Nomes como os de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Juliana Werneck e Heleith Saffioti figuram como destaque nas produções brasileiras acerca de gênero.

Finalizando, quando pensamos nos movimentos feministas brasileiros mais contemporâneos, os encontramos tais quais os demais: com um caráter digital, de ativismo nas redes. Para Perez e Ricoldi (2019), os coletivos configuram uma forma atualíssima de organização feminista no Brasil e podem ser um dos resultados da descrença nas instituições mais formais, a exemplo de partidos políticos ou mesmo ONGs e OINGs.

Nesse contexto, as Jornadas de Junho de 2013 acabam por ter o poder demiúrgico de marcar temporalmente o nascimento dessa nova onda, fazendo com que essas novas militantes “nasçam” para o ativismo em lugares e tempos sincronizados, marcando uma geração. Sendo assim, parece-nos que faz sentido corroborar uma literatura que aponta para o surgimento dessa nova onda, porém, com características próprias do contexto brasileiro, embora com algumas semelhanças com outros países, características essas que são traço do contexto mais amplo (como as redes sociais). Por outro lado, é necessário continuar a produção de conhecimento sobre a temática, no sentido de embasar melhor o delineamento de uma quarta onda. É importante atentar para questões que podem estar sendo negligenciadas pela literatura, como a organização predominante em coletivos e mesmo, a sororidade reeditada na interseccionalidade. Neste trabalho, essas questões se mostraram fundamentais para a compreensão desse novo capítulo do movimento feminista, cada vez mais consolidado, porém cuja explicação e captura podem se mostraram bastante complexas. (PEREZ; RICOLDI, 2019, p.19)

2.3. Ativismo feminista transnacional

Nesta seção, dedicada a um dos temas centrais desta pesquisa, discorrerei sobre diferentes abordagens acerca do ativismo feminista transnacional, posteriormente observando a sua relação (ou falta dela) com a questão da maternagem e dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Como já comentei na seção anterior, as movimentações feministas são costumeiramente separadas por ondas, ainda que tal divisão seja problemática.

Neste âmbito, para Tambe e Thayer (2021), as mobilizações feministas transnacionais enquanto lente teórica aparecem com o adensamento da globalização a partir de 1990. Baksh e Harcourt (2015), entretanto, relembram que muitas feministas do Sul, em especial aquelas

relacionadas a rede DAWN²⁷, já lideravam debates feministas transnacionais desde meados da década de 1980, ainda que tenham posteriormente migrado para os países do “Norte Global”.

Tambe e Thayer (2021), observam, ainda, que se inicialmente o termo “transnacional” era utilizado com relação a grandes corporações que atuavam transfronteiramente, e, após a apropriação do termo pelo feminismo, a ideia transnacional passa a abordagem não somente conexões para além das fronteiras dos Estados-Nação, mas também “redes sob escrutínio crítico para diagnosticar como o poder opera de forma assimétrica e multidirecional.” (TAMBE; THAYER, 2021, p.26)

Buscando elucidar o significado do termo para o feminismo, Enns et al. (2020), consideram que tanto a teoria quanto a prática transnacional enfatizam a interseccionalidade, a interdisciplinaridade, o ativismo e a justiça sociais e a colaboração. Tal ideia, entretanto, não é desprovida de problemas. Tambe e Thayer (2021, p.26) argumentam que “Uma razão específica para a rápida aceitação do termo foi sua correção implícita de tendências dentro do feminismo americano para centralizar as perspectivas das mulheres brancas e adotar uma abordagem salvacionista para as mulheres em outras partes do mundo.”

Outra possível razão para a adoção deste termo, conforme Adams (2010), foi o aumento de ativistas, atividades e organizações compreendidas como internacionais, transnacionais ou globais. Tal adensamento prático auxiliou na legitimação da atenção acadêmica tanto sobre as mulheres, quanto sobre suas crescentes participações política, econômica, social e cultural em níveis supranacionais. Ainda para a autora, “A volta ao termo ‘transnacional’, como oposto ao ‘internacional’ ou ‘global’, também foi moldado por críticas à importância de o Estado-nação como o local da ação feminista.” (ADAMS, 2010, p.4)

Assim, há de se notar que o ativismo feminista transnacional, embora possua pontos em comum, também irá se diferenciar não só histórica, como geográfica, cultural e socialmente. Baksh e Harcourt (2015) entendem os diferentes processos como sendo fluídos. Isto é, eles concatenam organizações, redes, coalizões, campanhas, análises e ações que politizam as questões relativas à equidade de gênero e aos direitos femininos para além das fronteiras do Estado-Nação.

27 A rede Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN), em português “Desenvolvendo Alternativas com Mulheres para a Nova Era” nasceu na Índia em agosto de 1984 a partir de discussões feitas nas conferências realizadas no âmbito da Década da Mulher estipulada pela ONU.

No que diz respeito aos pontos em comum, autoras como Adams (2010), Moghadam (2015) e Tambe e Thayer (2021) concordam que os principais preceitos do ativismo feminista transnacional são:

(a) praticar a reflexividade; (b) aplicação de lentes interseccionais; (c) definir feminismos globais e transnacionais inclusivamente; (d) cruzar fronteiras; (e) valorização das diversas formas de agência e resistência; (f) descolonizar a teoria, o conhecimento e a prática; (g) criar e sustentar colaborações igualitárias; e (h) teorias centralizadoras e práticas que apoiam a consciência crítica e a mudança social. (ENNS ET AL., 2020, p.3)

Já, com relação as diferentes formações e bases compartilhadas, elas variam conforme o período e o local, como já mencionei. Um olhar desenvolvimentista e linear acerca das movimentações feministas nos leva a crer que elas ocorreram somente a partir da segunda metade do século XIX, e de forma muito localizada inicialmente e mais amplamente difundida hoje. O elemento transnacional, neste primeiro momento, ficou por muito eclipsado. De fato, é possível afirmar que o século XXI é o momento de maior mobilização feminista, especialmente nesta esfera. Todavia, como Moghadam (2015, p.55) recorda,

O ativismo pelos direitos das mulheres tem uma longa história, e as feministas trabalharam juntas para além das fronteiras desde pelo menos meados do século XIX. No início do século XX, os movimentos de sufrágio feminino, socialismo e paz eram de natureza transnacional, e o período foi marcada pela formação de organizações como a Liga Internacional das Mulheres para Paz e Liberdade (WILPF), a Aliança Internacional das Mulheres, a Aliança para o Sufrágio Feminino e a Comissão Interamericana de Mulheres. Depois da ascensão da Liga das Nações, essas organizações de mulheres trabalharam com organizações e órgãos intergovernamentais, notadamente a Organização Internacional do Trabalho, para fazer avançar as reivindicações para a participação e direitos das mulheres (Stienstra 1994; Rupp 1998; Berkovitch 1999). Organizações internacionais de mulheres, com organizações de mulheres de organizações nacionais “oficiais” que surgiram em países pós-coloniais ou em modernização, podem ter ajudado a conectar a primeira onda do feminismo com a segunda onda, e depois com a Década da ONU para Mulheres (1976-1985). Posteriormente, as quatro conferências da ONU sobre as mulheres que aconteceram entre 1975 e 1995 ajudaram a estabelecer uma agenda global de direitos das mulheres, que por sua vez, criaram uma estrutura global de oportunidades para o crescimento e expansão do ativismo feminista transnacional.

De acordo com Tambe e Thayer (2021), é possível sumarizar as articulações feministas transnacionais em quatro momentos distintos, que por vezes se sobrepõem por estarem acontecendo em períodos similares, mas em localizações distintas:

- (1) Ativismo Nacional Poroso, responsável por englobar os primeiros esforços das mulheres no ativismo transfronteiriço. As movimentações foram conduzidas em nome

das nações, devido, principalmente, ao embricamento dos movimentos no nacionalismo. Os jornais de mulheres latino-americanas do final do século XVIII são um bom exemplo, tendo em vista que, apesar de terem a circulação restrita ao espaço nacional, as elites responsáveis pela redação e/ou leitura de tais periódicos não se encontravam isoladas, frequentemente possuindo conexões para além das fronteiras domésticas;

- (2) Internacionalismo Assimétrico, modelo com maior caráter formal internacional, baseado na cultura imposta por organizações intergovernamentais, a exemplo da Liga das Nações e a posterior Organização das Nações Unidas, capazes de oferecerem oportunidades para as feministas atuarem no cenário internacional e fazerem suas reivindicações;
- (3) Transnacionalismo Encorporado, ativismo que passou a ocorrer principalmente a partir dos anos 1990 e que iniciou o reconhecimento das desigualdades entre as nações e a busca pela mitigação de tais iniquidades. A escolha do termo “encorporado” se deu com base em dois fatores principais, sendo o primeiro deles o fato de que, a partir do Encontro de Mulheres na Cidade do México em 1975, os contatos eram feitos pessoalmente ou via telefone; e o segundo, o próprio cerne das demandas, que passaram a trazer temáticas relacionadas ao racismo, capacidade, HIV etc.;
- (4) Transnacionalismo Espectral, modelo profundamente marcado pela sociedade do século XXI, na qual as principais interações são feitas via redes sociais e a utilização de arenas tornou-se um desafio a ser superado. O transnacionalismo persiste, mas de forma extracorpórea.

Isto posto, é importante reforçar, ainda, que a noção de um feminismo transnacional não é somente uma simples celebração de uma suposta escalada geográfica: com esta lente, busca-se compreender como se dá a prática desta escalada. (TAMBE; THAYER, 2021) Nesta perspectiva, Alvarez (2000), identifica duas lógicas da organização feminista transnacional. A primeira delas diz respeito a identidade-solidariedade, caracterizada em grande parte pelo ativismo intrarregional, a exemplo dos *encuentros*; e uma transnacional, marcada pela *advocacy* das OINGs, a exemplo da organização global conectada às Conferências Mundiais da ONU e as conferências preparatórias regionais relacionadas a estas conferências.

Essa distinção ficou conhecida como “ONG-ização” versus organização de mulheres “de base” (por exemplo, Jad 2004), levando alguns acadêmicos para diferenciar grupos de lobby de mulheres profissionalizados ou grupos internacionais de mulheres ONGs (WINGOs) de grupos de mulheres “de base”. (MOGHADAM, 2015, p.56)

Tal diferenciação é deveras importante para esta pesquisa pois, como já mencionei, os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo podem ser considerados grupos de mulheres de base, o que, de certo modo, impactou também em sua exclusão dos debates feministas, sejam eles quais forem. Como ficará evidente adiante, independente da temática abordada, a questão da maternagem é frequentemente invisível para os grupos ativistas feministas transnacionais. A fim de demonstrar tal lacuna, apoiarei-me principalmente no trabalho da Moghadam (2015) para localizar as principais redes e coalizões atuantes neste âmbito.

Antes de prosseguir, contudo, acredito que é passada a hora de explicitar a escolha dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo como fonte de observância da lacuna sobre maternagem no ativismo feminista transnacional. Conforme Adams (2010, p.2)

Recentemente, historiadores começaram a examinar como os debates atuais sobre estratégias de organização, política e identidade foram tratadas em momentos anteriores de mobilização para derivar possíveis lições para o ativismo contínuo (Sinha, Guy e Woollacott 1999b; DuBois e Oliviero 2009).

Portanto, embora por vezes eu faça um movimento não-linear, eu o faço com o intuito de compreender as lições deixadas pelas mulheres dos Clubes não ao ativismo internacional do século passado, que, como já discuti, configurou-se de um modo específico e de difícil acesso a elas, mas, antes, ao ativismo mais contemporâneo, principalmente aquele relacionado ao transnacionalismo incorporado, que foi possibilitado somente após a reabertura política no Brasil pós-golpe de 1964.

Dito isto, retorno agora para as classificações feitas por Moghadam (2015). Para a autora, quatro são os tipos de grupos ativistas feministas transnacionais: aqueles que visam a agenda de política econômica neoliberal; os que se concentram no perigo dos fundamentalismos e insistem nos direitos humanos das mulheres, especialmente no mundo muçulmano; grupos de paz de mulheres que visam conflitos, guerras e impérios; e redes engajadas no humanitarismo feminista e na solidariedade internacional.

Nesta esteira, a autora mapeia 20 Redes Feministas Transnacionais (RFT), dividida em três categorias. “Neste escrito (2013), nem todos os RFTs que surgiram nas décadas de 1980 e

1990 são tão ativas quanto antes, e várias tiveram que reduzir ou suspender as operações como resultado do declínio da associação ou deficiências de financiamento externo.” (MOGHADAM, 2015, p.61) De modo a ilustrar a divisão e as entidades observadas, trago o Quadro 1, no qual é possível observarmos que algumas redes se encaixam em mais de uma categoria.

Quadro 1 - Redes Feministas Transnacionais (divisão por área temática)

Área Temática	Redes Feministas Transnacionais
Crítica da Política Econômica	Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN); Marche Mondiale des Femmes; Network Women in Development Europe (WIDE)*; Women’s Environment and Development Organization (WEDO)
<i>Advocacy</i> pelos Direitos Humanos das Mulheres e Antifundamentalismo	Arab Women’s Solidarity Association (AWSA)*; Association for Women’s Rights in Development (AWID); Equality Now; International Women’s Tribune Center (IWTC); MADRE; Women’s Caucus for Gender Justice; Women’s Learning Partnership (WLP); Women Living Under Muslim Laws (WLUML); Women for Women International.
Paz, Antimilitarismo e Resolução de Conflito	Association of Women of the Mediterranean Region (AWMR)*; Code Pink; Grandmothers for Peace International; MADRE; Marche Mondiale des Femmes; Medica Mondiale; Nobel Women’s Initiative; Women in Black; Women’s International League for Peace and Freedom (WILPF); Women for Women International (WWI).

* Inativas

Fonte: MOGHADAM (2015, p.61)

Assim, ao analisar os objetivos, visões e missões explicitados pelas redes mapeadas por Moghadam (2015), deparei-me com um fato alarmante: das 20 organizações, nenhuma se apropria das questões maternas ou sequer as elege como sendo um objetivo a ser trabalhado. Ainda que duas delas utilizem nomenclaturas concernentes ao universo da maternidade, como a MADRE e as Avós para a Paz Internacional, nenhuma das duas têm como alvo demandas feitas por mulheres mães.

É certo que todas as redes mencionadas no Quadro 1 se articulam em torno de temáticas altamente urgentes e relevantes, em especial aquelas em prol da equidade de gênero, do combate a violência contra a mulher e em busca do estabelecimento de uma paz justa. Ainda, a maioria das RFTs supracitadas também oferecem artigos ou *podcasts* que observam a maternidade de forma crítica, buscando jogar luz sobre experiências de mulheres que já são

mães e que vivenciam a maternagem, em termos emancipadores, ou mesmo os desafios da maternidade, no âmbito patriarcal.

Nada obstante, na prática, estas iniciativas que se pressupõem universalizantes, acabam por silenciar determinadas demandas, como acontece com este caso das mulheres que são mães. O que se vislumbra, então, é a confirmação do argumento de O'Reilly (2014, s.p.) de que “a maternidade é o negócio não terminado do feminismo”. O ativismo feminista transnacional que, na teoria, utiliza-se de termos como “descolonização da teoria, do conhecimento e da prática” e “interseccionalidade”, na prática acaba por não se engajar verdadeiramente com as especificidades necessárias de cada subgrupo de mulheres.

Assim como ocorre na disciplina de RI, e na esfera internacional (como argumentarei mais adiante), o ativismo feminista transnacional já avançou muito com relação aos primeiros modelos mais incipientes de organização feminista. Entretanto, lacunas seguem existindo, em grande parte devido a (1) à busca pela manutenção dos interesses de uma elite branca, cisgênero e anglo-saxã, formada por mulheres e grupos de interesse que se pautam em uma falsa ideia de o patriarcado é vivenciado por todas as mulheres da mesma forma, desconsiderando especificidades relativas à raça, localização geográfica, capacidade, sexualidade etc.²⁸(ADAMS, 2010); e (2) os entraves e desafios que a própria articulação transnacional oferece, o que se relaciona não somente com a forma de atuação nos espaços globais que precisa ser muito bem coordenada estrategicamente, como pelo próprio cerne do que é ou não aceito como uma pauta legítima, isto é, frequentemente relacionada a temáticas de Direitos Humanos ou igualdade de gênero. (KECK; SIKKINK, 1998; KELLY, 2005)

Ao olharmos para as questões em torno das quais as redes transnacionais de advocacia têm se organizado de forma mais eficaz, encontramos duas características que aparecem mais frequentemente: (1) questões envolvendo danos corporais a indivíduos vulneráveis, especialmente quando há uma cadeia causal curta e clara (ou história) atribuindo responsabilidade; e (2) questões envolvendo igualdade jurídica de oportunidades. Os primeiros respondem a uma norma lógica, e a segunda, jurídica e institucional. Questões envolvendo danos físicos a indivíduos vulneráveis ou inocentes aparecem particularmente convincentes. (KECK; SIKKINK, 1998, p.35)

Este silêncio com relação as pautas maternas também podem ser observados em outros tópicos, em especial aqueles concernentes às mulheres “dissidentes”, isto é, aquelas que não

28 Para mais informações sobre o modelo de feminismo de “irmandade global”, ver MORGAN, R. *Sisterhood if Global: The International Women's Movement Anthology*. New York: Anchor/Doubleday, 1984.

se encaixam em um suposto padrão. No caso latino-americano, independente de termos “contribuído com novas formas de definir democracia, construção de suas [nossas] identidades, teorias, e paradigmas a partir de diferentes fluxos (...)” (O’DONNELL, 2020, p.3) desde pelo menos a segunda metade do século XX, somos reiteradamente invisibilizadas e eclipsadas.

Mais grave, ainda, é a hierarquia de pautas, corpos e possibilidades que se estabelece dentro das próprias redes (SIKKINK, 2003), em especial no contexto latino-americano, cujas pautas e demandas além de serem distintas e variarem com base nas características locais, também são diversas no que tange as próprias particularidades de cada grupo de mulheres. No caso das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que possuem demandas vinculadas ao acesso a direitos básicos como transporte, saúde, tratamento de esgoto, água encanada, escolas, creches, moradias etc., os apagamentos vão sendo acumulados, anulando a própria existência da luta destas mulheres: ignoradas pelas feministas locais; pelo ativismo feminista de redes (ou transnacional); pela literatura feminista; e pela literatura dos movimentos sociais; isto para não mencionar os descasos estatal e municipal ao qual elas são submetidas.

É no mínimo curioso compreender que, embora presuma-se que “o feminismo transnacional baseia-se em uma crítica estruturalista feminista de três sistemas de opressão interligados: patriarcado, racismo e globalização neoliberalização” (MOGHADAM, 2015, p.67), ele falha em observar articulações locais que se propõem a lutar em prol de demandas vinculadas aos Direitos Humanos mais básicos (a exemplo da saúde e da água), e buscar aprender suas táticas de mobilização e pressão.

Finalizando, é nítido que, como toda movimentação social, o feminismo, ou melhor, feminismos, já avançou muito desde o seu início. Contudo, falhas graves e profundas, que cortam grupos inteiros e mutilam mulheres que poderiam tanto oferecer apoio quanto se beneficiarem das trocas feitas no movimento, ainda seguem existindo. Neste sentido, é preciso que eu faça uma última observação, se as mulheres dos Clubes continuam sendo ignoradas, a temática materna ao menos ganhou certo espaço e relevância dentro de alguns nichos: o dos coletivos e, surpreendentemente, o da Academia.

Iniciativas relativas aos coletivos de mulheres mães nas universidades, responsáveis pelo fornecimento de assistência estudantil e auxílio a permanência nos cursos, e o movimento *Parent in Science*, uma iniciativa formulada por cientistas mães e pais com o

objetivo de trazer a maternidade para o centro dos debates e espaços acadêmicos, são duas das mais recentes articulações feministas brasileiras relativas aos tópicos da maternagem e da busca pelo alcance das demandas das mulheres mães. (SILVA, 2020; SILVA; SALVADOR, 2021)

A questão da maternidade na esfera internacional, entretanto, ainda sofre com graves problemas. Ela é relegada as margens, e, conforme argumentaria a seguir, conecta-se intimamente com o próprio ativismo, ainda que este seja apenas um dos embricamentos feitos a partir deste reino tão amplo, e ainda assim tão delimitado em determinados assuntos.

2.4. A questão da maternidade na esfera internacional

Começo esta seção, a última deste capítulo, conjecturando sobre a multiplicidade de caminhos que poderia trilhar não apenas aqui, mas em muitas outras pesquisas. A meu ver – e acredito que ao de quem está lendo esta pesquisa tal asserção ficará evidente também – o internacional está profundamente imbuído com mães, maternidade e questões maternas. Talvez não de uma forma muito óbvia, como o Estado ou a guerra se apresentam, porém por meio de (não tão) pequenos processos e atos, sendo alguns deles: a organização internacional do trabalho e a forma como o mercado ainda hoje está pouco equipado para acolher mulheres que trabalham “fora”²⁹ (PARREÑAS, 2015); o deslocamento de mulheres pelas cidades, estados e países, que frequentemente é maior e certamente possui impacto na economia e na logística mundiais (GRAU; MARTINEZ, 2014); a noção de que o mundo seria mais pacífico se mais mulheres estivessem no poder devido a sua “tendência” para a paz (o que, de certa forma, está conectado com a noção de que a mulher é mais propensa ao cuidado devido a sua capacidade de gestar e parir) (RUDDICK, 2007; AHÄLL, 2012; HUDSON et al., 2012); a ideia de que se as mulheres estivessem em posições de poder elevadas, a crise de 2008 poderia ter sido evitada devido ao caráter mais “prudente” das mulheres (PRÜGL, 2012); as reflexões acerca da maternidade transnacional ou mesmo da barriga de aluguel (GRUENBAUM, 2015; CERVI; CAMERA, 2017).

Estes são apenas alguns dos tantos exemplos passíveis de serem analisados no âmbito da maternidade no espectro internacional. Afinal, se adicionarmos a maternidade nas análises

²⁹ No imaginário social, mulheres que trabalham “fora” são aquelas que exercem função remunerada fora de seus lares, ou seja, que se inserem no mercado de trabalho e possuem renda. O termo “fora” é tanto literal quanto figurado, tendo em vista que, como Badinter (1985) expôs, a construção social na qual estamos imersas implica que mulheres – em especial as mães – sejam “rainhas do lar”.

de cada uma das autoras supracitadas veremos que a matemática se complexifica ainda mais. Como fica explícito nos textos de Cheng (2007) e Noonan (2007) as fronteiras entre maternidade e o internacional são, de fato, porosas: com pesquisas que abordam temas como a maternidade transfronteiriça e a adoção transnacional, ambas na era da globalização e do que Noonan (2007) em especial entende por “globalização do amor”, observo que os temas se imbricam mais e mais. Albanese (2007) também fornece um viés analítico que, para uma observadora mais desatenta talvez seja impensável: em seu texto “*Territorializing motherhood: motherhood and reproductive rights in nationalist sentiment and practice*”, a autora aborda um assunto tão caro as Relações Internacionais – e relações internacionais – a partir da questão materna.

Portanto, neste momento, encontro-me em uma encruzilhada: apesar do meu desejo de me aprofundar em cada uma destas imbricações – e tantas outras – não tenho tempo ou sequer espaço para me dedicar a explorar mais do que um ou dois assuntos, que, de modo algum, traduzem alguma hierarquia de relevância de pautas mesmo dentro do escopo dos estudos sobre a maternidade. Os dois casos escolhidos para tratar da maternidade no “internacional” seguem, de certa forma, uma linha dentro da minha própria pesquisa: o primeiro caso observado é o da maternidade no que destaco como sendo as principais conferências internacionais sobre o tema; e o segundo é a vinculação dos Direitos Humanos com os direitos maternos.

O pano de fundo destas escolhas se traduz como a observância mais prática de um argumento que constantemente desenvolvo, ainda que sem nomeá-lo (mas já fazendo-o agora): o internacional como sendo um espaço de inclusão excludente. Esta noção pauta-se na ideia de que embora as mães estejam presentes no internacional e, de fato, apareçam em alguns momentos, como é o caso das menções a maternidade nas conferências e no âmbito dos Direitos Humanos, frequentemente suas experiências e, em última instância, suas existências, não são levadas a sério. Elas são, na verdade, toleradas. E, como tais, raros são os esforços feitos na busca da compreensão das possibilidades da maternagem. A falta de um debate mais aprofundado sobre o tema barra qualquer chance de centralidade dos assuntos maternos no internacional, empurrando estas mulheres – seus corpos, desejos, demandas, linguagens e lutas – para as margens, em uma espécie de exílio forçado.

Ashley e Walker (1990), ao versarem sobre a importância do pensamento dissidente e da linguagem das exiladas, evocam um exemplo muito poderoso acerca do caráter marginal

destas mulheres: eles refletem sobre a imagem da mulher mãe trabalhadora, que está sempre atravessando as fronteiras “(...) mutuamente intrusivas e nunca estáveis da vida profissional e doméstica - cada uma com suas características narrativas historicamente elaboradas de verdade e significado e cada uma com suas próprias implicações de gênero (...)” (ASHLEY; WALKER, 1990, p.260)

Nestes tempos e espaços de exílio, conforme Ashley e Walker (1990), quatro características são compartilhadas: (1) o caráter intrinsecamente ambíguo; (2) eles são locais de luta; (3) eles resistem ao conhecimento moderno, pautado na construção de representações que excluem, necessariamente, outras interpretações; e (4) apesar desta resistência a uma verdade única, eles não se configuram como um local vazio a ser cooptado.

Profícuo é o entendimento de que estes tempos e locais de exílio se sobrepõem e, por vezes, tornam-se zonas de disputa pelos mínimos recursos que podem ou não chegar até eles, como é o caso da justaposição entre as identidades “mulher” e “mãe”. Como Enloe (2013) nos informa, há, tanto nas “RIs” quanto nas “ris”, uma clara divisão entre o que/quem é levada/o a sério. “Na pior das hipóteses, as pessoas e suas ideias que não são levadas a sério não serão ouvidas de forma alguma, nem agora, nem depois.” (ENLOE, 2013, p.20). Tal problemática também ocorre no âmbito do ativismo feminista transnacional, como discutirei no Capítulo 2 desta pesquisa.

Dito isto, certamente ao intitular esta seção como “a questão da maternidade na esfera internacional” não pretendo abarcar todas as intersecções entre o tema e a esfera. Isto não seria possível em uma dissertação de mestrado, sequer em uma tese de doutorado. Entretanto, quero mostrar que, no recorte por mim escolhido, há, pelo menos, dois pontos essenciais nos quais a maternidade se apresenta – ou melhor, é reiteradamente ignorada – no internacional. E a seguir demonstrarei como ambas as conexões, embora de certa forma mitiguem a ideia de que a maternidade é invisibilizada neste campo abstrato, não são suficientes para repercutirem grandes impactos no *status quo* do sistema internacional ou mesmo na disciplina de RI, principalmente por incluírem as mães ao mesmo tempo em que as excluem.

2.4.1. A maternidade nos tratados e conferências internacionais

Acordos e conferências internacionais configuram dois dos objetos mais básicos de análise das RI. Profundamente permeados por questões concernentes ao Estado, mas também

pelo Direito – seja enquanto lei, jurisprudência ou mesmo o “Direito Internacional” – estes documentos e encontros atraem a atenção das internacionalistas mundo afora (ver PRÁ; EPPING, 2012 e KYRILLOS, 2016). Embora não seja de conhecimento de todas, há, sim, cláusulas e planos de ação que versam sobre a maternidade na alçada internacional.

Nesta subseção, portanto, faço uma breve análise acerca das principais resoluções e convenções que versam sobre o tema aqui estudado. Com base em uma pesquisa já realizada por mim (MORON, 2021), observei que há, pelo menos, quatro grandes convenções que abordam, de alguma forma, a questão da maternidade: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW)³⁰ de 1979; Convenção nº 3 da OIT³¹ (1919); Convenção nº 103 também da OIT (1952); e Convenção nº 183 (2000) da mesma agência. Ampliando o escopo desta investigação prévia, acrescento ao rol de conferências a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - CIPD (1994) e a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - DEVAW³² (1995).

Cada um dos documentos derivados destes encontros e convenções possui características que por vezes se somam e apresentam, ao menos em aparência, alguns avanços. Não obstante, estes “progressos” são ínfimos e em muitos dos casos falham em ir além de uma compreensão simplista da maternidade, frequentemente enxergando a questão materna somente nos âmbitos da gestação, parto e puerpério. Os verdadeiros aspectos sociais que geram as opressões e coerções que subjagam as mulheres mães (BADINTER, 1985; RICH, 1995) não são, de fato, abordados.

Embora eu tenha englobado todas os seis documentos em uma só caixa, elas se diferem com relação ao foco que possuem: as três convenções advindas da OIT focam essencialmente em questões trabalhistas, principalmente àquelas relacionada a gravidez, a licença-maternidade e a amamentação. Já as demais convenções e conferências possuem um caráter mais programático, e objetivam fornecer sugestões ou mesmo uma plataforma de ação para mudanças sociais. Apesar de não ser possível concluir que há a real existência de um regime internacional³³ voltado para a maternidade, estes encontros resumem o que foi tratado

30 CEDAW é abreviação da nomenclatura em inglês “Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women”.

31 OIT é abreviação de Organização Internacional do Trabalho.

32 DEVAW é abreviação em inglês de “Declaration on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women”.

33 Regimes internacionais podem ser entendidos como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2012, p. 93)

sobre o tema no século XX no âmbito da ONU que, apesar de não ter força coercitiva, informa e orienta os países participantes e/ou signatários de seus eventos e resoluções.

De forma a resumir o conteúdo destes eventos, elaborei um quadro com o que considero sendo seus principais pontos (Quadro 2). Para selecionar estes itens fundamentais, baseei-me nos doze artigos da convenção nº3 da OIT (1919) e a partir dela observei o que foi acrescentado e modificado (MORON, 2021, no prelo). Novamente, como forma de complementar a análise anterior, fiz o mesmo processo com as duas conferências que adicionei posteriormente. No caso destas conferências que ocorreram no âmbito da ONU tive como pilar a primeira delas, a CEDAW (1979) que representou um marco nas proposições acerca dos direitos das mulheres e na busca pela eliminação da discriminação contra o referido grupo.

Quadro 2 - Convenções e conferências internacionais que abarcam maternidade

Convenção	Ano	Agência	Principais Pontos
Nº3	1919	OIT	<ul style="list-style-type: none"> • Licença-maternidade de seis semanas após o parto; • Estipula duas pausas para o aleitamento; • A licença-maternidade será remunerada.
Nº 103	1952	OIT	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da licença-maternidade para, no mínimo, doze semanas (parte dela devendo ser tirada após o parto); • No caso da mulher amamentar, ela poderá interromper o seu trabalho com esta finalidade uma ou mais vezes; • As pausas para amamentação serão remuneradas.
Nº 183	2000	OIT	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão da licença-maternidade para catorze semanas; • Possibilidade de extensão da licença-maternidade quando necessário; • Possibilidade de uma ou mais pausas para amamentação ou redução no tempo de trabalho (sendo contadas e pagas como tempo trabalhado).
			<ul style="list-style-type: none"> • Admissão da importância social da maternidade; • Reconhecimento de que para haver igualdade plena entre homens e mulheres é necessário que os papéis tradicionais de ambos (na sociedade e na família) sejam modificados; • Reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres no que diz respeito a educação e ao

CEDAW	1979	ONU	<p>desenvolvimento de suas filhas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estipulação de que Estados-Parte deverão proibir a demissão por motivo de gravidez ou licença-maternidade; • Desenvolvimento de uma rede de serviços destinada ao cuidado das crianças³⁴; • Admissão de que é preciso garantir proteção especial as mulheres durante a gravidez.
CIPD	1994	ONU	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de que os países promulguem leis e promovam políticas de licença-maternidade remunerada e que possibilitem que as mães amamentem suas crianças; • Fomento da ampliação dos serviços integrados de assistência à saúde reprodutiva e a maternidade segura; • Promoção não somente da saúde da mulher e da maternidade segura, mas também da educação sobre os temas; • Realce da importância da atuação dos homens na supracitada promoção.
DEVAW	1995	ONU	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da importância social da maternidade e da função de ambos os progenitores na família e na criação das crianças; • Admissão de que a maternidade não deve ser motivo de discriminação nem limitar a plena participação da mulher na sociedade; • Fomento do fortalecimento e reorientação dos serviços de saúde com o objetivo de reduzir as enfermidades e morbidades derivadas da maternidade; • Garantia da licença-maternidade como um direito da mulher mãe.

Fonte: A autora (2021)³⁵

34 Aqui é importante observar que feministas liberais, radicais e negras demandavam que a creche fosse compreendida como um direito da mulher. Entretanto, a forma como os argumentos eram tecidos divergia enormemente: enquanto as feministas liberais focavam essencialmente na mulher branca de classe média como detentora deste direito para que pudessem se inserir no mercado de trabalho, tivessem educação e possibilidade de participação política, as feministas radicais utilizavam a mesma unidade de análise (a mulher branca de classe média) e compreendiam a creche como uma forma de subverter o papel da mulher na família nuclear, e, por fim, as feministas negras desafiavam ambas as perspectivas ao acreditarem que a creche seria um direito da mulher pois enquanto mulheres mães negras, que frequentemente precisavam trabalhar para sobreviver, elas precisavam de apoio no cuidado as crianças. (GERSHON, 2020, s.p.)

35 Todas as informações presentes no Quadro 1 foram retiradas de Moron (2021) e UNFPA Brazil. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. 1995. Disponível em:

A partir da observação do Quadro 2 é possível vislumbrar alguns pontos: apesar das convenções e conferências supramencionadas não somente abarcarem a temática guarda-chuva que eu intitulei “maternidade”, mas também oferecerem algumas diretrizes que devem servir como base das reformas sociais e legais nos países signatários dos documentos propostos, elas ainda possuem limitações e ainda se encontram frentes algumas barreiras intransponíveis, a saber

(...) três: (1) a alta vinculação do tema com questões somente trabalhistas; (2) a falha na concepção de um modelo de maternidade saudável e não compulsório, que considera a atuação materna para além dos períodos da gravidez e do puerpério; (3) o aprisionamento da mulher mãe em seu corpo através de um olhar ocidental e limitador. (MORON, 2021, p.235)

Acrescento a estas problemáticas mais uma que acredito ser vital: ainda que todas estas convenções tenham um caráter formal por terem sido assinadas e ratificadas por boa parte dos países-membros da ONU e aqueles comprometidos em especial com estes documentos, elas não possuem caráter coercitivo e a mudança social, ou melhor, reformas estrutural e cultural completas, são reduzidas a meras sugestões.

É certo que estes direitos podem ser considerados, de certa forma, avanços – ao menos no campo do trabalho. Ainda assim, eles são “ajustes” dentro de um sistema profundamente patriarcal e desigual, e suas definições e práticas não tocam nos pontos estruturais mais pertinentes à questão materna. Outro fator problemático é a própria concepção adotada, ainda permeada por um ideário sexista, que ignora uma concepção distinta do que significa ser mãe em termos sociais e deixa de lado a maternagem enquanto experiência feminina.

Pensando no caso das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e a convenção que foi lançada durante os primeiros anos de suas experiências enquanto grupos, é interessante observar que a CEDAW, embora tenha sido adotada pela Assembleia Geral em 1979, foi ratificada com reservas pelo Brasil somente em 1984 – e sem reservas apenas dez anos depois. As implicações destes fatos não são passíveis de mensuração – ao menos não dentro desta pesquisa, tendo em vista que este não é o meu objetivo.

Entretanto, é possível estabelecer um paralelo entre a própria luta das mães e o conteúdo dos artigos da CEDAW que versam sobre a maternidade: se por um lado as

<<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/declara%C3%A7%C3%A3o-e-plataforma-de-a%C3%A7%C3%A3o-da-iv-confer%C3%Aancia-mundial-sobre-mulher>>. Acesso em 20 maio 2021 e UNFPA Brazil. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo). 2007. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%Aancia-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%Aancia-do>>. Acesso em 20 maio 2021.

mulheres brasileiras estavam lutando na prática por suas demandas e em certo grau pelas suas sobrevivências enquanto mães periféricas, por outro a Convenção propunha uma discussão muito mais teórica no que diz respeito a função social materna e com um foco mais profundo em questões trabalhistas, fato que pouco sofreu mudanças mesmo nas discussões atuais.

Em suma, a partir deste paralelo torna-se ainda mais nítida a discrepância que há entre a teoria das convenções, conferências e documentos internacionais e a realidade material experienciada pelas mulheres mães que não possuem outras alternativas a não ser utilizarem seus próprios corpos, espaços e vivências para se articularem enquanto grupo político. Nesse aspecto, Barroso (1989) nos mostra que o processo de questionamento do papel social da mulher foi o resultado “de várias forças sociais, uma das quais foi o lobby criado em torno da preocupação com o aumento populacional e a esperança de que as taxas de nascimento pudessem ser reduzidas pela ampliação de papéis sociais para as mulheres.” (BARROSO, 1989, p.185)

Retornando ao Quadro 2, e agora observando-o de forma mais crítica, é possível notar que os “avanços” nos debates acerca da questão materna informam interesses de grupos particulares, isto é, governantes, empresários, líderes políticos e outros membros da elite do poder que, apesar de atingirem as mulheres mães de forma parcialmente positiva - principalmente ao reconhecerem a função social materna - acabam por somar a esta questão outros dois elementos-chave no que diz respeito ao cruzamento entre maternidade e Estado: (1) o fornecimento de cidadãos, que envolve a própria constituição material desta entidade, que em última instância depende de pessoas para existir; e (2), o acúmulo de funções exercidas por estas mulheres, que acabam participando do mercado de trabalho do cuidado, não remunerado e profundamente invisibilizado, e que já são impactadas, em muitos casos, por outras opressões, a exemplo daquelas relacionadas a raça, classe e sexualidade. fornecimento de cidadãos e o acúmulo de funções que se amontoam sobre as mulheres mães e que, por vezes, já possuem realidades vivenciais marcadas por diferentes tipos de opressões.

Ainda no que diz respeito aos entraves encontrados nesta arena

O peso das tarefas domésticas desigual suportado por mães e outras mulheres cuidadoras diminuiu — mas em apenas sete minutos. Ao longo dos últimos 25 anos, pesquisas sobre o uso do tempo revelaram um enorme desequilíbrio de gênero no trabalho doméstico não remunerado, incluindo cuidados de crianças e pessoas idosas. Essas desigualdades persistem mesmo quando mulheres trabalham as mesmas horas fora de casa. Em média, mulheres gastam cerca de três vezes mais tempo com cuidados de crianças e outros trabalhos domésticos do que homens, revela a Organização Internacional do Trabalho, OIT. (ONU NEWS, 2019, s.p.)

Finalmente, a partir destas reflexões, torna-se nítido que os tratados e conferências internacionais que abordam a temática da maternidade, apesar de possuírem diferentes frentes de ação e temáticas, pouco desenvolveram uma crítica ao aspecto compulsório e ao acúmulo do cuidado nas vivências de uma mulher mãe; estes documentos sequer trataram da necessidade de creches e a importância da maternagem não apenas para a sociedade em termos estruturais, políticos e culturais, mas também para a economia mundial.

1.4.2. Direitos Humanos e maternidade

O que convencionou-se chamar de “Direitos Humanos” (DH) configura, assim com os acordos e conferências internacionais, um vasto assunto de estudo em Relações Internacionais. Esta temática, profundamente relacionada a ONU³⁶ – mas não limitada a ela, certamente – não é nova, mas ainda movimenta as mais diversas pesquisas e pesquisadoras não somente no Brasil, mas no mundo. “Filosoficamente, o conceito de Direitos Humanos é baseado em uma concepção naturalista segundo o qual um indivíduo se beneficia dos direitos humanos apenas em virtude de ser humano.” (JULIEN, 2015, p.5) Esta temática, tal como alguns exemplos que citei no início desta seção, imbrica-se com a questão da maternidade ao menos de duas maneiras. A primeira delas é por meio dos direitos das mulheres de forma mais universal. A segunda, com a própria noção dos direitos maternos enquanto Direitos Humanos.

No primeiro caso, é possível observar que, embora muitas sufragistas já debatessem a “condição da mulher” desde a década de 1920 (ou mesmo antes), foi somente no final dos anos 1930 que as feministas obtiveram sucesso em tornar esta pauta internacional. Como afirma Lake (2001), apesar deste pequeno avanço muito ainda precisava ser alcançado e o lobby feito na Conferência fundacional da ONU, em maio de 1945, teve como resultado um acordo que culminou na compreensão de direitos iguais para homens e mulheres no texto final da Carta da ONU.

Para Guarnieri (2010), a ONU constitui uma importante fonte de fomento a igualdade de gênero. Boutros-Ghali (1996, *apud* GUARNIERI, 2010), divide a atuação da instituição na busca pela promoção dos direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais em três

36 Um dos marcos da questão dos DH é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) adotada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III) (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

períodos: no primeiro deles, de 1945 a 1962, a ONU pautou seus argumentos na noção de equidade entre mulheres e homens; no segundo, de 1963 a 1975, a organização reconheceu a importância do papel das mulheres no desenvolvimento social e econômico das diferentes sociedades; e na última fase, de 1976 a 1985, a instituição, que havia declarado este período como sendo a “Década da Mulher”, observou uma mudança no cenário internacional após o sucesso no consenso da pauta de que o desenvolvimento não seria possível sem as mulheres.

É certo que após esse período a ONU seguiu promovendo os ideais de igualdade e equidade femininas. Ainda assim, dado ao recorte temporal da atuação dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, ressalto aqui, principalmente, o segundo e terceiro períodos conforme dispostos por Boutros-Ghali (1996, *apud* GUARNIERI, 2010). Como já mencionei, se em um primeiro momento “a noção de que homens e mulheres devem ser capazes de desfrutar de seus direitos humanos em uma base igual” (LEEuwEN, 213, p.245) serviu como guia de duas³⁷ das principais convenções sobre o tema dos DH, em uma fase posterior a ONU vislumbrou a necessidade de se versar especificamente sobre os direitos humanos das mulheres. Pois, como ressalta Reanda (1981, p.30), “quando os direitos humanos são violados, são as mulheres que mais sofrem. Na verdade, quer se fale de repressão política, colonialismo, discriminação racial, desigualdades de classe ou subdesenvolvimento, as mulheres são sempre as menos afortunadas.”

Não à toa a I Conferência Mundial sobre a Mulher ocorreu em 1975 no México, ano declarado oficialmente como o “Ano da Mulher”, e teve como tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. O cerne das discussões girou em torno da busca pela eliminação da discriminação contra a mulher, e um plano de ação norteador de diretrizes governamentais, bem como da comunidade internacional, foi aprovado. É interessante apontar que no texto integral da conferência há menções frequentes sobre a importância da creche para o alcance de um desenvolvimento igualitário. Conforme o parágrafo 20, “As creches e outras instalações para cuidar das crianças são meios para complementar o treinamento e os cuidados que as crianças recebem em casa. Ao mesmo tempo, são de vital importância na promoção da igualdade entre homens e mulheres.” (ONU, 1975, p.12)

Quanto ao Plano de Ação, diretrizes foram elaboradas para a execução em diferentes frentes: a partir das esferas nacionais, regionais e globais, e com base na atuação de atores como Estado, mídia, organizações governamentais e não-governamentais. Um ponto

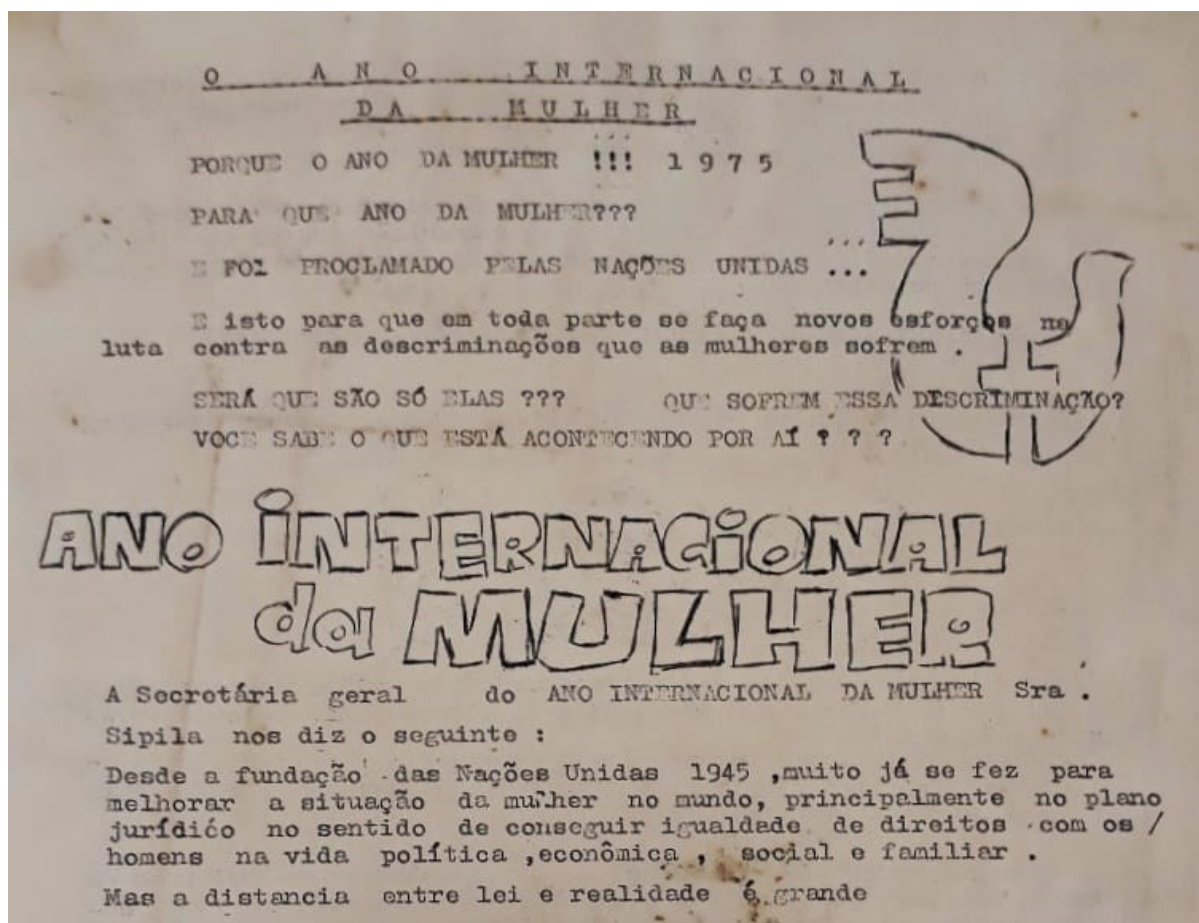
37 O Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos e O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966.

interessante de se ressaltar é o da disseminação de informações. Como consta no parágrafo 177

As organizações governamentais e não governamentais devem encorajar e apoiar pesquisas nacionais, regionais e internacionais para determinar a imagem de mulheres e homens retratada pela mídia; e as influências negativas e positivas exercidas por eles em seus diversos papéis como transportadores de informações, animadores, educadores e anunciantes. (ONU, 1975, p.40)

Trouxe este excerto pois, ao abrir a caixa pasta 5 da caixa 1 do Fundo Clube de Mães disponível no CEDEM-UNESP, intitulada “Fragmentos” na seção “Organização e gestão”, deparei-me com um documento (sem autoria específica) que circulou nos primeiros encontros dos Clubes de Mães da Zona Sul paulistana (Figura 1).

Figura 1 - O Ano Internacional da Mulher (sem data)

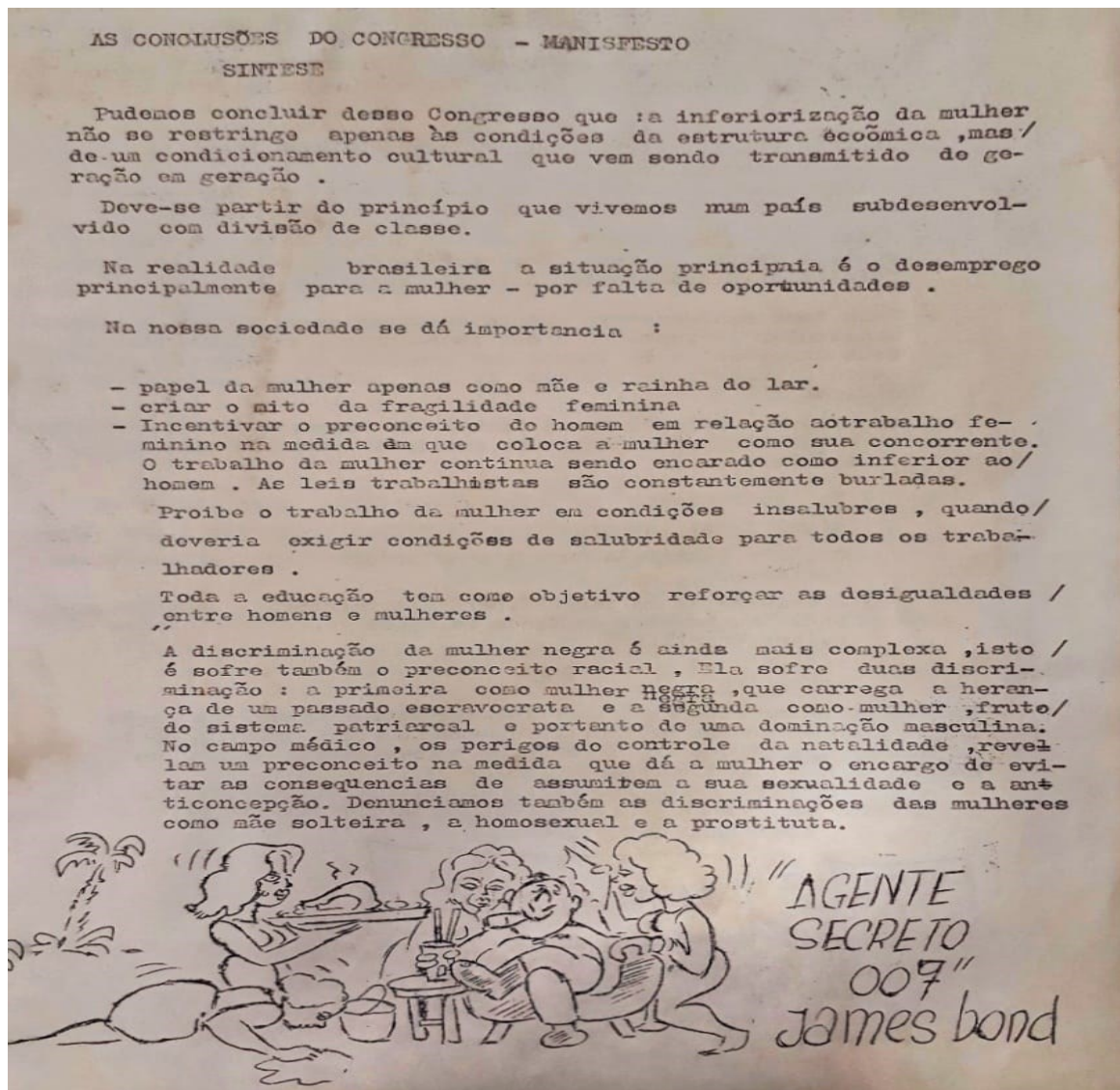


Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães, acesso em 2020

Neste documento fica evidente que a problematização almejada pela ONU conseguiu,

de fato, inserir-se em diferentes espaços, o que contribuiu para o alinhamento de uma agenda pró-Direitos Humanos das Mulheres em múltiplas instâncias. Contudo, é pertinente apontar que há a presença de uma articulação crítica entre teoria e prática, não tendo sido o texto integral da I Conferência sobre a Mulher acatado de maneira acrítica. Nomes como os da pensadora Betty Friedan, da esposa do então 1º Ministro da Jamaica, Berveley Mondey e da Secretária-Geral da Associação e da Organização Feminina de Uganda, Thelma Xawory, constam neste texto com considerações críticas acerca da execução do encontro, bem como de seu conteúdo, principalmente no que diz respeito às mulheres do “Terceiro Mundo”.

Figura 2 - As Conclusões do Congresso – Manifesto Síntese (sem data)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães, acesso em 2020

Consta neste documento ainda que

Ao lado desse Congresso aconteceu um Congresso paralelo ‘Tribuna Internacional’ e há um descontentamento contra o aspecto formal do Congresso Oficial: Uma japonesa garante que passou meses economizando seus salários para relatar nessa conferência as condições das operárias de seu país e não lhe deram credenciais. Algumas africanas prepararam um documento para mostrar que o Congresso não deu suficiente oportunidade às mulheres do 3º Mundo. Quanto às chinesas, sabiam que iam dizer: ‘A libertação da mulher e do homem são duas faces da mesma medalha.’.

Como é possível observar na Figura 2 (acima), neste grande apanhado entre as discussões em voga na ONU, as críticas feitas pelas feministas e o encontro que aconteceu no Brasil³⁸, fica explícito que o pontapé inicial para uma compreensão mais ampla dos Direitos das Mulheres como sendo Direitos Humanos havia sido dado. A inauguração da Década da Mulher pela ONU (1975-1985) também pode ser considerada um grande marco na luta pelos Direitos Humanos das Mulheres, como fica nítido na CEDAW, o que já comentei na subseção anterior.

Portanto, embora as mulheres dos Clubes reconheçam a importância dos debates fomentados pela ONU, e muitos dos pontos levantados por elas coadunem com as questões discutidas no âmbito das conferências por igualdade, em especial no que diz respeito a problemática do desemprego, a luta das mães da Zona Sul não se restringem a essas pautas, indo muito mais além da busca pela redução das desigualdades de gênero e solicitando atenção a demandas básicas, como poderá ser observado no Capítulo 3 com o Movimento do Custo de Vida e o Movimento de Luta por Creches.

De modo a não me prolongar mais do que o necessário neste assunto, trago agora o segundo ponto de embricamento entre a questão dos DH e a maternidade no internacional: o dos Direitos Humanos Maternos que, de certa forma, derivou das discussões feitas no âmbito dos DH femininos. Apesar do parco material sobre o assunto nas ciências sociais, durante as minhas pesquisas encontrei dois artigos que considero essenciais para tecer o argumento que faço aqui: “*Mother’s Rights are Human Right’s: Reflections on Activism and History*” de Molly Ladd-Taylor (2014) e “*Is there a Human Right to Safe Motherhood within the United Nations Legal System?*” de Hélène Julien (2015). Trago aqui um trecho do primeiro artigo e que resume substancialmente o meu processo de pesquisa sobre o tópico

38 Consta também, neste mesmo texto, que “No Rio de Janeiro também houve um Congresso patrocinado pela ONU onde participaram 100 mulheres representantes de todas as classes sociais de todo o Brasil.”

Se você procurar no Google por “direitos das mães”, obterá muitos artigos de sucesso sobre amamentação, custódia dos filhos e equilíbrio entre vida profissional e pessoal – questões que a maioria das pessoas associam mais com a qualidade de vida da classe média do que com direitos humanos, como normalmente os concebemos (isto é, em termos de violações de direitos de vida ou morte em outros países.) (LADD-TAYLOR, 2014, p.22)

Este trecho, apesar de já ter cerca de sete anos, ainda exprime os resultados encontrados em uma pesquisa no Google hoje. Boa parte dos debates acerca dos direitos maternos circula em torno de questões de saúde ou mesmo trabalhistas, como já comentei. Os tópicos da amamentação, acompanhamento de gravidez e saúde no puerpério aparecem com uma frequência alarmante: em muitos artigos os direitos das mulheres mães são reduzidos aos seus direitos a saúde durante a gravidez, o parto e a amamentação, restringindo o caráter de “mãe” a somente um período da vida de uma mulher que gesta, pare e cuida de crianças pequenas.³⁹

Nesse ponto, é importante trazer à tona o fato de que no segundo artigo que mencionei a autora também parte por estes caminhos. A despeito dela fazer uma abordagem a partir dos debates do que configura um Direito Humano, ela ainda associa os direitos maternos a questão da saúde da mulher mãe, em especial nos períodos de gravidez, puerpério e amamentação. Ela traz, inclusive, o conceito de “direito a uma maternidade segura”, limitando o escopo dos direitos maternos a uma questão de “segurança”. Trarei aqui seus argumentos e farei uma leitura a partir da perspectiva de Ladd-Taylor (2014) que, a meu ver, trata do assunto de forma mais ampla e menos reducionista.

Julien (2015) apoia-se no trabalho de Alston (1984) ao afirmar que o direito a uma maternidade segura se qualifica para ser lido como um novo “direito humano” por cumprir os sete passos que o autor estipulou em sua obra⁴⁰. Os argumentos tecidos por Julien (2015) para que o direito a uma maternidade segura seja considerado um Direito Humano são, de fato,

39 Para além da problemática de encarcerar a vivência materna em um período muito pequeno, há ainda a questão de mulheres mães que adotam ou que são “barriga de aluguel”, cujas experiências diferem das mulheres mães que gestam, parem e fazem o cuidado das crianças por pequenos ou longos períodos.

40 Em suma, para Julien (2015), o direito a uma maternidade segura pode ser considerado um direito humano pois reflete um valor da vida as mulheres; é relevante em diversos graus, a exemplo da gravidez, do parto e do puerpério; a maternidade é passível de ser vinculada a outros direitos, como o Direito a Vida, a Saúde, e aos Direitos Cívicos e Sociais; a inserção do direito materno a uma gama mais ampla de direitos; o fato de que este “novo” direito é unanimidade entre muitos países, em especial no que tange o combate a mortalidade materna; de acordo com a autora, o direito não suscitaria divergências entres culturas e/ou Estados; e, por fim, este direito seria passível de originar direitos e obrigações passíveis de identificação, a exemplo de acesso a informação acerca de saúde reprodutiva, cuidado com a saúde materna e outros elementos similares.

convincentes. Principalmente quando a sua noção de “conceito guarda-chuva” é explicitada: para a autora, este direito materno englobaria uma série de outros direitos já existentes, em especial o direito a vida, os direitos sexuais e reprodutivos que, embora assim careçam de consenso (penso aqui na problemática do aborto, do estupro, da biomedicina etc.), já existem e são profundamente difundidos nos debates ou mesmo práticas estatais e internacionais.

Sem embargo, tratar de um possível direito a maternidade segura não é suficiente. É preciso investir nesta questão a partir de várias frentes: o direito a família, que é tão caro no caso de mulheres encarceradas, também deve ser pauta; o direito reprodutivo, observado não somente no âmbito do aborto, mas também da esterilização de mulheres de forma ilegal; o direito a segurança econômica, tão difícil de ser conquistado quando se trata das questões do cuidado e de trabalhos não-remunerados ou mal pagos. (LADD-TAYLOR, 2014)

Adentrar na questão dos Direitos Humanos das mulheres mães demanda olharmos não somente para os períodos no qual é nítido que aquela mulher está carregando ou carregou há pouco tempo uma vida em seu ventre. Tratar desta questão deve nos compelir a entender que a maternidade não é um fenômeno universal. Ela pode ser vivenciada por meio da maternagem e varia de mulher para mulher. Em suma,

Uma discussão política dos direitos humanos das mães não seria uma panaceia, mas poderia iniciar um diálogo político que “ligaria os pontos” e empoderaria mães e mulheres grávidas, abordando a totalidade das vidas das mulheres – no local de trabalho, na comunidade e em casa. Em contraste com o maternalismo, que idealizou supostas qualidades nutritivas das mulheres e promoveu um certo tipo de vida familiar, a estrutura dos direitos humanos das mães não impõe um único padrão de criação de filhos. Não presume que a maternidade seja a principal identidade da mulher ou mesmo o aspecto mais importante da vida das mulheres. É simplesmente reconhecer que as mães, como todas as outras, são cidadãs titulares de direitos e seres humanos. As mulheres não deveriam ter que ceder seus direitos humanos com a gravidez e a maternidade. (LADD-TAYLOR, 2014, p.31)

Finalizando, ao pensar em ambas as questões – tanto aquelas concernentes aos instrumentos da ONU quanto estas relativas aos Direitos Humanos maternos – fica nítido que avanços já foram feitos. Sem embargo, o caminho a ser percorrido ainda é longo e precisa, indispensavelmente, trazer consigo um diálogo mais proveitoso, principalmente com os movimentos sociais locais e as mulheres que são diretamente impactadas pelas vivências maternas. Um exemplo de grupo que precisa ser melhor compreendido e acolhido dentro destes debates é o dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que, como buscarei

demonstrar a seguir, possuem experiências singulares, articulações coesas e demandas que precisam ser sanadas.

Capítulo III: Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo

*“Se a gente morre e não tem nada registrado, e aí, né? Pode ser que a história acabe.”*⁴¹

3.1. Contextualização histórica

Nesta seção farei uma breve explanação acerca dos principais fatores históricos que antecederam o surgimento dos Clubes de Mães da Zona Sul paulistana. Embora eu não tenha definido um marco temporal exato, boa parte dos processos aqui mencionados estiveram em curso ao longo do século XX, em especial no pós-Segunda Guerra Mundial, que foi um período violento, turbulento e de muitas mudanças na América Latina. Em termos políticos, nos anos imediatamente após o fim do conflito mundial, houve um certo aparecimento democrático, ainda que breve, na região latino-americana. Tal episódio ocorreu principalmente devido ao crescimento econômico, a facilitação da mobilização política e um discurso democrático pautado na ideologia antifascista, possibilitados em grande parte pela vitória aliada na Segunda Guerra Mundial. (JOSEPH, 2008)

Houve também neste momento o avanço do trabalho organizado enquanto ator social e político na América Latina. Muitos países da região participaram de um processo de abertura política e assistiram de perto a elevação do número de disputas e greves trabalhistas. A industrialização e a substituição de importações, que vinham se intensificando desde o final dos anos 30, foram impulsionadas com o final da Segunda Guerra, particularmente no Brasil e no México. “Ao mesmo tempo, a América Latina começou a experimentar um rápido crescimento populacional e migração em massa rural-urbana. Como resultado de todos esses fatores, a classe trabalhadora cresceu de tamanho e seu caráter foi transformado” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992, p.13).

No início o entusiasmo democrático acarretou na aceitação temporária das demandas populares pela democratização de suas sociedades por parte das elites econômicas e militares da região que haviam sido forçadas a se esconderem e defenderem apenas temporariamente no final da guerra. Contudo, tendo findado o conflito mundial, elas estavam decididas a recuperar os domínios político e social que haviam sido ameaçados pela mobilização política

41 Depoimento de Ana Dias no evento de memória: "Mães da periferia: resistência das mulheres durante a ditadura", em 02 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RRZtEeFIT0M&t=274s>>. Acesso em: 08 set. 2021

das organizações e militâncias trabalhistas, pelo avanço da esquerda e possivelmente até mesmo pela democracia. Portanto, pouco tempo depois, com o retorno destas elites ao poder na maioria dos países latino-americanos, o trabalho organizado passou a ser controlado; os militantes foram expurgados; os partidos comunistas foram banidos, sofrendo intensa repressão; e os partidos da reforma populista perderam força enquanto movimento ou passaram da esquerda para a direita. Em suma, os pequenos avanços democráticos foram sufocados, até mesmo revertidos. (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992)

Em muitos países da América Latina as sociedades ainda eram predominantemente rurais, onde Brasil e México, dois grandes países da região, precisavam percorrer um longo caminho na estrada da industrialização. (BETHELL; ROXBOROUGH, 1992). As elites latino-americanas que se encontravam no poder passaram, então, a buscar capital estrangeiro privado a fim de participarem das iniciativas de seus países. Atrair este capital demandava uma série de ações, dentre elas criação de um clima de investimento adequado, pautado principalmente na estabilidade política; comprometimento com a adoção do capitalismo liberal; afastamento da esquerda; e corte dos segmentos independentes nos sindicatos. (JOSEPH, 2008)

No caso brasileiro, a ascensão da elite burguesa se deu como forma de contrarrevolução autodefensiva e, como coloca Fernandes (1976, p. 217)

A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma “revolução democrático-burguesa”); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político.

Como mencionei, no plano internacional o mundo se encontrava em plena Guerra Fria. No Brasil, os partidos de esquerda já haviam perdido espaço e a elite galgava rumo ao poder. A crise que se instalou nos últimos anos desse período tornou-se insuportável, dividindo o Brasil em um embate dicotômico onde de um lado havia a promoção de um projeto reformista revolucionário, que objetivava a distribuição de poder e riqueza no país, e do outro, o pavor da mudança, que viria através de uma revolução social, e o conseqüente caos. “Prevaleceu, então, a opção conservadora, instaurando-se uma ditadura civil-militar. Foi aceita para salvar a democracia, mas perdurou no tempo.” (REIS, 2014, p.24)

A ditadura civil-militar que assolou o Brasil por quinze anos e que teve início em 1964

foi palco de práticas de opressão e violência estatal, muito embora tenha motivado também o florescimento dos mais diversos movimentos de resistência (REIS, 2014). O abate da democracia pelos militares deu-se, principalmente devido a “crise econômica e a turbulência política do início dos anos sessenta, que trouxeram um ressurgimento da militância trabalhista e uma renovação da esquerda, incluindo a esquerda comunista” (BETHELL, 1992, p.65)

Fico (2001) argumenta que desde o início da conspiração que levou ao golpe de 1964, já estava em curso no país o que pode ser entendida como doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, fomentada por instituições comandadas, principalmente, por empresários e militares de elite. Dentre os principais caminhos elaborados a partir desta doutrina, destaco o fomento de um “desenvolvimento econômico que reforçasse o destino brasileiro de ‘grande potência’, isto é, de país superiormente desenvolvido do ponto de vista industrial e também, estratégico quanto à interlocução política internacional.” (FICO, 2001, p.42) Ainda para o autor, se a doutrina da segurança nacional e desenvolvimento desempenhou papel-chave nas ações políticas da época, também o fez o êxtase punitivista no qual os golpistas se encontravam.

Vinculado a isto, a busca pela satisfação dos interesses de uma nova elite industrial e gerencial, que nasceu principalmente dos processos de industrialização e urbanização acelerados, que provocaram também altos índices de migrações no país e trouxeram um processo de mobilidade social, impactou fortemente na sociedade pós-golpe. Neste cenário, a fim de obter apoio da classe média emergente e devido à necessidade de melhoria da mão de obra, os governos militares aumentaram os números de vagas de educação primária e secundária; expandiram os ensinos técnico e tecnológico; promoveram avanços no sistema de assistência social e de saúde; e implantaram um sistema de saneamento básico e habitação através do Banco Nacional de Habitação (BNH). Ainda assim, inúmeras desigualdades continuaram sendo observadas, e as migrações das áreas pobres para as ricas do Brasil resultaram em um crescimento desordenado nas grandes metrópoles, em assentamentos precários (favelização) e no aumento das demandas por habitação e saneamento, como demonstrarei mais adiante. (BÓGUS; VÉRAS, 2000; BRITO, 2007; BALTRUSIS; D’OTTAVIANO, 2009)

Segundo Reis (2014), entre 1967 e 1974, durante os governos Costa e Silva e Médici, as oposições a ditadura foram massacradas, e consolidou-se um modelo de modernização pautado no conservadorismo, promovido essencialmente pelo Estado, por meio da articulação

de grandes capitais estatais, nacionais e estrangeiros. É importante evidenciar que este processo de modernização da economia agrária não é, por si só, um fator de mudança estrutural ou mesmo de superação efetiva das desigualdades socioeconômicas, culturais e políticas. (FERNANDES, 2008) O desenrolar destes acontecimentos se deu, principalmente, devido as tensões e contradições acumuladas durante o primeiro governo ditatorial.

Não obstante, especialmente nos grandes centros urbanos, uma oposição democrática moderada ainda persistia, e contava com políticos do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o único partido oposicionista legalmente consentido pelas forças ditatoriais. Contudo, “Com outra perspectiva, formou-se um movimento democrático radical, vocalizado pelos estudantes universitários. (...) Com a proteção e ajuda de setores insatisfeitos da Igreja católica, reestruturaram suas organizações na ilegalidade e passaram às lutas de rua (...)” (REIS, 2014, p.91)

Ações guerrilheiras, promovidas principalmente por grupos comunistas e insatisfeitos, foram propagadas por todo país. (FICO, 2001) Ainda em 1968 ocorreram grandes manifestações pacíficas, fomentadas especialmente por estudantes, e movimentos grevistas de operários e assalariados urbanos. Contudo, a partir do segundo semestre, os policiais intensificaram a repressão nestas manifestações, atirando para matar quem delas participasse. Em outubro centenas de lideranças clandestinas foram presas, o que serviu para enfraquecer as guerrilhas. “Restou à ditadura, então, quebrar a resistência das oposições moderadas, o que foi realizado com a edição do Ato Institucional nº 5 (...)” (REIS, 2014, p.92) Este Ato, conhecido como AI-5 foi um dos mais duros já instituídos pelo regime e foi o responsável pela suspensão de direitos políticos.

No aspecto econômico, foi durante as administrações de Costa e Silva e Médici que o Brasil prosperou. O período de 1967 a 1973, que ficou conhecido como “milagre econômico”, encontra as raízes de seu sucesso nas excelentes condições do mercado internacional e em uma política amplamente expansionista. “Por fim, o Estado era o grande produtor de eletricidade, aço, minerais, combustíveis, fertilizantes e produtos químicos, entre outros insumos; controlava os serviços portuários, as telecomunicações e as ferrovias, e exercia papel fundamental no sistema de crédito.” (KLEIN; LUNA, 2014, p.78)

O tal milagre econômico serviu para reduzir a inflação advinda dos anos anteriores, que já se acumulava desde antes da tomada do poder pelos militares. De acordo com Reis (2014), a queda do milagre se deu através do declínio do crescimento e por meio do aumento

da inflação, e ocorreu entre os anos de 1973 e 1977. É importante ressaltar que durante esse período de ‘bonança’, a disparidade social só aumentava e a concentração de riqueza crescia absurdamente. Embora o período parecesse ser de prosperidade, muitos se encontravam em situação de precariedade e o choque internacional do petróleo em 1973 impactou não apenas as classes mais baixas, mas também as médias e altas. Segundo Klein e Luna (2014), o país importava 73% do consumo que fazia deste combustível fóssil e medidas de recessão seriam necessárias para conter os danos causados pelo choque.

Para Singer (2014, p.197), “Mas, além dos efeitos do choque do petróleo, o que determinou a redução do ritmo de desenvolvimento foi o esgotamento da infraestrutura energética e de transportes e comunicações, assim como das reservas de força de trabalho, com suas diferentes qualificações.” Nas tentativas de frear os avanços negativos da crise internacional no país, o governo implementou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PNUD) em setembro de 1974, onde foi proposta a continuação do intenso ritmo adotado durante o ‘milagre’.

Contudo, apesar dessa tentativa, a combinação entre repressão política e pressão inflacionária tornou a administração estatal cada vez mais difícil. Destarte Reis (2014), o controle de preços e salários passou por um severo revés e em 1978 os sindicatos operários voltaram a questionar a proibição das greves com mais afinco. Esse processo será melhor explorado mais adiante nesta pesquisa, na próxima seção, junto a participação da Igreja Católica durante a ditadura e o nascimento dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. É válido ressaltar que, para além do período ditatorial, outros dois processos marcaram fortemente o cenário brasileiro na segunda metade do século XX. São eles a modernização e a urbanização.

Os esforços em prol da modernização já aconteciam há tempos. O processo, que havia sido intensificado a partir de 1930, encontrou ainda mais subsídio no experimento republicano que ocorreu entre 1945 e 1964 (REIS, 2014), ganhando maior consistência, muito embora aumentando, paralelamente, as tensões e contradições. (FERNANDES, 1976, 2008) Portanto, ainda que a urbanização e modernização brasileiras tenham ocorrido através de um processo gradual, é preciso observar que, na durante a vigência do regime militar, o projeto modernizador implicou diversas mudanças em setores-chave, principalmente o da infraestrutura, economia, cultura, comunicações e tecnologias. (KLEIN; LUNA, 2014).

O aumento da urbanização, que pode ser observado em grandes metrópoles como Belo Horizonte e São Paulo, é o meu ponto de partida. De acordo com Klein e Luna (2014), entre as décadas de 1950 e 1970, a cidade de São Paulo apresentou um crescimento superior a 5% ao ano, o que significa que na matemática final a cidade paulista mais do que duplicou a sua população nesse período.

Em todos os casos, o crescimento ocorria na periferia e não no núcleo central, que então respondia apenas pela metade do total da população. O crescimento das cidades deu-se por intermédio da migração rural-urbana de pessoas em idade produtiva, com as mulheres tendo presença significativamente superior nesse fluxo migratório, devido ao aumento de oportunidades de trabalho em residências e fábricas. (KLEIN; LUNA, 2014, p.46)

De acordo com Romanelli e Abiko (2011), no centro estavam concentradas as atividades econômicas mais importantes, tanto públicas quanto privadas, estabelecendo-se assim, naquela região, as infraestruturas urbanas e os centros habitacionais da população com maior renda. Já a região periférica configurava um território de invasões, conjuntos habitacionais e loteamentos populares, servindo, majoritariamente, para refugiar a população pobre, migrante. “Na periferia pobre criou-se um ambiente urbano precário, denso, quase sem serviços e equipamentos coletivos e com insuficiente infraestrutura, criando enormes problemas ambientais, como alagamentos, deslizamentos de morros, poluição de cursos d’água.” (ROMANELLI; ABIKO, 2011)

Como coloca Singer (1984), o processo de urbanização trouxe consigo a necessidade de participação estatal no fornecimento de serviços públicos capazes de tornar a cidade moderna habitável, a exemplo de condução e iluminação públicas, posto de saúde e policiamento. Estes serviços não consistem em privilégios, mas em uma viabilidade mínima para a sobrevivência urbana. Contudo, o fornecimento destas infraestruturas, mesmo que básicas, está condicionado ao interesse das classes dominantes.

A utilização dos fundos do erário está sujeita a prioridades definidas por critérios políticos, de modo que a satisfação das necessidades básicas da população compete com outras demandas, provenientes de camadas sociais que dispõem de meios econômicos suficientes para ter acesso a todos os serviços urbanos, por mais escassos que estes sejam face às necessidades de *todos* os habitantes da cidade. (SINGER, 1984, p.84, ênfase no original)

Ribeiro (1995) nos informa que a população urbana tem um salto enorme entre o término da primeira metade do século XX e o meio da segunda, passando de 12,8 milhões em

1940 para 80,5 milhões em 1980. Para o autor, o êxodo rural brasileiro é um dos mais violentos, “tanto mais grave que nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população. Sua consequência foi a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos.” (RIBEIRO, 1995, p.198)

Em se tratando especificamente da cidade de São Paulo, é possível observar que em um primeiro momento a leva de pessoas recebidas era constituída quase que essencialmente por imigrantes internacionais. A partir da década de 1920, contudo, o cenário mudou e passou a contar, também, com a migração interna de pessoas advindas de outras regiões do país, especialmente o Nordeste. No panorama do crescimento dessa capital, os migrantes advindos de outros estados formaram 42% do somatório total entre 1970 e 1980, atingindo, então, seu ápice. (KLEIN; LUNA, 2014)

De acordo com dados da Prefeitura do Município de São Paulo (2004), a cidade contava com 5,9 milhões de habitantes em 1970. Com o aumento da marcha urbana rumo as áreas periféricas, a cidade observou um crescimento superior a 4% da população nas favelas entre os anos de 1973 e 1980. Com isso, “acentuam-se as demandas por energia, água, habitação, saneamento, transportes e comunicações.” (SÃO PAULO, 2004)

O processo de urbanização das cidades brasileiras, nos últimos 50 anos, consolidou um padrão de ocupação do solo caracterizado pela desigualdade socioespacial, reflexo das desigualdades socioeconômicas. Se as favelas existem na cidade de São Paulo desde o início do século passado, a sua inserção como um problema de moradia para a baixa renda se consolida nos anos 90 (...). Até a década de 1970, a principal forma de acesso à moradia pelos pobres se dava pelo “padrão periférico de expansão urbana”, ou seja, através da proliferação de loteamentos irregulares e (ou) clandestinos, em áreas periféricas não urbanizadas. (BALTRUSIS; D’OTTAVIANO, 2009, p.146)

É neste contexto que a desigualdade socioespacial fica ainda mais evidente. Relembrando Singer (1984), as demandas da elite passam a ser priorizadas em detrimento das necessidades gerais. Há, portanto, uma espécie de expulsão da população pobre para a periferia por meio de uma série de “transferências” de favelas situadas em zonas mais ricas para setores mais distantes da cidade. Para Baltusis e D’Ottaviano (2009, p.137), o empobrecimento populacional não é o único fator explicativo para o surgimento destas áreas. Ele também se relaciona “com a própria forma como o espaço urbano se estrutura em nossas cidades, de forma fragmentada e segmentada, revelando a fragilidade do processo de

produção do espaço urbano nas grandes cidades e expondo a vulnerabilidade das favelas na estrutura urbana.” É nesses espaços favelizados as carências sociais são ainda maiores, sendo os serviços fornecidos muito precários se comparados às necessidades populacionais locais.

No plano geral do contexto brasileiro, no que diz respeito a educação, segundo Klein e Luna (2014), o governo se comprometeu a apoiar a pesquisa científica mais intensamente e a após a criação da CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisas, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em 1951, foram criadas universidades federais em todos os estados. O ensino superior encontrava-se, nesse momento, em grande expansão.

Contudo, ainda em 1960, o país contava com um alto índice de analfabetismo, onde 40% da população com 15 anos ou mais configurava essa taxa (KLEIN; LUNA, 2014). Aa década seguinte, contudo, foi caracterizada pela ampliação do ensino em todos os níveis, não apenas no superior. Em 1971, foram promulgadas reformas envolvendo os primeiro e segundo graus, havendo a inserção do ensino supletivo e a obrigatoriedade do ensino primário de oito anos. Houve um aumento nas matrículas e reformas no sistema de financiamento do sistema educacional, mudanças estas que geraram vínculos entre os gastos em educação nas três instâncias governamentais. “Contudo, mantinha-se uma indefinição no que se refere às atribuições de cada esfera de governo em relação à oferta de serviços em educação”. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005)

Com relação aos assuntos de previdência e assistência ao trabalhador, avanços foram feitos ainda na década de 1960, com a formação de órgãos básicos que culminaram, posteriormente, na criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Contudo, o sistema de seguridade pública e de remunerações suplementares (a exemplo do vale-refeição) beneficiavam apenas os trabalhadores que faziam parte do mercado de trabalho formal (KLEIN; LUNA, 2014), o que levava à exclusão da grande massa da população, uma vez que os segurados da Previdência Social em 1960 totalizavam pouco mais de 7% da população. (MERCADANTE, 2002)

Arelados à questão previdenciária, encontram-se os assuntos de saúde. Ainda nessa conjuntura, de acordo com Klein e Luna (2014), o país passou a contar com um Ministério da Saúde em 1953, sendo parte do orçamento da União, ainda que pequeno se comparado as necessidades nacionais, direcionado para esse setor entre os anos de 1950 e 1960. Vinculado a isso, a Previdência Social passou por mudanças a partir do final da década de 1960, através da

incorporação dos acidentes de trabalho às ações previdenciárias em 1967, da criação do Programa de Assistência ao trabalhador Rural em 1971, da expansão da cobertura previdenciária às empregadas domésticas em 1972 e aos trabalhadores autônomos em 1973 (PAIVA; TEIXEIRA, 2014), e a criação do Plano de Pronta Ação (PPA) em 1974, onde casos de emergência começaram a ser atendidos pelo sistema de serviços médicos deste órgão, fosse o paciente a ele vinculado ou não. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005) Nesse período, ainda que a administração estatal tenha expandido a cobertura da assistência médica previdenciária pública à grande massa desfavorecida, as políticas de saúde fomentaram o crescimento do setor privado, assim como a privatização de uma parcela dos serviços médicos estatais (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). Na prática, a saúde passou a ser ainda mais comercializada como um bem cujo acesso se limitava a elite brasileira e a pequenos grupos de assalariados formais.

Com relação a área de infraestrutura, cujos setores básicos envolvem telecomunicações, energia elétrica, transportes e saneamento básico, de acordo com Stoffel, Ramos e Barrinha (2017), entre os anos 1945 e 1979 o país contou com investimentos significativos no setor devido, sobretudo, a dificuldade de atração de investimentos externos e ao conseqüente aumento da participação estatal nessa área. Ainda de acordo com os autores, em 1950, durante a vigência do segundo governo Vargas, as políticas de intervenção estatal no campo da infraestrutura foram reformuladas, o que acarretou na criação de instituições de financiamento (BNDE) e no ajuste de convênio entre os recursos públicos e privados.

Embora Juscelino Kubitschek houvesse criado o Plano de Metas que consolidava um conjunto de investimentos na área durante a sua administração, na década seguinte, principalmente devido à instabilidade política do momento, o setor contou com poucas mudanças. Já na década de 1970, com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), as empresas estatais, com base na máxima da substituição de importações, exerceram papel primordial nas áreas de infraestrutura e insumos básicos. (STOFFEL ET. AL, 2017).

Conforme observado nesse breve resumo e apontado por Furtado (1974), ainda que o Brasil tivesse avançado no processo de industrialização, ele não foi capaz de deixar para trás as marcas do seu subdesenvolvimento, havendo no país alta disparidade produtiva entre as zonas urbanas e rurais; elevado número de pessoas vivendo no que o autor chama de “subsistência fisiológica”; e exacerbado nível de população desempregada nas áreas urbanas. Esse macrocenário podia ser observado de forma mais intensa na capital paulista e bairros periféricos sofriam com o abandono e o esquecimento. Sem creches, sem transporte público

de qualidade e saneamento básico eficiente, a população se sentia excluída. Foi nesse contexto que se deram as primeiras reuniões das mães da Zona Sul de São Paulo. O que começou como encontros para formação de donas de casa, com o tempo transformou-se em um *locus* político e de mudança social.

3.2. Os Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo

Nesta seção adentrarei na análise sobre os Clubes de Mães que, como argumenta Oliveira (2019), poucos são os registros que se tem destas entidades, sejam da zona sul ou da leste, na memória coletiva da cidade de São Paulo. Mais escassas ainda são as produções de conhecimento acerca de movimentos populares urbanos que tenham como cerne discussões sobre os Clubes ou as mulheres que deles participaram e/ou participam.

(...) os Clubes de Mães foram grupos de mulheres da periferia que durante 15 anos aproximadamente (1973-1988) construíram ações e estratégias políticas que marcaram a urbanização da cidade de São Paulo e representam um dos maiores movimentos populares urbanos protagonizados por mulheres das camadas populares. Na periferia da zona sul, os Clubes de Mães exerceram papel fundamental para a construção de escolas, creches, linhas de ônibus, saneamento básico, urbanização de favelas, equipamentos públicos de saúde, oposição às políticas econômicas dos governos militares e, também, na organização de mulheres para participação política. (OLIVEIRA, 2019, p.86)

A importância desses Clubes, como demonstrarei mais a frente, é inestimável. Um dos maiores movimentos populares no pós-64, o Movimento do Custo de Vida, tem como origem os debates e discussões feitas nos encontros dessas mulheres. De acordo com Teles (1993, p.78) “este movimento ficou conhecido nacionalmente por ter sido o primeiro movimento popular e de massas após o AI-5.”

A influência que a atuação dos Clubes de Mães teve sobre diferentes movimentos foi e ainda é altíssima. Contudo, conforme Correia (2015) a documentação da história dos Clubes de Mães ainda é escassa. Ainda que existam atas, panfletos, jornais e revistas, todos produzidos pelas próprias mulheres participantes dos grupos, essas ricas fontes não são de fácil acesso.⁴² Entretanto, objetivando ressaltar a existência e presença dessas mulheres no

42 Todos os documentos aqui referidos encontram-se disponíveis no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e podem ser acessados por todas/os aquelas/es que

cenário político nacional – e mesmo internacional – continuo o texto com observações acerca do nascimento dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.⁴³

3.2.1. O surgimento

Como já expus anteriormente, o Brasil pós-golpe de 1964 os planos político e social brasileiros eram de grande instabilidade. Com o aumento da chamada “linha dura” nas administrações de Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-74) e a conseqüente intensificação da repressão, veio também o crescimento da insatisfação da população. As classes mais afetadas, como os estudantes, os artistas e os trabalhadores mais pobres, passaram a resistir de diferentes formas e, para não serem pegos, tiveram que pensar novas formas de se reunirem e planejarem estratégias de oposição.

Paralelo a esse movimento revolucionário, estavam em curso no país, também, os processos de modernização e urbanização que vinham acompanhados, nas grandes metrópoles, pela favelização. É fato que desde os anos 40 o movimento de “fuga” dos centros devido aos altos aluguéis para as regiões periféricas da cidade já existia. Contudo, como apontado por Sader (1988), o processo se intensificou ainda mais a partir de 1950, em grande medida devido ao deslocamento das indústrias dos antigos bairros fabris da capital paulista. Entretanto, com a alta rotação dos empregos, tornou-se cada vez mais difícil residir próximo ao trabalho. Os trabalhadores foram forçados, então, a procurarem novas moradias baratas e de forma bem rápida. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011)

A Zona Sul paulista, um atrativo polo industrial, passou a ser palco não somente de possíveis trabalhos, mas também de terreno para construção de casas populares. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011). “Até a década de 1970, muitos bairros da região periférica de São Paulo, como a Vila Remo, tinham características mais rurais do que urbanas, apesar de fazerem parte da capital paulista” (DINIZ, 2018, p.72-73). Para Azevedo e Barletta (2011), ainda, entre as décadas de 60 e 80, a crise do modelo político-econômico que teve por base a

solicitam. Contudo, só é possível ter acesso a esses documentos presencialmente, uma vez que eles não estão digitalizados.

43 É preciso apontar, antes de mais nada, que os Clubes de Mães formados no final da década de 60 não eram uma novidade. De acordo com Oliveira (2019, p.91), “Os Clubes de Mães existiram em diversos lugares do Brasil durante a década de 1950 e são anteriores à mobilização da Igreja Católica através das CEBs”. Entretanto, tanto o desenvolvimento quanto a experiência dos grupos aqui estudados ocorreram de forma singular e, como demonstrarei mais a frente, como base para outras ações sociais.

industrialização tardia já estava evidente na Região Sul paulistana. Problemas sociais devido à falta de infraestrutura nos mais diversos setores marcavam esse – e outros – espaços suburbanos. “Durante mais de duas décadas, a população, que construíra o poder industrial das empresas instaladas no eixo da Marginal Pinheiros viveu as piores condições de moradia, saúde, educação e transporte.” (AZEVEDO; BARLETTA, 2011, p.134-135)

Um dos bairros que sofria com a escassez de recursos foi a Vila Remo. Nas palavras da missionária Cecília Hansen, em uma mesa redonda realizada no Departamento de Geografia da USP no Auditório Milton Santos em 02 de maio de 2018

Naquela época Vila Remo era, assim, na extrema da cidade de São Paulo. E tudo faltava. Não tinha transporte, não tinha escola, não tinha creche. Faltava tudo. Não tinha água encanada. Não tínhamos ainda poço. Nós que puxávamos a água do poço. E então era periferia mesmo. E tinha também naquela época um grande fluxo de migração. Veio muita gente para São Paulonas periferias, entravam nas periferias para procurar melhores condições de vida. E a área de Vila Remo era, a maioria vinha do Nordeste e do interior de Minas.⁴⁴

É importante observar que os dois movimentos se acumulam e, se por um lado há a expansão do número de pessoas nas zonas periféricas, por outro a centralização da repressão segue firme seu curso. A impossibilidade de plena participação política somada ao abandono estatal dos “favelados”, isto é, daqueles que moravam nas periferias da capital paulista, fez com que novas formas de ocupação tanto de tempo quanto de espaços fossem criadas.

O culto religioso católico e a comunidade de base, com todas as suas atividades – os círculos de animadores, os clubes de mães, os grupos de jovens, a catequese das crianças, as mobilizações conjuntas com o restante da população do bairro –, passaram a funcionar como alternativa de socialização para uma parte expressiva dessa população abandonada pelos poderes públicos na periferia. Por isso, esses grupos multiplicaram-se não só na região sul, em toda a década de 1970. As crianças seguiam junto com suas mães e havia sempre um esquema para sua guarda. (AZEVEDO; BENEDICTO; DIAS, 2004, p.190)

De acordo com Diniz (2018, p.62) “Uma das saídas foi a participação nas pastorais sociais da igreja, sendo a pastoral operária o principal instrumento de articulação dos trabalhadores a partir da base, mas é preciso salientar que religiosos e leigos da Igreja Católica não ficavam imunes à repressão do regime militar.”. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pontos-chave para a compreensão da formação dos Clubes. Para Betto (1985,

44 Depoimento no evento de memória: "Mães da periferia: resistência das mulheres durante a ditadura", em 02 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qjTofcmZJ3Q>>. Acesso em: 08 set. 2021

p.16), as CEBs “são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativas de leigos, padres ou bispos.” Ainda para o autor

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em tomo de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. (BETTO, 1985, p.16)

No caso da região sul de São Paulo, o aumento da presença das CEBs se deu em consequência do aumento da repressão do regime. Um dos poucos espaços que ainda restava para a articulação de diálogos entre a comunidade era a Igreja Católica. Conforme Azevedo e Barletta (2011), objetivando seguir os preceitos do Concílio Vaticano II, que recomendava a presença ativa de leigos na Igreja, o Monsenhor Ângelo Gianola, que assumiu a posição de vigário episcopal da Zona Sul de São Paulo em 1967, em parceria com padres e freiras brasileiros e estrangeiros, ampliou o alcance das reuniões católicas e passou a contar com cada vez mais pessoas em suas atividades

Os leigos, e nessa categoria se incluíam as mulheres dos clubes de mães, passaram a ter uma ativa participação. Havia grupos de casais e de jovens, cursos de preparo para os sacramentos (batismo, casamento, crisma, comunhão) e atividades de solidariedade com as famílias mais pobres. O domingo era o dia possível de sentar e refletir sobre as atividades, geralmente depois da missa, e essas reuniões se desdobravam em outras, para realizar as tarefas propostas. Os clubes de mães constituíram, ao lado dos grupos de animadores de comunidade e dos religiosos comprometidos com a renovação da Igreja, a base das CEBs. (AZEVEDO; BARLETTA, 2011, p. 135)

Para Viezzer (1989, p.65), “No Brasil, os Clubes de Mães ligados às CEBs são mais e mais identificados como grupos onde as mulheres atuam de maneira impactante nos movimentos sociais urbanos.”. Em depoimento de Ana Dias⁴⁵, disponível na obra de Viezzer (1989), a ativista afirma que a Igreja estava preocupada com as mulheres pois eram elas que majoritariamente frequentavam os espaços religiosos. Para a missionária Cecilia Hansen, que

45 Ana Maria do Carmo Silva, conhecida também como Ana Maria ou Ana Dias foi uma ativista do Clube de Mães e do Movimento do Custo de Vida. Foi casada com o operário Santo Dias, assassinado em 1979 pela polícia quando comandava um piquete de greve. Neste texto me refiro a ela como Ana Maria ou Ana Dias devido as variações presentes nas referências que utilizo.

participou ativamente da criação CEB da Vila Remo, a igreja, que até então possuía uma estrutura piramidal, passou a agir de forma mais circular e a integrar toda a comunidade objetivando demonstrar que todas e todos – freiras, padres, religiosas e mesmo leigas e leigos – possuíam um papel a desempenhar. (REPEP, 2018)

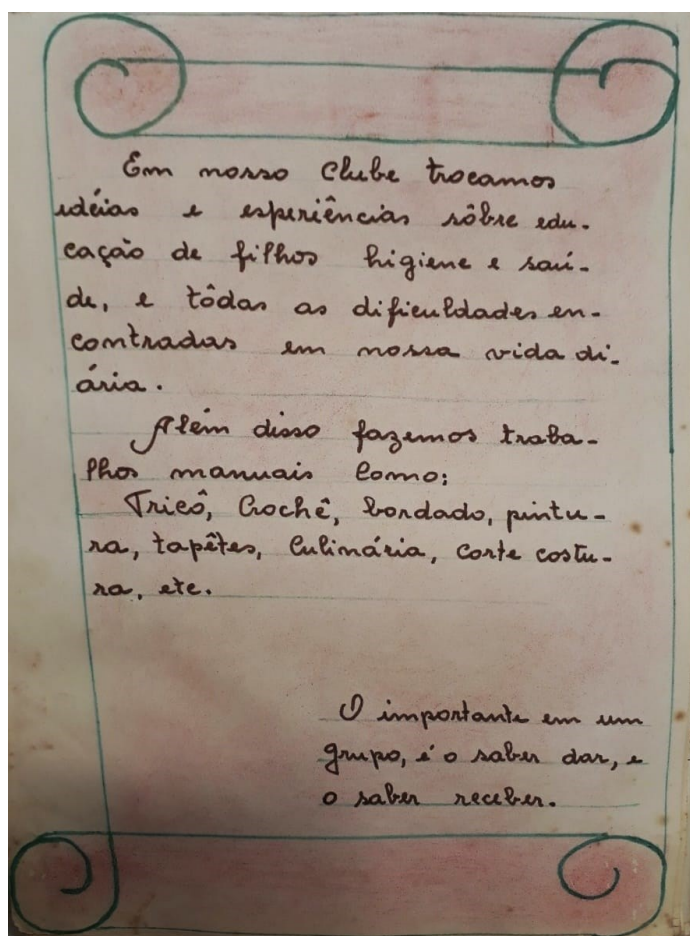
Ainda que Viezzer (1989) tenha feito a sua pesquisa com base nos Clubes de Mães da Zona Leste de São Paulo, parte de suas afirmações são válidas para os grupos de mães de outros bairros da capital, tendo em vista que boa parte deles tiveram a mesma base formativa: as CEBs ou mesmo as associações filantrópicas. Outro fator-chave para a formação desses grupos foram as associações beneficentes. Segundo a autora, a partir da década de 60 os clubes e centros de mães se popularizaram tanto nas zonas urbanas quanto rurais. “Muitos desses clubes e centros foram criados dentro do esquema de ajuda Norte-Sul, através de grandes programas de assistência ou de desenvolvimento, cuja população-alvo eram ‘grupos de baixa renda’.”. (VIEZZER, 1989, p.60)

O principal objetivo dessas instituições filantrópicas, tanto governamentais quanto privadas, era o de fomentar a organização de grupos de mulheres com o intuito de expandirem as atividades domésticas por elas praticadas para além do espaço de suas casas, o que serviria para corroborar com os papéis tradicionais de dona de casa, esposa e mãe, não havendo benefício formativo ou qualquer capacitação para a atuação dessas mulheres nas atividades comunitárias, bem como qualquer participação delas nas discussões das decisões políticas concernentes aos seus corpos e/ou vivências. (VIEZZER, 1989)

Como é possível observar na Figura 3, o início dos Clubes teve um caráter fortemente assistencialista: embora parte das discussões fomentadas pelo setor da Igreja favorável a teologia da libertação tenha sido, de fato, muito produtiva⁴⁶, a presença das esposas dos empresários do Lyons Club representava a subjugação das mulheres mães da periferia. Segundo Azevedo, Benedicto e Dias (2004), essas mulheres de classe social mais elevada ensinavam as mulheres dos clubes a tricotar, a fazerem crochê e trabalhos manuais em geral. Todavia, “chegavam ao local com lanche e pajens para as crianças, mas levavam a produção realizada pelas mães e não informavam para onde e nem o que faziam com ela.” (AZEVEDO; BENEDICTO; DIAS, 2004, p.142)

46 Em depoimento presente na obra de Azevedo, Benedicto e Dias (2004), Ana Maria lembrou um encontro ocorrido em 15 de novembro de 1971: a comunidade se encontrava na igreja e o tema da reunião era “o valor da pessoa humana”. De acordo com a entrevistada, esse foi um momento de reflexão sobre a vida e o valor que ela possuía.

Figura 3 – O que as mulheres fazem nos clubes (sem data)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

Eu me lembro que logo no comecinho, quando a gente começou o Clube de Mães, é, apareceram, assim, umas damas. Elas eram umas senhoras do Lions Clube, (...) Então, e elas vieram pra ajudar a gente. Só que quando elas chegaram no grupo, elas ficaram assim como dona, sabe? J: Uhum. O: Elas traziam tudo. Elas traziam material pra trabalhar de lãzinha, agulha. É, tudo. Panos pra bordar, linhas, trazia babás para cuidar das nossas crianças. E elas entraram, assim, fazendo tudo isso. E aí passou com a gente, acho que um ano e pouco, essas mulheres ali. Mas a gente fazia esses trabalhos lindo. E a gente nunca via pra onde ia aquelas coisas. A gente não sabia se elas vendiam, o que que elas faziam..J: Entendi. O: E quando foi uma festa de natal, é, nós fomos, o Padre Egídio na festa, o Padre Egídio que tava na paróquia de Vila Remo. J: Uhum. O: Que eu participava. E o Padre Egídio chegou lá e viu que elas tiravam as nossas fotos, mas elas não ti, elas não ficavam entre nós. Elas num, num se misturavam, assim, pra tirar foto e tudo mais. E o Padre Egídio foi se interando da coisa, foi vendo aquilo. E aí quando foi um dia ele chamou a gente numa reunião e falou "Olha, eu queria que vocês, mulheres da periferia, assumissem esses grupos. Pra não vir ninguém de fora trabalhar pra vocês, trazer coisa pra vocês. Vocês, vocês sempre se viraram bem aqui. Um dia uma trazia um lanche, outro dia outra trazia uma cafezinho. E vocês faziam isso tão bem. E agora tem essas

mulheres que tão, assim, aproveitando do trabalho de vocês. Não estou gostando. E como eu sou o pároco aqui da paróquia, eu queria ver com vocês de vocês ficarem levando o trabalho.” Ai quando foi no, na semana próxima, o Padre Egídio chegou lá e conversou com elas. E falou que dali pra frente não queria mais que elas viessem. Que nós tínhamos muita capacidade de coordenar e de levar um grupo pra frente. J: Sim. O: Olha, foi um baque forte pra elas. Elas choraram, falaram que elas eram cristãs. Que tomavam comunhão toda semana, e que porque que o padre tava fazendo aquilo e tal. E teve mulheres nossas, também, aquelas mais que eram da igreja também, ficaram contra o Padre Egídio. Que ele não devia ter feito isso, e assim foi. Ai elas não vieram mais e nós assumimos os trabalhos.⁴⁷

Não obstante, a Igreja também oprimia as mulheres de certa forma. Diana, em depoimento a Moema Viezzer (1989), afirmou que embora a Igreja estivesse “soltando um pouco as rédeas”, ela, assim como o Lions, era uma instituição paternalista. Gradualmente, portanto, os clubes foram rompendo os laços com o Lions Club de forma definitiva e com a Igreja de forma muito parcial. Embora existissem grupos independentes, eles eram pouquíssimos e a maioria dos clubes comungava das reflexões católicas. Assim foi nascendo o reflexivismo e a crítica nesses espaços. Como mostrarei a seguir, os Clubes de Mãe logo foram se desenvolvendo e expandindo as lutas. Como dona Odete relembra, “Então nós tivemos várias lutas. É, sobre saúde. Sobre transporte. Conseguimos muita coisa pros nossos bairros. Até que, num momento, teve um momento que a gente começou a perceber a alta do custo, né.”⁴⁸

3.2.2. As mulheres, as lutas

A luta das mães dos Clubes da Zona Sul de São Paulo teve início de forma quase que orgânica. Conforme as mulheres das periferias foram se separando daquelas senhoras ricas que atuavam nos clubes de forma paternalista, as trocas de experiência e os debates acerca de suas duras realidades foram se intensificando. As discussões, que inicialmente ocorriam de forma oral (embora fossem, em partes, guiadas), passaram a ser ainda mais organizadas: papéis eram preenchidos e roteiros eram programados.

47 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

48 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

Segundo Odete Marques⁴⁹, em entrevista concedida a mim,

E nesse Clube de Mães, é, que eram na Igreja. A gente fazia na Igreja, né. A gente, as mulheres vinham pro grupo e a gente começava, assim, com o trabalho artesanal. Trabalhávamos com bordado, com crochê, com trico, com pintura, com corte e costura. E as mulheres gostavam muito. E a gente foi percebendo que a gente tinha que ensinar, aí, essa coisa prática. Mas que a gente devia, também, que ter alguma coisa teórica de discussão de problemas. Então começamos a discutir sobre educação de filhos, sobre saúde. Naquela época a gente tinha uma vida muito sofrida. Porque a gente não tinha água encanada, não tinha esgoto, não tinha transporte. E, é, tudo dependeu da gente discutir sobre essas coisas. Então a gente discutia e começou, daí, essa preocupação das mulheres e o que fazer, né? Então nós tivemos várias lutas. É, sobre saúde. Sobre transporte.

No que diz respeito a estrutura organizacional (ANEXO 2), havia uma coordenação central que contava com representantes de cada um dos grupos de mães. Essas representantes, por sua vez, eram escolhidas pelas próprias membras dos clubes e se encontravam uma vez por mês para conversarem sobre a dinâmica e a vida de seus grupos. Após esse diálogo, essas mulheres retornavam para os clubes levando os relatos do que havia sido discutido e somente após o diálogo com todas as participantes é que as decisões eram tomadas. (REPEP, 2018) Para Ana Dias⁵⁰, um dos pontos mais importantes não era somente sentar e ouvir: era também falar.

Um exemplo citado por Azevedo, Benedicto e Dias (2004) foi o do clube do Jardim Santa Margarida, clube no qual Ana Maria (Ana Dias) participava. O grupo contava com mais de cinquenta participantes toda semana e suas atividades englobavam a feitura de trabalhos manuais em conjunto com discussões acerca da educação e saúde das crianças, bem como o planejamento familiar e as condições em que se encontrava o bairro.

Era um verdadeiro sistema de autoajuda coletivo e bem organizado: o dinheiro para compra de materiais era cotizado entre elas, havia divisão de tarefas com a designação daquela que tomava conta do caixa, da que organizava as reuniões e os temas a discutir, da responsável pelas visitas domiciliares e por outras tarefas que surgiam. (AZEVEDO; BENEDICTO; DIAS, 2004, p.142-143)

De acordo com Amélia Teles⁵¹, as mulheres dos Clubes se organizavam de modo colaborativo: havia feijoadas e almoços que várias pessoas ajudavam a fazer. Tais eventos

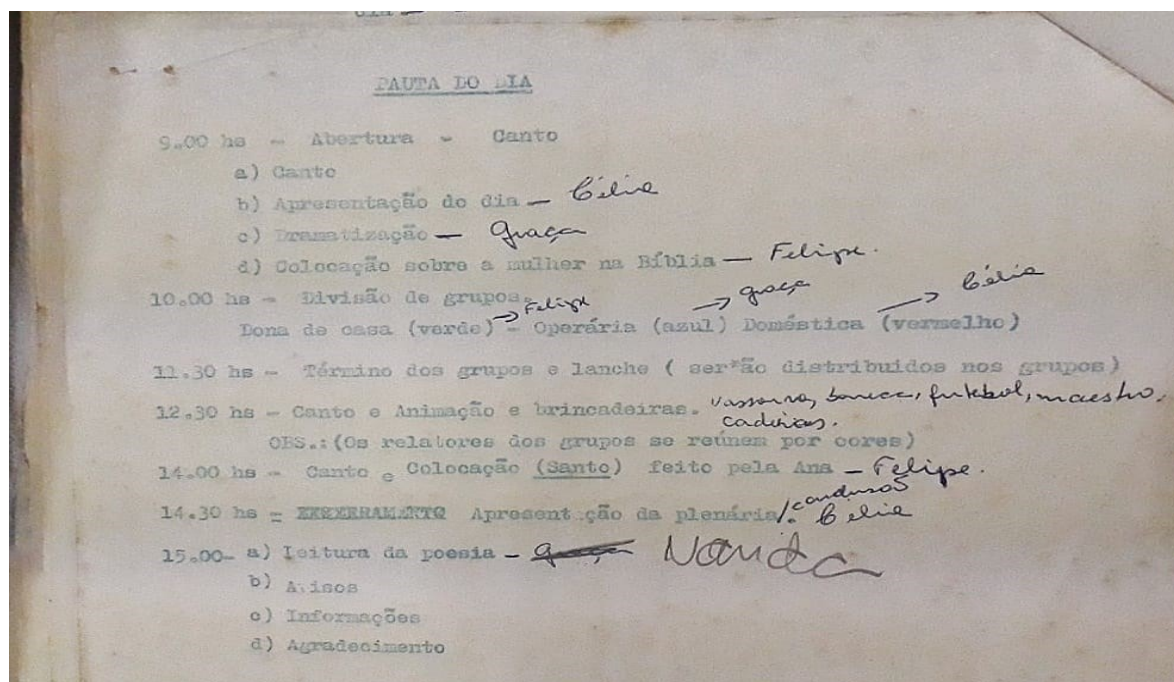
49 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

50 Depoimento no evento de memória: "Mães da periferia: resistência das mulheres durante a ditadura", em 02 de maio de 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RRZtEeFIT0M&t=274s>>.

51 Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

eram promovidos com o objetivo de arrecadação de recursos para a construção de creches e para a compra de outros suprimentos necessários, bem como a produção de panfletos e outros documentos pertinentes aos treinamentos e formações.

Figura 4 – Pauta do dia (sem data)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

Como pode ser observado na figura 4, as principais lideranças⁵² se dividiam nas atividades e nas falas. As pautas, que por vezes eram levadas pelas próprias membras dos Clubes, surgiam ancoradas na própria realidade material dessas mulheres: problemas diários que variavam desde a falta de transporte adequado até a alta do custo de vida, a escassez de alimentos e a educação das crianças. Em um movimento que uniu a leitura bíblica, a metodologia de Paulo Freire⁵³ e a troca de conhecimentos e saberes cotidianos, os Clubes de

52 As lideranças variavam de acordo com o bairro. Entretanto, alguns nomes conhecidos dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo são: “Odete Marques, integrante do Clube de Mães da Vila Remo; Cecília Hansen, uma religiosa belga; Irmã Rosseto Passon; Maria de Souza Reis, uma das fundadoras, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT) na região sul de São Paulo; Maria Cecília Luna, conhecida como Dona Lurdes; Benedita Evangelista; Neide de Fátima Martins, enfermeira e militante do Clube de Mães; Ana Dias.” (MORON, 2021, p.123; DINIZ, 2018)

53 “De acordo com suas ideias, a alfabetização de adultos deveria estar diretamente relacionada ao cotidiano do trabalhador. Desta forma, o adulto deve conhecer sua realidade para poder inserir-se de forma crítica e atuante na vida social e política. (...) Sua principal obra, *Pedagogia do oprimido*, foi lançada em 1969. Nela, Paulo Freire detalha seu método de alfabetização de adultos.” (DINIZ, 2018, p.84)

Mães foram avançando em debates acerca das vivências das mulheres mães da periferia paulistana.

Conforme Diniz (2017, 2018), esses Clubes proporcionaram a essas mulheres uma formação social questionadora acerca da sociedade e suas estruturas e instituições. “A possibilidade de ler e interpretar um texto sagrado como a bíblia com outras mulheres de origem simples e pouca escolaridade produziu em várias militantes um sentimento de liberdade e autonomia em relação à sua vida e à forma de ver a religiosidade.” (DINIZ, 2018, p.85)

De acordo com os documentos das reuniões do ano de 1975 (ANEXOS 3 a 6), as mães dos clubes discutiam sobretudo acerca da alimentação necessária e saudável; da falta de acesso a esse tipo de alimentação; possíveis saídas para essa situação, “aumentar o salário e baixar o custo de vida. Devemos nos esforçar para sermos ouvidas pelas autoridades competentes sobre nossas dificuldades.”⁵⁴; questões de higiene e saúde; a existência de bairros pobres e ricos; a Igreja e a promoção da humanidade; paternalismo no clube; voluntariado (e o papel das mulheres ali presentes); dentre outros assuntos.

Um desses outros assuntos debatidos ainda em 1975 foi a I Conferência Mundial da Mulher que teve como tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” (ONU MULHERES, 2021). As discussões sobre os Direitos Humanos das Mulheres, como já apontei no primeiro capítulo desta pesquisa, estavam em voga também na ONU. Sobre esse tópico é pertinente notar que um manifesto foi redigido com a síntese não somente do que foi discutido no congresso legal, mas também no que foi falado em uma outra reunião de mulheres que aconteceu de forma concomitante a legal e que envolveu mulheres que, por falta de credenciamento e/ou recursos, não conseguiram ou mesmo não puderam participar da assembleia oficial. Nesse manifesto também diferentes narrativas se misturaram: uma crítica a opressão feminina, ao racismo e, principalmente, a diferença de classes. Há espaço, inclusive, para uma colocação acerca da maternidade como é possível visualizar na Figura 5.

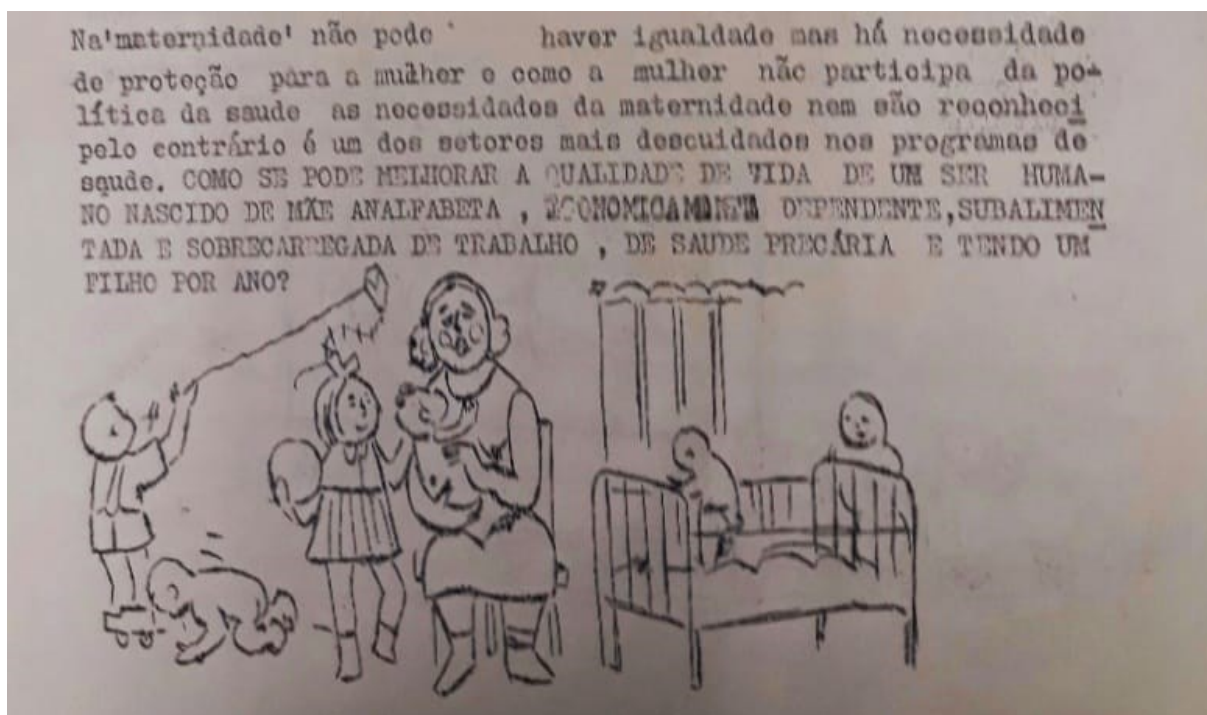
Embora não seja possível traçar a autoria de tal documento, é possível concluir que ele foi usado em discussões feitas nos Clubes. Ainda que dona Odete Marques⁵⁵tenha afirmado não se recordar especificamente das ações envolvendo o Ano Internacional da Mulher, ela

54 Frase sem autoria, disposta no documento “Nos Clubes – 1) Alimentação – Pergunta 3: O que você sugere como saída da situação?” do fundo do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo disponível no Cedem UNESP acessado por mim em 2020.

55 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

também me informou que nas assembleias e movimentos elas trabalharam muito em cima da temática.

Figura 5 - O Ano Internacional da Mulher (sem data)



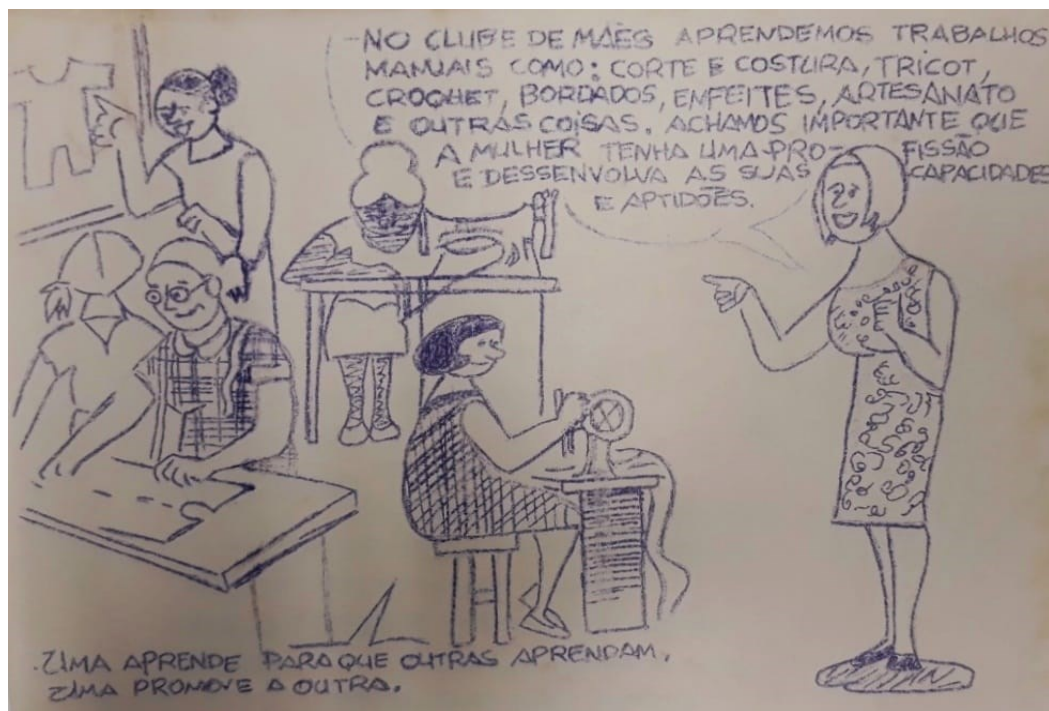
Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães, acesso em 2020

Neste documento, que possui ainda outras sete páginas, fica explícita a presença de um discurso que incentiva o movimento feminino contra as amarras sociais. No pequeno excerto acima, é fácil observar que a percepção da mulher mãe como um ser apolítico – inclusive excluída de políticas de saúde que seriam essenciais a ela e as suas filhas – é o que rege os diversos aparatos sociais. Críticas contundentes à sociedade patriarcal e ao modelo de divisão laboral entre homens e mulheres, entre elite e proletariado, figuram também como temas debatidos nesse manifesto.

Um artifício utilizado para explicitar ainda mais a importância de se repensar a atuação das mulheres mães é a ilustração, como ficará evidente a seguir. Diferentes desenhos foram feitos não somente nesse manifesto sobre o Ano Internacional da Mulher, mas também em outros documentos. Os desenhos, assim como os textos trabalhados nos encontros eram, em sua maioria, de autoria das próprias mulheres que frequentavam os Clubes. Em alguns casos, entretanto, elas também liam e debatiam artigos de jornais, em especial o *Jornal Brasil Mulher*. Como pode ser notado nas Figuras 6 e 7 abaixo, as ilustrações serviam para convidar

as mulheres a participarem dos Clubes. Elas também tinham o propósito de demonstrar exatamente o que se debatia nos encontros.

Figura 6 - O que as mulheres fazem nos Clubes de Mães (1979)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

Figura 7 - Discussões dos Clubes de Mães (1979)



Fonte:
Cede
m,
Fund
o

Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

A partir dos levantamentos mostrados acima, as mulheres começaram a perceber a necessidade de se movimentarem para além dos questionamentos ali feitos. Como dona Odete⁵⁶ me relatou na entrevista, em um determinado momento as mulheres começaram a perceber a alta no custo de vida e, a partir disso, decidiram que era hora de agir.

Dessa forma, o que ficou conhecido como o Movimento do Custo de Vida – posteriormente Movimento Contra a Carestia – foi sendo gestado. Como discutirei a seguir, esse e outro movimento – o da Luta por Creches – tiveram início dentro dos Clubes de Mães e se derramaram para fora deles, invadindo diferentes bairros e mesmo estados brasileiros.

3.3. O Movimento do Custo de Vida (MCV)

Início esta seção retomando a primeira parte deste capítulo. Para compreender o MCV e a atuação dos Clubes neste âmbito é preciso, antes de mais nada, vislumbrar os contextos econômico, político e social da época. Embora seja possível observar os inícios das discussões e mesmo das pesquisas já em 1972, convencionou-se, com base nas ações mais efetivas, que o MCV passou a ter mais força de atuação a partir de 1973 (AZEVEDO; BARLETTA, 2011; MONTEIRO, 2015; DINIZ, 2017, 2018). Nesta época, como observa Diniz (2018, p.142), “O Brasil era um país de economia forte, mas com um povo miserável.”

Na questão econômica um suposto “milagre” estava em curso há cerca de sete anos. No entanto, as benesses de tal acontecimento foram colhidas somente por uma pequena parte da população – a entender as elites e os governantes (KLEIN; LUNA, 2014). Se por um lado havia um grupo seletivo usufruindo destes benefícios, por outro a população percia e a desigualdade social bem como a concentração de riqueza aumentava exponencialmente (REIS, 2014). Com o choque internacional do petróleo em 1973 a situação agravou-se ainda mais e tornou-se insustentável.

Retornando para o meu foco, como bem me apontou dona Odete⁵⁷, embora as mães dos Clubes tivessem conseguido muitos avanços para os seus bairros, a alta do custo de vida começou a pesar em suas rotinas. Em entrevista ela conta que em uma das reuniões das

56 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

57 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

coordenações dos grupos, uma senhora chamada Dona Maria, acompanhada de sua amiga, começaram a conversar enquanto lavavam roupa em um determinado dia. Preocupadas com a falta de dinheiro e a escassez de alimentos as duas decidiram levar essas problemáticas para a coordenação dos Clubes de Mães.

Como era praxe nos debates dos Clubes, as lideranças receberam as demandas de Dona Maria e sua amiga e começaram a pensar em maneiras de lidar com essa alta no custo de vida. É pertinente ressaltar aqui que as discussões não eram pensadas para serem feitas a partir de uma hierarquia: as coordenadoras dos Clubes, após ouvirem as solicitações das membras, refletiam sobre as problemáticas e possíveis resoluções e, posteriormente, retornavam aos encontros dos Clubes com uma agenda de diálogo mais elaborada. Como apontado por Monteiro (2015), podemos entender esse sistema como sendo um “trazer-levar”. Ainda para o autor, “Com a formação da coordenação, criou-se uma importante rede de comunicação e sociabilidade entre os Clubes de Mães que permitiu a tomada de ações conjuntas.” (MONTEIRO, 2015, p.50)

Então, a gente pensou em fazer uma pesquisa. Uma pesquisa de casa em casa, é, pra perguntar pras famílias quanto que o marido ganhava. Quanto que gastava por mês, como que tava a vida e tal. E aí nós fizemos essa pesquisa. Você acredita, num bairro de casa em casa. Nós saíamos, assim, os grupinhos nas casas. Fazendo perguntas, anotando. E fizemos essa pesquisa porque foi um barato. Foi muito bom. Todo mundo participou e essa pesquisa nós enviamos mesmo. Pra lá. Pois é, mas era um trabalho que a gente tava fazendo, assim, com muita garra, com muito amor. E aí nós enviamos essa carta. É, discutimos no grupo. Todos os grupos assumiram, acharam que era importante. E nós começamos a fazer essa pesquisa. Até conseguimos muitas assinaturas. Fizemos um abaixo-assinado e enviamos pra, pro presidente. Então, foi um, foi uma coisa assim que estourou. Todos os jornais noticiaram, na rádio falava. E a gente tava mesmo, assim, querendo fazer alguma coisa. E depois disso muitas coisas foram, foram acontecendo. E a gente nunca mais parou, né.⁵⁸

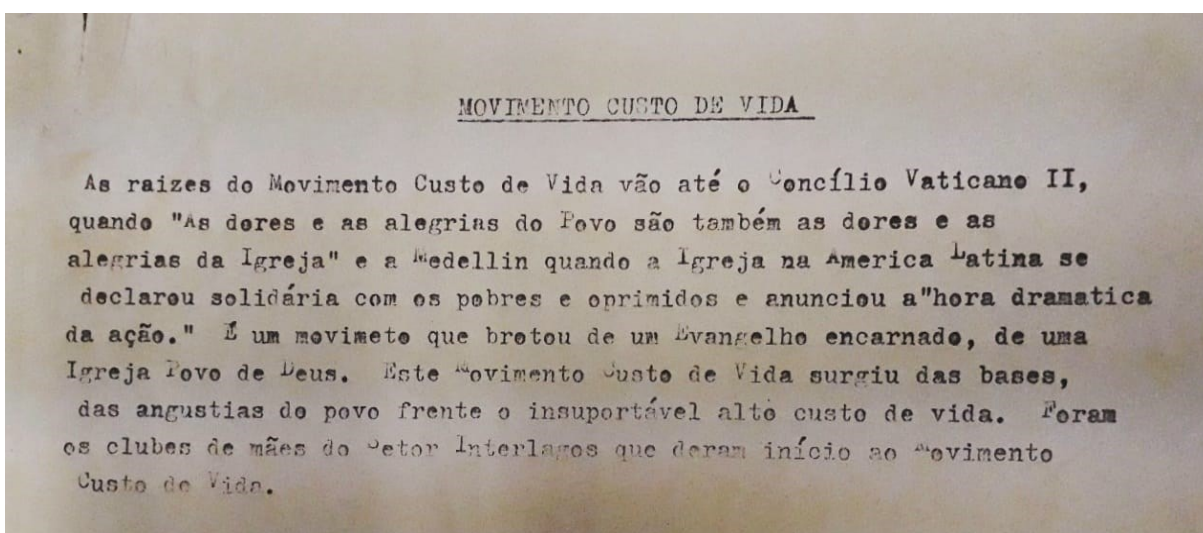
E foi por meio dessas movimentações nas casas, nas ruas e nos bairros da zona sul paulistana que o Movimento do Custo de Vida nasceu. Apoiando-me no trabalho de Diniz (2018) não partirei uma perspectiva essencialmente econômica: como venho argumentando ao longo desta pesquisa, a atuação das mulheres dos Clubes de Mães possuía um forte caráter político e social. Afirmar que o surgimento do MCV se deu somente devido a alta dos preços

58 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

seria apagar as experiências que estas mulheres e membras e membros de outros grupos tiveram.

Outro ponto importante de ressaltar é o da indissociabilidade entre a expansão do MCV e a atuação das mães dos Clubes no cerne do movimento. Monteiro (2015) evidencia tal fato em sua pesquisa ao apresentar um pequeno trecho de uma entrevista dada em 2004 pela ex-deputada Irma Passoni a Moara Passoni, na qual a política afirma que quem coordenava as atividades dos Clubes de Mães e do MCV eram, por vezes, as mesmas pessoas.

Figura 8 – Movimento do Custo de Vida (sem data)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

O documento acima, que foi localizado na caixa 3, pasta 10 do Fundo Clube de Mães da Zona Sul do Cedem-Unesp, dispõe, ainda, que as mães dos clubes escreveram uma carta no ano de 1973. Nesta carta, que foi entregue as autoridades, elas contavam sobre a luta que era sobreviver.

A vida fica cada vez mais difícil. Um salário, não dá mais para viver. Nós, as mães, donas de casa vemos que precisamos dar uma ajuda. A saída de todas nós é de também arranjar emprego e passar o dia fora de casa... No início do Movimento do Custo de Vida, a reivindicação básica era creches. Como contam as mães "A nossa ideia é de ter um lugar onde a criança se alimenta de um jeito certo, tenha higiene, que seja orientada por gente que entende de criança e ajude elas crescerem de um jeito sadio, e que também nós, os pais, participemos dessa educação. Que a Creche ou Parque infantil onde a criança passe o dia, seja nosso e que a gente possa trabalhar com o mínimo de tranquilidade e os filhos cresçam no seu direito à vida sadia em todos os sentidos." (1). 1975 – No ano de 1975, as mães da periferia fizeram uma pesquisa de custo da carne, respondendo um questionário de quanto os

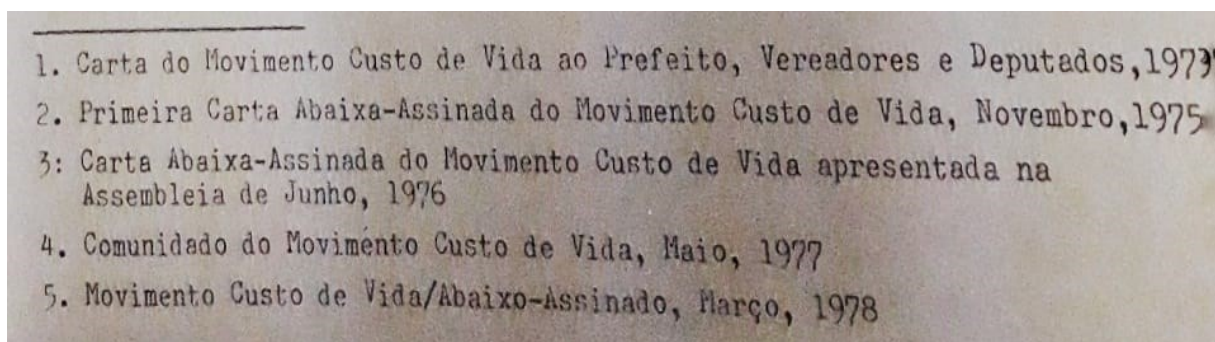
gêneros de primeira necessidade tinham aumentado do ano anterior. (Coordenação do Movimento do Custo de Vida, 1978, s.p.)⁵⁹

Como pode ser observado, o MCV contou, ao menos em seu período inicial, com demandas que englobaram não somente a alta dos preços, mas também que perpassam a realidade de muitos habitantes da periferia paulistana, em especial as mulheres mães. É importante que eu ressalte aqui que, embora eu argumente que as mães foram atrizes fundamentais no desenvolvimento do MCV – em especial em seu lançamento – não pretendo afirmar que elas foram as únicas.

Consoante Monteiro (2015), para além dos Clubes de Mães, atuaram no MCV o movimento de renovação da Igreja Progressista, vinculado a Teologia da Libertação; partidos e organizações clandestinas de esquerda, ligados principalmente ao PC do B; e movimentos relacionados a luta sindical, traduzidos especialmente pela Oposição Sindical. Diniz (2018) acrescenta também a essa gama de atores outros intelectuais e estudantes universitários.

De forma a resumir a linha do tempo do MCV, trago aqui o rodapé de um documento do movimento, datado de 1978:

Figura 9 – Movimento do Custo de Vida: Rodapé (1978)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

No período entre 1973 e 1978 é possível visualizarmos, então, que as atuações tanto do MCV quanto das mulheres dos Clubes de Mães foram intensas. Odete Marques⁶⁰ relata, no entanto, que apesar de a movimentação ter sido grande, a repressão também se fazia muito

⁵⁹ Optei por inserir o conteúdo do documento e não uma imagem dele pois o texto se encontra apagado e de difícil leitura.

⁶⁰ Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

presente nas experiências da época. Como lembrou a entrevistada, em determinado momento (que ela não especifica por não se recordar exatamente o ano), foi feita uma Assembleia que reuniu cinco mil pessoas no Colégio Santa Maria. Para além da população que lutava por direitos, também estavam presentes espiões do DOI-CODI⁶¹ que queriam investigar o que acontecia nas reuniões dos grupos.

É possível afirmar, através da leitura dos documentos do CEDEM e da tese de Carlos Diniz (2018) que a Assembleia mencionada por Odete aconteceu em 1976. Ainda por meio da análise das fontes textuais e das pesquisas anteriores sobre o tema, algumas informações importantes podem ser observadas, dentre elas: a politização do movimento aumentou consideravelmente (DINIZ, 2018), principalmente a partir do momento em que as pesquisas foram feitas com maior participação populacional e passaram a ser atreladas a proposições, não apenas a críticas; o alcance do MCV cresceu muito desde o período inicial até 1978, o que está expresso por meio de dois números que chamam a atenção: se em 1975 o abaixo-assinado organizado pelas mães contou com 19.426 assinaturas, em 1978 outro abaixo-assinado contou com 1,3 milhão de assinantes. (ANEXO 7)

O: [...] Eu lembro que no dia que nós fomos presas lá em Brasília

J: Uhum

O: Nós fomos pra Brasília e deu um, uma parada lá e eles prenderam nós lá.

J: Sim

O: E aí ela falava pra mim “Ai, Odete, pelo amor de Deus. Será que meu marido vai escutar no rádio?” Eu falei “Já escutou. O mundo inteiro já escutou que nós tamos aqui, presas aqui em Brasília. Mas você não preocupa, não. Nós vamos sair daqui, se a gente quer lutar a gente tem que enfrentar tudo.” Então além da gente ter que lutar, a gente tinha que lutar ajudando, esclarecendo, fazendo igual as causas, né⁶²

Maria Aparecida Andrade⁶³, também participante de um Clube de Mães, relembra de outro episódio: o ato da Panela Vazia. Segundo a entrevistada, essa ação em particular marcou muito e constituiu-se em uma atuação coletiva que uniu vários grupos, desde os Clubes de Mães até outras associações de bairros, na Praça da Sé. O principal objetivo dessa movimentação foi o de literalmente bater em panelas vazias para protestar contra a alta dos gêneros alimentícios. Ainda de acordo com Maria Aparecida, houve muita repressão. Mas,

61 Tanto o DOI quanto o CODI foram dois sistemas de troca de informações e monitoramento. O primeiro, cuja sigla significa Destacamento de Operações de Informações atuava em consonância com o segundo, o Centro de Operações de Defesa Interna. Ambos os órgãos serviam como duas das principais agências de repressão por parte dos governos ditatoriais brasileiros. (FICO, 2001)

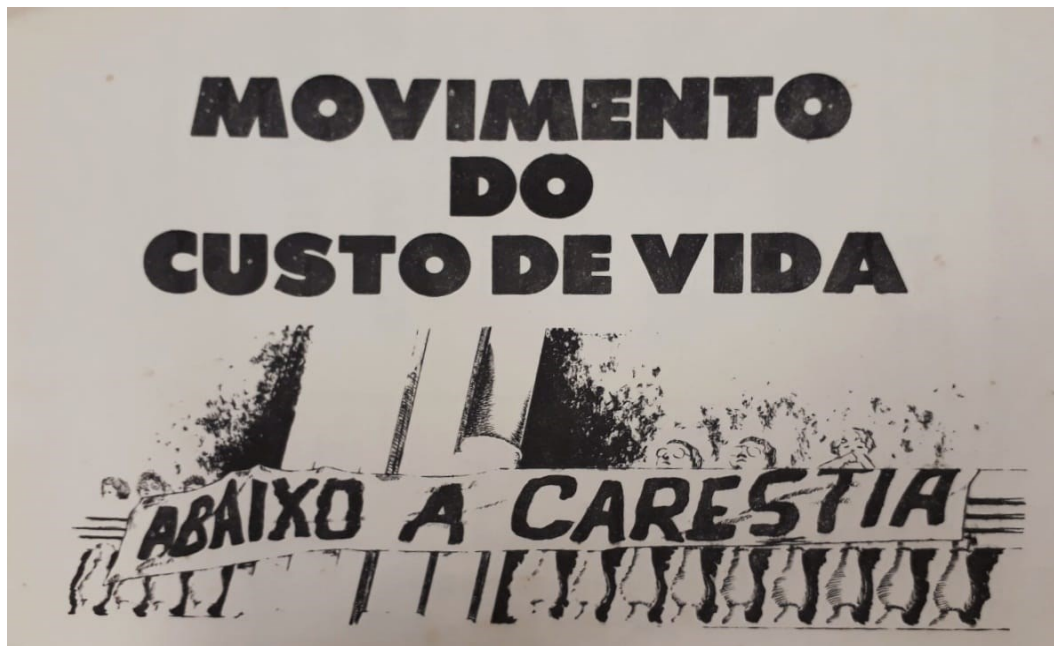
62 Entrevista concedida por MARQUES, Odete. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min)

63 Entrevista concedida por ANDRADE, Maria Aparecida de. Entrevista I [03.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (23 min)

enquanto a população conseguiu “bater panela”, ela o fez. “A alta no preço dos alimentos e de outros produtos da vida cotidiana, a ‘panela vazia’ (como elas fixaram na produção simbólica do movimento), não dizia respeito simplesmente às suas vidas individuais, mas à política econômica do regime militar.” (CASTRO, 2020, p.34)

Como também ocorreu com as demais ações das mulheres dos Clubes de Mães, no MCV, para além dos diálogos propagados nas portas das casas e dos convites feitos nos encontros da Igreja, havia um discurso muito simples e eficiente vinculado aos panfletos e encartes: chamar o povo à luta através de figuras e pequenas frases de efeito. Um destes panfletos, que pode ser visto abaixo (Figura 10) une a imagem das mulheres que foram até Brasília levar o abaixo-assinado e não foram recebidas e uma faixa que traduz uma das principais bandeiras do MCV.

Figura 10 – Panfleto – Movimento do Custo de Vida: Abaixo a Carestia (sem data)



Fonte:
Cede
m,
Fund
o

Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

Muitos pontos positivos vieram com a expansão do movimento, dentre eles uma maior participação popular e até mesmo a ampliação das ações a reverberação em outros estados. (ANEXO 8) Contudo, com essa maior difusão das pautas e participação de mais e mais grupos, um cenário que já contava com disputas internas – principalmente aquela ocorrida

entre a Igreja e a militância mais ativa – complexificou-se ainda mais. Paralelamente ao aparecimento das rachaduras internas, a repressão por parte do governo foi um processo que também se intensificou.

No âmbito das fissuras no MCV podemos mencionar pelo menos duas: as divergências internas e a repressão externa. No primeiro caso, com o aumento de grupos e atores atuantes no MCV, o sistema de “leva e traz” que acontecia no âmbito das coordenações locais nos primórdios do movimento torou-se logo obsoleto e inviável. Como Monteiro (2015) aponta, embora tenha sido criada uma coordenação central do MCV que teve como objetivo dinamizar as relações, ela também “fez emergir tensões que, embora já existissem desde o início do movimento no plano ideológico e nas visões sobre os rumos do MCV, ainda não haviam se materializado em conflitos e disputas claras por sua hegemonia.” (MONTEIRO, 2015, p.77)

Somado a essa problemática, temos o segundo desafio do movimento: a repressão. Embora eu já tenha mencionado anteriormente que espiões do DOI-CODI participavam como agentes infiltrados nas reuniões desde os primeiros anos do MCV, a vigilância tornou-se ainda mais ativa com o sucesso das convocatórias para ação. Outro ponto nesse sentido é o da perpetuação de um discurso, por parte do governo, que servia para deslegitimar as mobilizações sociais. Conforme Diniz (2018, p.151)

No início do MCV, os órgãos de repressão não se preocupavam muito com o movimento por pensarem ser coisa de “donas de casa ingênuas e desocupadas”. Mas, com o crescimento das mobilizações, a repressão tentou intimidar os trabalhadores, o que não impediu a organização de grandes caravanas que lotariam a Catedral da Sé em 27 de agosto de 1978.

Apesar do sucesso deste ato na Sé em 1978, o MCV começou a sofrer um forte esfacelamento, causado tanto por razões internas quanto externas como já mencionei. A centralização da direção do movimento nas mãos do PC do B e a conseqüente mudança de foco das reivindicações deixou o movimento cada vez menos acessível para aquelas e aqueles que o iniciaram. (DINIZ, 2018) É certo que o processo de fragmentação de um movimento deste tamanho não pode ser abordado a partir de um olhar reducionista, portanto trarei a seguir alguns pontos importantes.

Monteiro (2015) identifica que os fatores-chave no despedaçamento do MCV foram: a redução da participação da população geral (grupos de base) nas decisões; o “engavetamento”

dos materiais produzidos pelo movimento e que possuíam uma linguagem mais acessível; a mudança dos locais das reuniões (da Zona Sul para o Centro); a alteração nos horários dos encontros (eles passaram a ser a noite); e a predominância de pessoas que não atuavam diretamente nas periferias (ainda que elas não fossem passíveis de votarem devido ao critério de representatividade).

Estas mudanças, embora parecessem pequenas para uma observadora distante, na realidade causavam grandes impedimentos de participação das donas de casas e dos operários da Zona Sul, tendo em vista que além da problemática da distância elas envolviam também as questões do horário e da comunicação. Nos dois anos após o que é considerado o ápice do MCV, 1978, muitos grupos da Zona Sul deixaram de participar do movimento, ainda que gradualmente, e se uniram a outras lutas. Apesar de a Igreja ainda ter continuado apoiando o MCV, com a mudança do nome de “Movimento do Custo de Vida” para “Movimento Contra a Carestia” (MCC) em 1979 as participações locais ficaram ainda mais baixas. (DINIZ, 2018)

Com a supressão, em setembro de 1979, da participação efetiva das bases nas decisões do movimento – somada a inversão de suas prioridades (a “política tradicionalmente instituída” passou a ter mais espaço do que a “politização do cotidiano”) – o tripé sustentado [apesar dos conflitos] no intervalo 1973-1979, rompeu-se definitivamente e o MCC foi reduzido a mais uma frente [entre outras] do PC do B, organizado sob o modelo tradicional de uma mesa diretora, responsável por aprovar a defesa de diversas “bandeiras políticas”, sem ter bases capazes ou dispostas a mobilizarem-se por elas. (MONTEIRO, 2015, p.106)

Em suma, como constatei por meio da observação de diferentes fontes, o MCV contou com a participação ativa das mulheres dos Clubes de Mães, atuação esta que se deu de diferentes formas explicitadas ao longo desta seção. Entretanto, como já mencionei, o MCV não foi o único movimento do qual as mães da Zona Sul participaram: houve, também, a Luta por Creches, com a qual trabalharei a seguir.

3.4. O Movimento de Luta por Creches

Assim como o MCV, o Movimento de Luta por Creches em São Paulo foi um espaço de disputas. Como destaca Gohn (2004) a organização desta movimentação se deu a partir de 1979 e contou com a participação das mulheres das CEBS, do movimento feminista e do movimento pela anistia. De acordo com Rosemberg (1984, p.75), “Em 1970, o Município de

São Paulo, que tinha uma população de 750.000 crianças na faixa de 0 a 4 anos, possuía apenas 3 creches mantidas direta ou indiretamente pelo poder público.” Embora o impacto desta falta de creches fosse sentido mais fortemente por mulheres que se engajavam no mercado de trabalho formal e/ou informal, as donas de casa, que faziam trabalho doméstico não remunerado, também sofriam com as consequências desta ausência, tendo em vista principalmente o fato de que para muitas delas não era possível o embarque no trabalho “fora de casa” por não terem com quem deixar suas filhas e filhos.

Quanto ao surgimento do Movimento de Luta por Creches, é possível afirmar que ele foi gestado no seio de um dos mais famosos encontros brasileiros: o I Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em 1979. (TELES, 1993) Antes de comentar sobre como se deu esta organização, darei um passo atrás e exporei brevemente os antecedentes da problemática da creche no país. Como evidencia Rosemberg (1984), um dos pontapés iniciais para a inclusão de uma regulamentação mais rígida sobre o tema foi dado na década de 1920 por indústrias da capital paulista. Entretanto, as principais discussões sobre o tema de forma mais articulada se deu nos anos 1940, quando a creche passou a ser considerada um direito trabalhista de mulheres que eram trabalhadoras e mães de crianças pequenas “Tanto assim que aparece na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, como obrigação das empresas que empregam mais de 30 mulheres acima de 16 anos de manter um local apropriado para guardar os filhos de suas empregadas, no período da amamentação.” (TELES, 2015, p.22)

Ainda sobre esta legislação, ela era restrita às empresas privadas que empregassem mão de obra feminina em idade fértil e a oferta de creches somente era feita para mães com bebês até seis meses. (ROSEMBERG, 1984) Como aponta Teles (2015) o principal foco era na amamentação e o neném era visto como um objeto a ser posto no ou tirado do seio da mãe e guardado na creche, “(...) não tendo qualquer conotação de uma instituição voltada à educação da criança pequena.” (ROSEMBERG, 1984, p. 75) Este modelo, que perdurou desde a sua criação até o alcance de resultados pelo Movimento de Luta por Creches, foi um dos grandes problemas que motivou a atuação destas mulheres, como fica evidente na Figura 11 mais adiante.

Foi, portanto, no I Congresso da Mulher Paulista que o Movimento de Luta por Creches se articulou de forma mais densa. Muitas foram as razões para o acontecimento deste encontro e da expansão no engajamento pela causa da creche. Conforme Viezzer (1989), a reunião, ocorrida em 1979, contou com a participação de cerca de 800 mulheres e a sua

unidade foi mantida com base na aprovação de algumas propostas principais: a luta por creches; salário igual para trabalho igual; e contra qualquer tipo de violência. Os tópicos colocados em pauta vieram do diálogo entre os movimentos feminista e de anistia e as mulheres das CEBs.

Figura 11 – Quem cuida dos filhos das trabalhadoras? Setor Interlagos (sem data)

Quem cuida dos filhos das trabalhadoras?

A maior parte das mulheres que trabalham fora deixam seus filhos com parentes ou sobrinhos. Por isso, é preciso lutar por mais creches

Com quem ficam os filhos quando a mãe sai para trabalhar? Esse problema vem preocupando cada vez mais as mães que trabalham fora de casa, para ajudar nas despesas da família. A falta de um lugar onde deixar os filhos menores - a creche - é uma das grandes barreiras ao trabalho da mulher hoje no Brasil.

A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho determina a instalação de creches em empresas com pelo menos 30 funcionárias maiores de 16 anos. A sala deve ter berçário, sala de amamentação e cozinha. Se a empresa não tiver local apropriado para as crianças, poderá usar creches situadas perto das residências das empregadas. A empresa também pode manter a creche através de convênio com outra entidade, pública ou privada. Esta última solução é a mais adotada, mas geralmente as creches ficam longe das fábricas, o que obriga a mulher a sair bem mais cedo de casa com a criança, tomar uma ou mais conduções, perdendo assim várias horas.

O mais comum é a mulher trabalhadora recorrer a parentes, vizinhos ou aos chamados "depósitos de crianças" onde, através de quantia módica outras mulheres se dispõem a cuidar das crianças, sem nenhum tipo de assistência especializada.

Os sindicatos também dão pouca atenção ao problema pois não estimulam ou financiam o estabelecimento de

creches, e não se mobilizam para exigir o cumprimento da lei.

Mulheres de várias profissões em diferentes zonas da cidade de São Paulo foram entrevistadas pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor SP- que realiza uma pesquisa sobre creches - e confirmaram que as empresas não respeitam determinações da CLT. "Aqui, quando alguém casa, já sabe. Recebe o aviso e depois tá no olho da rua", diz uma operária de indústria de produtos alimentícios.

A Indústria Karibê, com mais de 3 mil empregados, cumpre a lei e possui berçário, mas é pouco usado: "O berçário daqui fica sempre vazio. É o tal negócio, eu moro longe, em São Miguel Paulista, acordo muito cedo e tenho que pegar duas conduções. Os ônibus estão sempre cheios, que mesmo se alguém der lugar, a gente se machuca toda quando vai descer no ponto. Imagina que perigo para um recém-nascido."

A busca de soluções

Enquanto não existem creches suficientes, as mães começam a tentar resolver elas próprias seus problemas. Em São Paulo, os diversos movimentos de comunidades vem colocando a luta por creches como uma de suas mais importantes reivindicações. Foi assim no 1º Encontro de Comunidade para debater problemas do povo de São Paulo". Ainda em 75, houve o movimento por cre-



ches feito por alunas, professores e funcionárias da Universidade de São Paulo.

Em outubro de 75 o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira promoveu o "Encontro para diagnóstico da mulher paulista" e partiu para um amplo programa em defesa da criação de creches. São escolhidos bairros de um determinado distrito da cidade, e o Centro procura pessoas dispostas a participar desse trabalho, marcando reuniões. Através desses encontros, são levantadas informações sobre as necessidades dos moradores da capital em cada região em relação a creches, e o objetivo final é fazer um encontro das sociedades amigos de bairros, sindicatos, clubes de mães e interessados em geral.

Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

A contribuição das feministas adveio, especialmente, das discussões fomentadas por exiladas que retornavam ao país neste contexto de maior abertura. Keck e Sikkink (2014, p.103) ressaltam que "Muitas ativistas latino-americanas se envolveram em trabalhos sobre Direitos Humanos quando foram para o exílio." Para Alvarez (2018), um ponto importante que elas trouxeram para o Brasil foi o conceito de "autonomia de movimento", que proliferou-

se entre as feministas brasileiras e passou a definir o relacionamento que elas tinham com outras movimentações oposicionistas. A importância da autonomia do movimento e de sua articulação com o que estava sendo trabalhado em outros países passou a ser muito importante para elas.

É preciso relembrar, também, que neste momento a Década da Mulher da ONU ainda estava em voga, e importantes eventos como este I Congresso e a CEDAW acabavam por ter pautas ressoantes. As pressões internacionais nos governos latino-americanos para que dessem mais atenção a importância da mulher no desenvolvimento, como coloca Alvarez (1990, p.81), “também serviram como catalisadores da mobilização de mulheres, indiretamente legitimando as demandas incipientes genéricas das primeiras feministas brasileiras.” A associação das demandas locais, em especial daquelas e daqueles que resistiam ao regime ditatorial, às discussões internacionais sobre Direitos Humanos permitiu que algumas pautas fossem melhores trabalhadas dentro das movimentações. “Muitas ativistas de Direitos Humanos latino-americanas envolveram-se em redes como um resultado de suas experiências pessoais vivendo sob regimes repressivos.” (KECK; SIKKINK, 2014, p.105)

Ainda com relação ao I Congresso da Mulher Paulista, aliado a este entrelaçamento da agenda internacional dos DH com a militância feminista brasileira, há também outros dois pontos que resultaram na realização do evento: é possível inferir que, por um lado, este espaço de diálogo precisou ser criado, principalmente, devido ao bloqueio que esta ramificação da luta passou a ter no âmbito do MCC e o próprio caráter mais burocrático que o movimento passou a assumir. Por outro, entretanto, o desenvolvimento desta luta pode ser creditado, também, ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, criado em 1975, que fazia pesquisas e as disseminava entre as mulheres dos bairros locais por meio de reuniões dos Clubes de Mães e Sociedades Amigos de Bairros. (SINGER, 1984) Certamente o crédito é devido, ainda, a própria organicidade das discussões feitas no âmbito das reuniões das CEBs e Clubes de Mães que, após alguns anos de movimentação e debates vivazes, sentiram a necessidade de pressionarem o Estado e as administrações locais para que esta demanda específica fosse atendida.

Dona Cida Andrade⁶⁴ relembra que foi um momento de muita luta por parte das mulheres dos bairros para creches e escolas fossem instaladas na região. Para ela, uma figura que foi de vital importância nas conquistas feitas nesse âmbito foi a deputada Irma Passoni.

64 Entrevista concedida por ANDRADE, Maria Aparecida de. Entrevista I [03.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (23 min)

Amélia Teles⁶⁵ também compartilhou comigo memórias sobre estes momentos. Segundo a militante, tão logo ela passou a acompanhar as reuniões dos Clubes de Mães, ela propôs que as mulheres escolhessem uma matéria do jornal Brasil Mulher, do qual fazia parte na época, para que depois discutissem e, por fim, sugerissem outra temática considerada importante para a próxima edição.

J: Sim. E, como que foi essa recepção dessas mulheres?

A: Ah, foi excelente, nossa. Tem inclusive matérias que elas propuseram, é, principalmente, a principal bandeira das mulheres era o custo de vida e a creche. A luta por creche. E foi, foram, absorvidas pelo jornal. Então o jornal tem matérias do custo de vida e matérias sobre a creche. Entendeu?⁶⁶

Amélia se recorda, ainda, de outras matérias que o jornal Brasil Mulher fez, dentre elas uma reportagem sobre a morte de uma liderança da zona sul, publicada em dezembro de 1977 e que considero de grande relevância devido a sua temática. Com a manchete “Girse, te espero na próxima assembleia” as jornalistas relataram as experiências de coordenação de um Clube de Mães que a ativista Girse teve na região sul da capital paulista, onde atuava. Frases proferidas pela militante foram evocadas ao longo do texto: “Mulheres, nossos filhos estão passando fome!!! Sem pão, sem creches!! Sem escolas!! Sem feijão!! Esta luta também é nossa!” (BRASIL MULHER, 1977, p.5) Como fica visível neste excerto – e em outros momentos desta pesquisa – a demanda por creches não surgiu em 1979, mas, antes, já configurava como um ponto essencial nos debates e petições dos Clubes.

Outro trecho que evidencia a importância da creche já antes da inauguração do movimento é a luta diária que essas mulheres faziam e que foi exposta, também, por Amélia.

A: (...) E eu acabei me envolvendo com elas, eu acabei trabalhando numa creche que elas propuseram de fazer a creche.

J: Uhum.

A: Lá na Figueira Grande. Fizeram a creche, e precisavam de gente pra ficar lá trabalhando. Então eu trabalhava no jornal, mas de manhã, antes de ir pro jornal, eu fazia trabalho na creche.

J: Nossa, muito legal.

A: Entendeu? E eu dividia o tempo. Então, é, e tinha muitas reuniões, tinha encontros. Tinha, enfim, feijoada né. Tinha aquelas campanhas de finanças, para fazer a creche, para comprar alguma coisa pras crianças. Porque a creche foi feita pelas mulheres. A gente colocou tijolo por tijolo. Mulheres e os maridos também, no final de semana, ajudavam. Entendeu?

65 Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

66 Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

J: Sim.

A: E, e aí eles precisaram comprar mais tijolos, comprar a tinta, ou comprar um fogão, faziam, é, esses almoços, que eram essa feijoada e que todo mundo ajudava a fazer. Então foi, era muito trabalho né. Eu to resumindo, mas era muito trabalho.⁶⁷

Boa parte destas creches mencionadas por Amélia eram feitas a partir da necessidade que as mulheres dos bairros tinham e suas construções eram organizadas a partir dos Clubes de Mães e CEBs. A demanda por creches, de fato, tem um caráter multifacetado no que tange aos grupos que a reivindicavam. Rosenberg (1984) reforça este aspecto integracionista ao observar que o Movimento de Luta por Creches contou com grupos de mulheres associadas ou não à Igreja Católica, aos múltiplos partidos políticos e outros grupos independentes. “E mais: conseguiu integrar grupos dispersos de moradores, que reivindicavam por creche isoladamente em seus bairros.” (ROSEMBERG, 1984, p. 77)

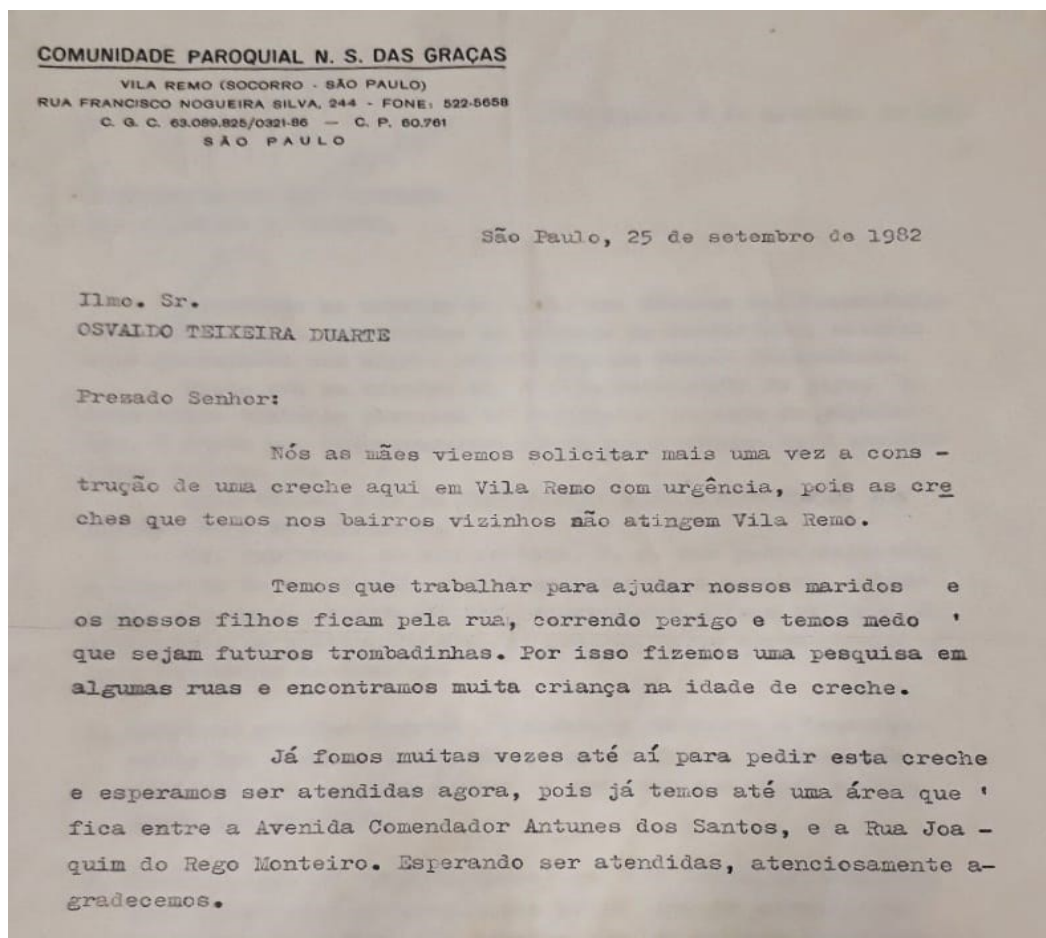
A luta por creches fez com que a prefeitura da capital paulista expandisse a rede de creches públicas, lançando um plano de criação de quinhentas creches na região que, na época, contava com somente quatro. Entretanto, já no início dos anos 1980 o assunto deixou de ser uma prioridade devido a seus altos custos e a política de firmar convênios com entidades filantrópicas e religiosas passou a vigorar. (GOHN, 2004) Muitos problemas também começaram a aparecer. Em documento enviado pelo Movimento de Luta por Creches ao Coordenador de Bem-Estar Social de São Paulo em 31 de março de 1981, as mulheres chamaram a atenção para os problemas de segurança nos prédios onde estavam instaladas as creches, a exemplo de falta de água encanada, instalações elétricas precárias, paredes úmidas, trincadas e com a tintura descascando, muros e portões caindo; problemas relativos à contratação de funcionários pela prefeitura; alta fila de espera nas creches, com cerca de 300 crianças por creche aguardando o surgimento de vagas.

Como pode ser observado no documento abaixo (Figura 12), apesar dos empecilhos, as movimentações por creche continuaram acontecendo – e até hoje são uma realidade na vida das mulheres mães brasileiras.. É evidente o pioneirismo que as mulheres dos Clubes de Mães tiveram na agenda das creches e em sua associação com a questão dos Direitos Humanos das Mulheres, que, como comentei no Capítulo 1, também se encontrava em voga nos debates da ONU e começaram a aparecer cada vez mais nas discussões feministas, como evidenciei mais acima. Este movimento foi, portanto, muito importante em termos de avanços nos direitos

⁶⁷ Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

relativos ao tema, ainda que o protagonismo das mulheres dos Clubes de Mães neste cenário seja pouco ou nada evidenciado. Para Amélia, os homens cooptam o MCC e reduzem a demanda da creche a quase nada por presumirem que ela é “algo menor”.⁶⁸

Figura 12 - Carta ao Político Oswaldo Oliveira Duarte (1982)



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

A partir deste momento, que vai desde 1979 até 1988, é possível observar um certo enfraquecimento no protagonismo das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul paulistana. Ainda que elas não tenham parado com suas movimentações e exigências, poucas são as pesquisas e relatos que as envolvem. Destarte, para Diniz (2018), a fundamentalidade da articulação destas mulheres neste período pode ser vislumbrada por meio da construção de profundos debates acerca da importância da nova Constituição, responsável por consolidar os processos de democratização brasileira que já estavam em curso. Outro ponto a ser ressaltado

⁶⁸ Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

foi a eleição de Irma Passoni, que já mencionei anteriormente, como deputada pelo partido do PT – o que se reverteu em benefícios para as próprias mulheres, como salientou dona Cida.

Múltiplas são as razões para esse desaparecimento gradual dos Clubes de Mães que possuíam maior atuação política. A vitória democrática evidenciada por meio da Constituição de 1988 e a eleição de Luiza Erundina, candidata do PT, para a prefeitura paulista no mesmo ano figuram como grandes conquistas dos movimentos sociais da época, principalmente para aqueles vinculados às mulheres. Ainda assim, a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva na disputa presidencial de 1989 traduziu-se por meio de inflexões nas movimentações sociais, em especial no enfraquecimento do movimento sindical e setores progressistas da Igreja Católica associados à Teologia da Libertação. “Movimentos como os Clubes de Mães foram perdendo sua força de mobilização e politização, assim como a maioria dos movimentos populares ligados à Igreja Católica.” (DINIZ, 2018, p.134) É importante compreender que as CEBs estavam sempre em movimento⁶⁹(CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1984) e, como tal, também sofriam os impactos das mudanças sociopolíticas.

O crescimento da Renovação Carismática Católica (RCC), uma nova movimentação no seio da Igreja Católica, surgiu quase que em contraposição ao modelo associado à Teologia da Libertação. A RCC, que possuía uma perspectiva mais conservadora e intimista, vigora ainda hoje com base em premissas mais relativas ao sucesso pessoal do que a luta coletiva. (DINIZ, 2018) Ainda no âmbito do esfacelamento das movimentações dos Clubes de Mães, outras razões aparecem: Singer (1984) já alertava sobre a mudança de arena de lutas e como elas poderiam influenciar – positiva ou negativamente – os movimentos. Para o autor, com a ampliação das movimentações e obtenção de conquistas parciais seria preciso que outros passos na luta por transformações estruturais fossem feitas. Isto é, o espaço político-institucional do próprio Estado deveria aparecer como um locus de busca por influência direta e mudança. E, como se pode notar, este espaço não está disponível para todas aquelas que fazem parte da luta por melhorias.

Para Amélia Teles⁷⁰, os homens tiveram um papel-chave neste processo de redução das movimentações. Por se engajarem em sindicatos, partidos políticos e começarem a fazer carreira nestes contextos após o início da abertura democrática, “(...) eles alijaram as mulheres. E as mulheres foram cuidar de outras coisas, né.” (TELES, 2021, s.p.) Para a entrevistada,

69 Ainda que Camargo, Souza e Pierucci (1984) considerem as CEBs como movimentos, com base na literatura do tópico (JELÍN, 2003; KECK; SIKKINK, 2014)) as CEBs podem ser consideradas redes.

70 Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

ainda, as mulheres tiveram muitas decepções e começaram a ver que era preciso, além de lutarem por outras pessoas, lutarem por si mesmas. Portanto, começaram a buscar emprego e direitos enquanto mulheres.

Dona Cida⁷¹ concorda com Amélia no que diz respeito a influência da busca de empregos neste processo. Para ela, muitas mulheres que lutaram pelas creches foram trabalhar nestes locais tão logo eles foram construídos. Portanto, além do tempo ser menor, a demanda pela qual elas lutavam foi, de certa forma, atendida. No caso do Jardim Santa Margarida, seu bairro, uma possível explicação para a diminuição de mulheres participantes e redução dos encontros dos Clubes de Mães foi a troca de padres. Em sua opinião, o padre que foi designado para a comunidade não fomentava ações como o anterior. Tanto que, atualmente, apesar de não participar mais de nenhum Clube, ela frequenta outra igreja, a do Jardim Ângela, que conta com caminhadas em prol do povo e que fomenta ações de caridade.

Por fim, e já me direcionando para a finalização desta subseção, trago outras impressões de Carlos Diniz (2018, p.164)

Após a criação do PT em 1980, mais militantes foram deixando as bases para se dedicar à política partidária, levando consigo também assessores e muitos deles também militantes do movimento social. A luta por transformação social foi dando lugar à institucionalização e à legislação das pautas dentro do estado de direito estabelecido. Os militantes das Pastorais Sociais que estavam inseridos no movimento sindical também tiveram uma trajetória parecida. No final da década de 1980, a crise do socialismo no Leste Europeu, a derrota de Lula nas eleições de 1989 e o avanço do neoliberalismo acabaram provocando um refluxo nos movimentos sociais ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, no movimento sindical e na esquerda brasileira de modo geral. Os Clubes de Mães aos poucos foram perdendo seu viés político e caminhando para o associativismo e filantropismo.

Isto posto, e tendo finalizado esta análise mais histórica, tecerei, a partir de agora, alguns comentários acerca dos marcadores da maternagem, levantados por mim no Capítulo 1 desta pesquisa, e como eles se destacam na atuação das mulheres aqui consideradas.

3.5. A maternagem nos Clubes

Retomando os preceitos teóricos do feminismo matricêntrico, tais como a maternagem como possibilidade de emancipação para as mulheres e espaço de tomada de agência por parte das mulheres mães, retomo aqui os exemplos já citados: o da atitude de Willow de permitir a

71 Entrevista concedida por ANDRADE, Maria Aparecida de. Entrevista I [03.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (23 min)

sua filha viver com uma amiga também mãe por um tempo enquanto esta amiga mediava os diálogos entre ela e filha e fomentava a resolução de seus conflitos nestes encontros (GREEN, 2004); o caso da outramaternagem, levantado por James (1999), que pode ser traduzido como uma prática de aceitação e criação de uma criança como filha/filha, formalmente adotada ou não, por parte de uma rede de mulheres; e a ideia de mães de comunidade que, conforme Wane (2000), seria a criação em conjunto das crianças de uma comunidade por mulheres que já são mães e que se inserem neste espaço.

Apesar destes exemplos configurarem como boa ilustração do que pode ser a maternagem, eles ainda são muito abstratos e/ou pouco elucidativos em termos de práticas sociais mais coletivas. É por isto que, a partir de agora, farei uma breve recapitulação dos discursos e ações praticados pelas mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul Paulista. Revisitando as leituras que fiz sobre estes grupos, deparei-me com um trecho do texto de Singer (1984) que acho vital para a compreensão do maternar neste contexto. Conforme o autor, o jornal *Nós Mulheres* surgiu de uma iniciativa de cerca de 40 mulheres que pensaram em criar um periódico feminista. Estas mulheres, que originalmente estavam presentes nos encontros do Sindicato dos Jornalistas, fomentados pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira a partir de 1976, sentiram a necessidade de desenvolverem um periódico independente, tendo em vista que o centro não se assumia como feminista. É importante ressaltar que participaram destes encontros muitas membras dos Clubes de Mães da Zona Sul e os temas discutidos tiveram forte influência de todas as participantes, principalmente aqueles relacionados a discriminação salarial e a exploração feminina. O excerto a seguir foi tirado por Singer (1984) do volume 5 do jornal *Nós Mulheres*.

“Achamos que *Nós Mulheres* devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrenar a vida. (...) Queremos portanto boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. *Nós Mulheres* queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. (...)”

É interessante notar que, para cada mulher, a maternagem é experienciada de uma forma. Amélia Teles, que viveu sua maternidade na clandestinidade, teve suas filhas sequestradas pelas forças repressivas da ditadura e também foi presa pelos agentes

governamentais da época, compartilhou comigo a experiência ímpar que teve nos Clubes de Mães. Ela, que era – e ainda é – abertamente feminista e comunista, era incentivada a não se manifestar sobre um tema polêmico: a legalização do aborto. No entanto, algumas mulheres, que sabiam de seu caráter feminista e associavam isto a uma maior “abertura” para discussões sensíveis e a possibilidade de falar sobre sexo, perguntavam-lhe sobre como fazer aborto.

Eu também ficava conversando com elas, né. Vamos trocar aqui experiência. Eu também não sei. “Ué, mas você é feminista e você não sabe?” Falei “É verdade, sou feminista e não sei.” Né. Enfim, era muito interessante. Aprendi muito com essas mulheres. Aprendi muito e elas eram feministas sem dizer que era feministas, muitas delas. Porque elas faziam, elas decidiam, elas tomavam iniciativa, elas iam à frente de muitas lutas. Mas elas, é, eram muito censuradas. É, a palavra feminista. Era muito considerada uma coisa meio pornográfica, meio, um mistério né.⁷²

Este mesmo aspecto de força, de movimento, foi observado por outras duas entrevistadas que não compartilhavam das mesmas experiências que Amélia mas que, entretanto, maternaram da forma como sabiam, do modo como lhes fazia sentido. Dona Cida, por exemplo, comenta que não fazia muito sentido ir as reuniões dos Clubes de Mães somente pelo trabalho, pelo crochê. Para ela, era preciso que fossem feitas discussões acerca do valor do ser humano, da questão dos preços e outros tópicos considerados pertinentes. O valor social deste espaço fica evidente em sua fala: “E de dentro da comunidade tinha pessoas que saiam, assim, junto do Clube de Mães, junto da Pastoral Operária que tinha e iam fazer, assim, casa pra quem não tinha onde morar, pra quando tava caindo, sabe? (...) Ia arrumar barraco, ia fazer essas coisas tudo.” (ANDRADE, 2021, s.p.)

Dona Odete recorda que quando os questionamentos sobre o custo de vida chegaram na coordenação dos Clubes de Mães, elas começaram a pensar sobre o que poderiam fazer. O ponto de partida foi o desenvolvimento de uma pesquisa que, como já salientei ao longo deste capítulo, foi vital tanto para a compreensão mais aprofundada das demandas locais, como para a articulação destas mulheres em uma frente de luta coesa. A famosa técnica do “porta-a-porta”, que consistia em literalmente as mulheres irem de casa em casa em seus bairros distribuindo questionários e coletando percepções sobre o aumento dos preços dos alimentos, e outros produtos e o baixo valor dos salários, foi amplamente difundida. O abaixo-assinado,

⁷² Entrevista concedida por TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

contra a alta do custo de vida, adveio exatamente destas movimentações iniciais e, como relembra a entrevistada, a luta era feita com muita garra e muito amor.

A maternagem, neste caso, a despeito de não estar necessariamente nítida para uma observadora distante, é muito amplamente executada: os Clubes de Mães, que inicialmente eram espaços de formação de tarefas manuais, configuraram também locais de articulação política e de alcance de autonomia para estas mulheres que, como dona Odete, entenderam os problemas locais, que sentiam na pele, e começaram a ser autoras de suas próprias histórias. Os reflexos desta tomada de agência reverberam ainda hoje. Mesmo que as articulações dos Clubes de Mães tenham, de certa forma, sofrido um enfraquecimento, mulheres como dona Odete seguem atuando em prol de suas comunidades e em busca de direitos. Como ela mesmo me contou.

E até hoje to por aqui, né. Depois de bastante luta. De muito trabalho. Hoje eu trabalho com grupos de terceira idade, só com idosos. Tenho uma banda e eu programo bailes também pra idosos, né. (...) E continuo fazendo meu trabalho. Trabalho também nos grupos, é, dou aula de artesanato, é, faço resgate de História. É, e um trabalho que gosto de fazer. Porque quando, eu me formei com setenta anos em pedagogia (...) Mas eu não optei em ir pra escola, é, fundamental. Eu preferi ficar com o trabalho que eu já fazia de idosos, né. Porque eu fiz vários treinamentos pra isso. É, o meu primeiro treinamento foi com Paulo Freire. Depois eu fiz um treinamento também no Canadá, pra educação de adultos, me adaptei. Eu gosto muito de fazer trabalhos e não quis dar aulas pra crianças em escola, eu optei, é, ficar trabalhando nesse ramo. E minha vida tem sido assim. Muito trabalho, é, muita, sou muito alegre. Uma pessoa muito alegre. Gosto de participar de tudo. A família, minha família é maravilhosa e assim vou levando. (MARQUES, 2021, s.p.)

Quando questionada por seus colegas de grupo sobre seguir participando de diferentes iniciativas, Dona Odete dispara: “Eu falei ‘Não, tá dentro de mim. Não consigo parar’. E como eu, tem várias. Tem a Maria José do Parque Santo Antônio. Tem Maria Rita.” (MARQUES, 2021, s.p.) Ainda assim, dona Odete, Amelinha, dona Cida, Ana Dias e tantas outras mulheres que participaram dos Clubes de Mães possuem pouquíssimo espaço na literatura sobre movimentos sociais, e, quando aparecem, são sempre lidas a partir da ótica da maternidade patriarcal e não das premissas da maternagem. Um tanto mais grave, entretanto, é a ausência destas mulheres da própria literatura da maternagem que, como lembrei no início desta subseção, foca essencialmente em experiências individuais e, ainda que tragam a tona as redes de mães e a maternagem comunitária, a coletividade destas atrizes, representadas pelos Clubes de Mães neste caso, não é sequer cogitada.

Este aspecto excepcional da experiência das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul paulistana advém, especialmente, da organização delas enquanto atrizes coletivas. Portanto, ainda que as vivências de cada uma destas mães sejam extremamente relevantes no nível individual, elas obtiveram suas conquistas a partir da união coletiva. Diferentemente das demandas liberais individualizantes e essencialmente focadas no indivíduo, a entender aqui a mulher mãe branca de classe média, conforme teorizado na literatura sobre maternagem observada no Capítulo 1, o caráter de “ator coletivo”, como comentei no Capítulo 2, foi o que possibilitou que as exigências de suas demandas, frente ao Estado e as instituições sociais, materiais ou não, acontecesse – e fosse atendida.

O maternar, então, ocorreu por meio das discussões sobre o papel da mulher na sociedade, sobre a criação de filhas/os, sobre a alta do custo de vida e tantos outros assuntos colocados em pauta; a maternagem transparece no planejamento das reuniões, no “bater de porta em porta”, na execução das palestras e atos nas ruas. A maternância advém das experimentações destas mulheres na luta, na oposição contra uma divisão dicotômica entre o público e o privado, o lar e a rua e, em última instância, na oposição contra a dicotomização entre o que é ser mulher e o que é ser mãe.

Portanto, embora o maternar individual seja intrinsecamente importante, ressaltar somente este tipo de experiência é apagar as inúmeras possibilidades que configuram estas práticas e vivências. É deletar as ações e (re)configurações coletivas de mulheres negras, periféricas, indígenas, com deficiência e tantas outras, do imaginário teórico social. É, em algum grau, adentrar na lógica mercadológica do feminismo liberal branco e de elite, propagado por uma classe média que ou está no “Norte Global” ou se conecta intimamente com ele.

Este tipo de análise, que ignora as maternagens díspares e coletivas, mas considera aquelas que, no nível individual, podem tornar-se “exemplo a ser seguido”, fazem parte do que Ashley e Walker (1990) e Kelly (2005) teorizam mais amplamente, mas que pode muito bem ser aplicado aqui: a lógica da inclusão excludente. Embora eu já tenha trabalhado com esta noção anteriormente, retomo-a aqui pois ela será a responsável por traduzir a crítica referente a literatura da maternagem que, embora traga para dentro de seus debates as experiências de mulheres negras, ainda exclui sobremaneira outras vivências, a exemplo desta das mulheres dos Clubes e outras, como é o caso das mulheres indígenas.

Porém, as mulheres que maternam coletivamente resistem. As potencialidades da atuação coletiva para a obtenção de conquistas relativas às necessidades básicas das mulheres mães são altíssimas e, por vezes, fruto do caráter ímpar que a própria experiência materna traz consigo. Como coloca Francesca Gargallo (2014), a coletividade faz parte do que é ser mãe. Não é pauta individual, ainda que influencie diferentemente cada uma das mulheres que fazem parte desta luta. As possibilidades do maternar só começam a ser impulsionadas quando compartilhadas.

Entre as muitas experiências que reconhecem como comuns ao feminismo e sua ação por mulheres, as mulheres indígenas coletivizam as experiências de sua maternidade quando confrontam o Estado que as reprimiu, matou, sequestrou ou fez desaparecer suas filhas e filhos. Esta não é apenas uma experiência comum com as várias organizações de mães, avós e familiares de presos políticos e desaparecidos, como as Mães de Plaza de Mayo, na Argentina, o Comitê Eureka, no México, e todas as organizações irmãs de Nossa América, mas é uma experiência comum para as mães de todos indígenas de Abya Yala, porque não há política de um povo indígena que não foi reprimido na América quando reivindica autonomia, direitos territoriais e de marginalização. (GARGALLO, 2014, p.138)

Finalizando, a hierarquização presente nas teorias feministas internacionais, no próprio movimento feminista, nas associações beneficentes como o Lions Club e na literatura sobre movimentos sociais reaparece mais uma vez, como um eterno ciclo de subalternização das mulheres dos Clubes de Mães. Suas vivências enquanto mulheres são ignoradas com base na classe social a qual pertencem, na cor de suas peles, em suas origens geográficas e, em último grau, fundamentam-se em seus corpos que parem e dão de mamar, em seus braços que carregam crianças, em seus afetos que cuidam das filhas e filhos e que lutam por existências melhores. O caráter político de suas resistências, de suas participações nos Clubes de Mães, do ir a rua mobilizar pessoas em plena ditadura, de quebrar os padrões patriarcais acerca da maternidade, são desprezados em detrimento de uma abordagem que, embora se proponha crítica muitas vezes, ainda corrobora com padrões estabelecidos por mulheres brancas do “Norte” global.

Em último grau, e quiçá ainda mais grave, o ativismo feminista transnacional também as ignora e retiram a escada que conecta as margens e o centro, impossibilitando qualquer tipo de escalada destas mulheres na luta; as silencia, apagando seus métodos e estratégias de articulação não só dos livros, mas dos espaços de memória e luta política; as eclipsa, assumindo uma posição que se afirma universal, porém que, na verdade, só favorece a um grupo muito específico de mulheres, a saber as feministas brancas do Norte.

Considerações Finais

Para concluir esta pesquisa, traçarei um breve resumo do que fiz ao longo dos capítulos, fazendo inferências críticas e resumizando os principais pontos discutidos. Antes de mais nada, é preciso que eu retome um posicionamento que fiz já na introdução: o da adoção de uma perspectiva epistemológica feminista que, em suma, busca desafiar e repensar a nossa compreensão de conhecimento por meio da incorporação de reflexões ontológicas e epistemológicas nas escolhas metodológicas feitas. Na prática, adentrar nesta abordagem significa preocupar-se com as perguntas e a razão por trás delas; cuidar para que a pesquisa seja socialmente útil; ter como base a reflexividade e a subjetividade da pesquisadora; e estar comprometida como a construção do conhecimento como forma de emancipação.

Assim, objetivando trazer à tona esta perspectiva, no primeiro capítulo desta dissertação busquei seguir uma lógica crítica a partir da qual, em um primeiro momento, apresentei a disciplina de Relações Internacionais e a sua base epistemológica colonizada e colonizadora, perpassando as principais teorias do *malestream* e positivistas; na segunda parte, fiz um processo semelhante com os feminismos das RIs, expondo as diferentes teorizações e suas críticas. Por fim, na última seção deste capítulo inicial, expus a temática da maternidade e da maternagem, fazendo diferenciações conceituais e práticas e demonstrando a precariedade com a qual o tema é tratado na disciplina.

Neste sentido, os principais argumentos tecidos foram pautados em diferentes exercícios analíticos: o primeiro deles sendo uma crítica à forma como a disciplina de Relações Internacionais se desenvolveu e estabeleceu enquanto campo à parte da Ciência Política, ficando-se em uma matriz hierarquizante e colonizadora, que teceu e enredou mitos e mitologias e que segue perpetuando um senso desmedido de excepcionalidade teórica; o segundo, menos uma crítica e mais um exercício reflexivista de autoanálise feminista, isto é, um momento de (re)leitura das principais teorias feministas da área de RI e identificação das possibilidades, mas também dos desafios que elas enfrentam; e, por fim, um mergulho nas vivências patriarcais do construto da maternidade e nas oportunidades de emancipação lançadas a partir da maternagem que, embora profundamente disruptivas e reconhecedoras da relevância das experiências de maternagem das mulheres negras, ainda são marcadas por um olhar liberal, centrado na figura da mulher branca de classe média e que ignora a relevância de

mulheres periféricas, principalmente aquelas do “Sul Global”, a exemplo das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo.

No segundo capítulo, assim como nos demais, segui um modelo que acredito ser de fácil entendimento: apresentei as principais teorizações acerca dos movimentos sociais e os seus conceitos, bem como os embricamentos da temática com o cenário internacional e/ou transfronteiriço. Na seção seguinte adentrei nas movimentações feministas, em suas famigeradas “ondas” e possibilidades para além delas. Ainda neste tópico, busquei explicitar o fato de que o movimento feminista não é recente, e se desenvolveu de diferentes formas nos mais variados contextos sociais, culturais, temporais e geográficos. Já na terceira parte do segundo capítulo imergi em uma dos pontos centrais desta pesquisa: o ativismo feminista transnacional. Tracei uma breve genealogia deste tipo de movimentação, dando ênfase em sua estruturação e modo de atuação, e finalizei identificando uma de suas principais lacunas: a maternagem, que é frequentemente marginalizada. Por último, na quarta seção, trabalhei com as problemáticas maternas no cenário internacional, esfera que também é marcada pela exclusão das mulheres mães e de suas demandas.

Assim, na esteira do que produzi na primeira parte desta pesquisa, busquei desenvolver um olhar crítico para as teorizações acerca dos movimentos sociais. É certo que nenhuma escolha epistemológica, teórica ou metodológica é isenta de presença pessoal. Portanto, possuindo diferentes opções de compreensão das movimentações sociais, adotei aquela que mais acreditei fazer mais sentido para o meu assunto de pesquisa. Ou melhor, tive como ponto de partida a visão de autoras que se propõem a pensar o ativismo feminista transnacional a partir de uma ótica que, realmente, transpõe as barreiras do Estado. A figura das fronteiras estatais, portanto, é essencial nesta análise, principalmente considerando o argumento que teço: o de que as experiências das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo, que atuam de fato dentro deste território específico, precisam, urgentemente, ser consideradas pelas ativistas feministas transnacionais, que compreendem as demandas maternas somente quando relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos ou aos Direitos Humanos, e pelos órgãos, entidades e convenções internacionais, que relegam a temática materna ao segundo plano e que, quando a tratam, o fazem partindo de uma ótica subalternizante, que ou aprisiona as mulheres em seus próprios corpos ao considerá-las somente no ciclo gravídico-puerperal, ou as enxerga somente como cidadãs em busca de direitos trabalhistas.

No capítulo final, adotando uma ordem cronológica, contei a história das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo. Iniciei com uma contextualização histórica do momento no qual estas mulheres decidiram se articular e passei para uma breve apresentação do surgimento dos Clubes, dos encontros e reuniões. Como comentei no início deste texto, para muitas feministas fazer uma pesquisa é como fazer uma escavação arqueológica, uma jornada na qual desprenderemos diferentes ferramentas e técnicas adequadas aos nossos objetivos e/ou perguntas feitas. Portanto, embora esta parte tenha sido, de fato, excessivamente descritiva, optei por mantê-la no texto final considerando essencialmente o fato de que, embora RI seja uma disciplina marcada pela História, pouquíssimas são as análises que de fato se propõem a ir a fundo em documentos e pesquisas para além da superficialidade daquilo que nos é passado. Com este artifício pretendo demonstrar a importância de nós, enquanto internacionalistas acadêmicas, não aceitarmos textos depurados por outras disciplinas. Seguindo, ao longo do restante deste último capítulo continuei com uma análise detalhada dos movimentos sociais dos quais as mulheres dos Clubes não só participaram, como foram fundamentais para o desenvolvimento. Finalizando, encerrei o capítulo com uma concatenação entre as ideias propostas, deixando explícita a maternagem nos Clubes e os desafios que isto impõe para o ativismo feminista transnacional, as literaturas feminista e dos movimentos sociais, e para a disciplina de RI, que precisam, a partir destas provocações, repensar, de forma urgente, as questões relativas a maternagem.

O capítulo três foi, de fato, o mais desafiador. Embora ele pareça simples, principalmente devido ao seu caráter mais narrativo, certamente ele não o é. (Re)construir uma história, imersa em buracos e lacunas, propositais ou não, é um trabalho árduo e que só se torna possível a partir da aquisição de diferentes fontes. A articulação entre a leitura de pesquisas prévias, a escuta e acolhimento de relatos orais, e a observação de documentos é imprescindível. É preciso que se faça um esforço para que o exercício analítico despreendido, apesar de imbuído em expectativas e predileções pessoais, seja o mais imparcial possível. Deste modo, optei por tentar trilhar novamente os passos que já haviam sido dados pelas mulheres dos Clubes de Mães: olhei para os contextos histórico, político, econômico e social nos quais elas estavam inseridas e comecei a compreender o porquê do surgimento destas articulações. Segui, em busca de um maior entendimento acerca dos primeiros encontros, das motivações por trás das discussões e das estratégias articuladas na luta contra a fome, a baixa educação, o descaso com a saúde e outras demandas que, mesmo que não estejam explícitas,

não se desvinculam do materno saudável que em último grau depende não somente da sobrevivência das mulheres mães, mas da prosperação delas enquanto cidadãs, detentoras de direitos humanos básicos.

Desde que me deparei com as pesquisas feministas em Relações Internacionais, mas também em outras áreas correlatas, percebi que a forma como lidamos com uma pesquisa é, por vezes, muito higienizada, como se a nossa presença enquanto pesquisadoras não devesse, ou melhor, não pudesse, contar. Temos que nos manter distantes e sempre partir de um desenho de pesquisa muito bem coordenado, com pontos de partida bem definidos e sempre objetivando corroborar algum argumento que, em muitos casos, é calcado mais em manobras metodológicas do que em uma possível realidade material. Com efeito, uma boa pesquisa precisa, sim, ter uma delimitação pertinente, coerente e coesa. Todavia, para tanto não é necessário nos mantermos distantes; não é preciso que tenhamos tudo já resolvido logo no começo. Afinal, a pesquisa é, de fato, uma jornada através da qual descobriremos se as evidências coletadas, e os argumentos tecidos, podem ou não ser confirmados em alguma instância.

Partindo desta ideia de que em uma boa pesquisa é preciso que tenhamos algum ponto de partida congruente com o esboço do que se pretende fazer, acredito que após as observações feitas nas três seções deste trabalho, pude concluir que há pontos para além do que havia estipulado: que a atuação das mulheres dos Clubes de Mães da Zona de Sul de São Paulo escancara os limites do ativismo feminista transnacional ao colocar em prática uma ação pensada por e para as mães, e que a desvinculação da maternidade do feminismo transnacional também se manifesta e segue sendo apresentada no internacional.

Diante disso, retomo aqui as minhas perguntas iniciais, desta vez com mais possibilidades de resposta: Como a atuação das Mães da Zona Sul de São Paulo impõe desafios ao feminismo transnacional? Como a atuação destas mães desvela os limites do internacional? Ora, a resposta mais simples seria “por meio de suas lutas enquanto mulheres mães periféricas”. Mas, a bem da verdade, o que melhor responde a ambos os questionamentos envolve ao menos três fatores: (1) o caráter coletivo da luta, ou seja, a organização destas mulheres mães enquanto atrizes sociais coletivas, e o consequente materno por meio de discussões e estratégias pensadas enquanto grupo. Tal configuração, que também desafia as literaturas tanto da maternagem quanto dos movimentos sociais, é um dos desafios que estas mulheres impõem ao ativismo feminista transnacional e ao reino

internacional, em especial no âmbito da ONU, pois ela traz consigo uma perspectiva focada no coletivo, em detrimento da visão individualista e liberal pautada principalmente na figura da mulher mãe no ciclo gravídico-puerperal, em direitos trabalhistas e, em último grau, na mulher branca de classe média; (2) a relevância que estas mulheres “periféricas e de classe baixa” possuem para grandes movimentações locais, mas também nacionais ou mesmo regionais se considerarmos as CEBs, uma importância que reside na organicidade de suas relações, na forma como elas dialogam entre si e com outros grupos sociais, e que, ao serem sumariamente apagadas por serem a “periferia da periferia”, escancara ainda mais as desigualdades intrínsecas às movimentações feministas, dentro e fora das instituições formais. Por este ângulo, o segundo desafio imposto ao ativismo feminista transnacional e a esfera internacional relaciona-se com a discrepância de poder, traduzido na ideia de que estas mulheres são “excluídas incluídas”, isto é, que na superfície estão inseridas em um discurso de suposta “igualdade” e “atenção aos seus interesses” mas que, na prática, encontram-se – tanto elas quanto suas demandas – invisibilizadas nas profundezas, ou melhor, nas margens (aqui tanto nas beiras do ativismo feminista transnacional, no reino internacional, na disciplina de RI como um todo, nas teorias feministas de RI, e nas literaturas sobre maternagem e sobre movimentos sociais); (3) as lições relativas ao declínio da atuação do grupo que, apesar de ter possuído alta densidade de atuação em seu início e primeiros anos de luta, tão logo expandiu-se e teve contato mais intenso com outras organizações sociais locais e nacionais vislumbrou um certo enfraquecimento que, como discuti no Capítulo 3, deve-se a diferentes fatores. Nesta lógica, o desafio que tal acontecimento impõe é relativo a desconsideração dos aprendizados que podem ser gerados a partir da observação tanto do histórico do grupo, quanto do seu “fim”. Se as ativistas feministas transnacionais e as estudiosas de maternagem não são capazes de olhar para a vivência destas mulheres dos Clubes para que com elas aprendam e observem o que avançou e o porquê do atravancamento de suas articulações, será difícil a formação de uma ação não apenas mais equânime, mas também mais propagável.

Já finalizando, e como uma das últimas observações finais, sinto que é preciso reiterar que esta pesquisa é fruto de todos os caminhos que percorri ao longo da graduação e do mestrado em Relações Internacionais. Como já comentei, um dos pontos que mais me moveu foi o desejo de não mais compactuar com o silêncio da disciplina acerca de temáticas urgentes. Este silêncio, que infelizmente se estende também para as teorias feministas tão queridas por

mim, precisa ser rompido. Tenho esperança de que as possibilidades que aqui ofereci sejam determinantes para pensarmos uma RI que vai além do elitismo da disciplina de um modo geral, e em especial do curso no Brasil; e um feminismo que consiga sair de seu pedestal branco e anglo-saxão e se aproxime das grandes massas e das verdadeiras demandas que as mulheres possuem. Mas, não só isso. Espero ter feito uma pesquisa relevante, não só acadêmica, mas socialmente; uma pesquisa capaz de demonstrar a importância das mulheres dos Clubes de Mães da Zona Sul de forma clara e respeitosa.

Em suma, é meu desejo dar o pontapé inicial para o adensamento das discussões sobre maternagem no seio das Relações Internacionais. Certamente muitos questionamentos ficaram sem resposta e muitas outras podem ainda ser feitas: e as mulheres mães trans? E quem materna e não é mãe? E os pais? Quais funções eles exercem? Como pensar o papel das masculinidades dentro dos estudos sobre maternagem? Bem, estas e inúmeras outras perguntas me escaparam, não só pelo escopo que delimitiei, porém também pelo próprio tipo de pesquisa aqui proposta. É impossível preenchermos todas as lacunas. O que não significa, entretanto, que devemos parar de tentar. É nosso dever, enquanto mulheres e feministas, buscarmos fazer diferente; melhor, em algum grau. Finalizo esta pesquisa, então, com um convite: que no futuro, sejamos capazes de desenvolver respostas para as perguntas ainda não respondidas, e também para aquelas que ainda não foram feitas, ou sequer imaginadas.

Referências

ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. Feminist methodologies for International Relations. In: ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist methodologies for International Relations**. Cambridge University Press, 2006.

ADAMS, M. Transnational Feminist Activism and Globalizing Women's Movements. **Oxford Research Encyclopedias, International Studies**, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.490>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ÅHÄLL, L. Affect as Methodology: Feminism and the Politics of Emotion. **International Political Sociology**. 12 (1), 36–52, 2018.

_____. Motherhood, Myth and Gendered Agency in Political Violence. **International Feminist Journal of Politics**. 14:1, 103-120, 2012.

ANDRADE, M. A. de. Entrevista I [03.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (23 min)

ANGELL, N. **The Great Illusion: A Study of the Relation of Military Power to National Advantage**. New York and London: The Knickerbocker Press, 2002.

ALBANESE, P. Territorializing Motherhood: Motherhood and Reproductive Rights in Nationalist Sentiment and Practice. In: O'REILLY, A. (ed) **Maternal Theory: essential readings**, p. 311-330. Bradford: Demeter Press, 2007.

ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: História de um Conceito. **sociologia&antropologia**. v.02.03: 21 – 41, 2012.

ALVAREZ, S. E. The (trans)formation of feminism(s) and Gender Politics in Democratizing Brazil. In: JAQUETTE, J. (ed.) **The Women's movement in Latin America: participation and democracy**. New York: Routledge, 2018.

_____. Translating the Global: Effects of Transnational Organizing on Local Feminist Discourses and Practices in Latin America. **Meridians**, 1: 29–67, 2000.

_____. **Engendering democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ARADAU, C.; HUYSMANS, J. Critical methods in International Relations: The politics of techniques, devices and acts. **European Journal of International Relations**, v. 20, n. 3, p. 596-619, 2014.

ARVIN, M; TUCK, E.; MORRILL, A. Decolonizing Feminism: Challenging Connections Between Settler Colonialism and Heteropatriarchy. **Feminist Formations**, 25 (1): 8–34, 2013.

ASHLEY, R. K.; WALKER, R. B. J. Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissident thought in International Studies. **International Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 3, Special Issue: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies. pp. 259-268, 1990.

AZEVEDO, J; BENEDICTO, N.; DIAS, L. **Santo Dias**: quando o passado se transforma em História. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2004.

AZEVEDO, J; BARLETTA, J. O Cedem e os documentos dos Clubes de Mães da Região Sul (SP). **Cadernos Cedem**, v.2, n.2 2011.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BALLESTRIN, L. Feminismos Subalternos. **Rev. Estud. Fem.** 25 (3), Sep-Dec, 2017.

_____. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política.** 11 (maio-agosto) 2013, 89-117.

BALTRUSIS, N.; D'OTTAVIANO, M. C. L. Ricos e Pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n.55, p 135-149, Jan/Abr. 2009

BARROSO, C. As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do Plano Mundial de População. **Tempo Social.**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1 (1): 183-197, 1. set. 1989.

BAKSH, R.; HARCOURT, W. (ed) **The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements**. New York: Oxford University Press, 2015.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BETHELL, L. Brazil. In: BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. (eds.) **Latin America between the Second World War and the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 1992, p.33-66.

BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. Introduction: The postwar conjuncture in Latin America: democracy, labor and the left. In: BETHELL, L.; ROXBOROUGH, I. (eds.) **Latin America between the Second World War and the Cold War**. New York: Cambridge University Press, 1992.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BLANCO, R.; DELGADO, A. C. T. Problematizing the Ultimate Other of Modernity: the Crystallisation of Coloniality in International Politics. **Contexto Internacional.** 41 (3), 599-619, 2019.

BLUMER, H. Social Movements. In: LYMAN, S. (ed.). **Social movements. Critiques, concepts, case-studies**. New York: NYU Press, 1995.

BRASIL MULHER. “Girse, te espero da próxima assembleia.” Dez. 1977.

BRITO, F. Urbanização, Metropolização e Mobilidade Espacial da População: Um breve ensaio além dos números. Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas.” Brasília, 2007. Disponível em: <<https://www.cepal.org/sites/default/files/courses/files/fbrito.pdf>> Acesso em 02 set. 2021

BÓGUS, L. M. M.; VÉRAS, M. P. B. A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização. **Cadernos MetrÓpole**, n. 3, 2000, p.81-98

BOOTH, K. What’s The Point Of It? The international in the invention of humanity. In: DYVIK, S. L.; SELBY, J.; WILKINSON, R. (Ed.). **What's the point of international relations?**. Taylor & Francis, 2017.

BURIGO, Joana. **Feminismos**: algumas verdades inconvenientes. Curso de Feminismos. Notas da aula. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=100>>. Acesso em 07 jan. 2022.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (org.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2005, p. 181-260.

CASTRO, P. P. de. De casa em casa: afetos e mobilização popular na memória de Comunidades Eclesiais de Base. Dissertação (mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CERVI, T. D.; CAMERA, S. Os reflexos da Conferência de Haia sobre Direitos Internacional Privado em relação à anacionalidade decorrente da maternidade de substituição transnacional. Revista da Faculdade de Direito – UFPR. Curitiba, vol. 62, n. 3, set./dez. 2017, p. 81-101.

CHENG, S-J. A. Right to Mothering: Motherhood as a Transborder Concern in the Age of Globalization. In: O’REILLY, A. (ed) **Maternal Theory**: essential readings, p. 311-330. Bradford: Demeter Press, 2007.

CHODOROW, N. **The reproduction of mothering**: Psychoanalysis and the sociology of gender. Berkeley: University of California Press, 1978.

CHOWDRY, G.; NAIR, S. (eds.) **Power, Postcolonialism and International Relations**: Reading Race, Gender and Class, London: Routledge, 2014.

COLLINS, P. H. The Meaning of Motherhood in Black Culture and Mother-Daughter Relationships. In: O'REILLY, A. (ed) **Maternal Theory: essential readings**, p. 311-330. Bradford: Demeter Press, 2007.

COOPER-CUNNINGHAM, D. Drawing Fear of Difference: Race, Gender, and National Identity in Ms. Marvel Comics. **Millennium - Journal of International Studies**.48 (2), 2019, 1-33.

CORREIA, A. P. S. Mulheres da Periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. Dissertação (Mestrado). EFLCH, Unifesp, Guarulhos, 2015.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v.5, n.2, 2005.

COX, R. W. Social forces, states, and world orders: Beyond international relations, **Millennium** 10 (2): 127–55, 1981.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139-167, 1989.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAUPHINEE, E. The ethics of autoethnography. **Review of International Studies**, 2010, 36, 799–818.

D'COSTA, B; LEE-KOO, K (eds). **Gender and Global Politics in the Asia-Pacific**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

DECKER, S.; MCKINLAY, A. Archival Ethnography. In: MIR, R.; FAYARD, A-L. **The Routledge Companion to Anthropology and Business**. Routledge, 2020.

DIANI, M. The Concept of Social Movement. **The Sociological Review**, 1992, p.1-25.

DINIZ, C. A. N. O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais de periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo (1972-1988). Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2018.

_____. Gênero e a História social das mulheres; o surgimento do Clube de Mães da Zona Sul de São Paulo sob a influência da teologia da libertação no início da década de 1970. **Anais do V Simpósio Internacional em Educação Social**, 2017.

DOTY, R. L. Maladies of Our Souls: identity and voice in the writing of academic International Relations. **Cambridge Review of International Affairs**, Volume 17, Number 2, July 2004.

ENNS, C. Z.; DÍAZ, L. C.; BRYANT-DAVIS, T. *Transnational Feminist Theory and Practice: An Introduction. Women & Therapy*, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02703149.2020.1774997>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ELSHTAIN, J. B. **Public Man, Private Woman: Women in Social and Political Thought: Women in Social and Political Thought**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

ENLOE, C. **Seriously! Investigation crashes and crises as if women mattered**. London: University of California Press, 2013.

_____. **The curious feminist: searching for women in a new age of empire**. London: University of California Press, 2004.

_____. **Bananas, Beaches and Bases: Making Sense of International Relations**. Los Angeles: University of California Press, 2000.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. Revista. São Paulo: Global, 2008.

_____. **A revolução burguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FICO, C. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e política política**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2001.

FIRESTONE, S. **A Dialética do Sexo**. Tradução: Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. **Movimentos Sociais**. Tradução: Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2009.

FRIEDAN, B. **A Mística Feminina**. Tradução: Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

FRIETZSCHE, N. The Construction of Masculinity in International Relations. **The Interdisciplinary Journal of International Studies**. Volume 7, Number 1, 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALHERA, K. M.; MASO, T. Abertura do dossiê: feminismos, gênero e Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n.11, p.1-14, 2017.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARGALLO, F. C. **Feminismos desde Abya Yala**. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014.

GERSHON, L. Is Childcare a Right? Feminists supported universal childcare as a means of allowing women to advance in the workforce. But did this argument focus mostly on white women? JSTOR DAILY. Disponível em <<https://daily.jstor.org/is-childcare-a-right/>>. Acesso em 10 set. 2021.

GILL, R. Discourse Analysis. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed) **Qualitative Researching with text, image and sound: A Practical Handbook**. Los Angeles and London: Sage Publications, 2000.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v.16, n.47, maio-ago, 2011.

_____. Os movimentos e as lutas do período de 1964 a 2004 em São Paulo. Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOIRAND, C. Pensar los Movimientos Sociales en América Latina. **VIRAJES**, Vol. 15 No. 1, enero-junio 2013, pp.21-52.

GONZAGA, P. R. B.; MAYORGA, C. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.29, n.spe. 2, p.59-73, 2019.

GRAU, C. I.; MARTINEZ, A. S. Ciudad y Ciudadania. Um análisis de los planes estratégicos de desarrollo urbano desde la perspectiva de género. **Investigações feministas**, Vol 5, p. 342-370, 2014.

GREEN, F. J. Feminist Mothers: Successfully Negotiating the Tension between Motherhood as “Institution” and “Experience”. In: O’REILLY, A. **From motherhood to mothering: The legacy of Adrienne Rich’s *Of Woman Born***. State University of New York Press: 2004.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GRUENBAUM, D. Foreign Surrogate Motherhood: Mater Semper Certa Erat. **American Journal of Comparative Law**, v. 60, p. 475-506, 2012.

GUARNIERI, T. H. Os Direitos das Mulheres no contexto internacional – da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, Curso de Direito - N. 8, JAN/JUN, 2010.**

HALLIDAY, F. **Rethinking International Relations**. London: Macmillan, 1994.

HALPERIN, S. International Relations Theory and the Hegemony of Western Conceptions of Modernity. In: JONES, B. G. (Ed.) **Decolonizing International Relations**. New York: Rowman & Littlefield, 43-64, 2006.

HANSEN, L. **Security as a practice**: Discourse analysis and the Bosnian war. Taylor & Francis e-Library, 2006.

HARDING, S. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

HOAGLAND, S. L. **Lesbian ethics**: Toward new value. Palo Alto, CA. Institute of Lesbian Studies: 1988.

HOLSTI, O. R. **Content Analysis for the Social Sciences and Humanities**. Reading, Mass., Addison-Wesley, 1969.

HUDSON, V. M., BALLIF-SPANVILL, B.; CAPRIOLI, M.; EMMETT, C. F. **Sex and World Peace**. Columbia University Press, 2012.

INAYATULLAH, N. (ed) **Autobiographical International Relations: I, IR**. London and New York: Routledge, 2011.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. *International Relations and the Problem of Difference*. New York: Routledge, 2004.

JACKSON, R; SØRENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**: teorias e abordagens. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

JAMES, S. M. Mothering: A Possible Black Feminist Link to Social Transformation. In: JAMES, S. M.; BUSIA, A.P. (eds) **Theorizing Black Feminism**: The Visionary Pragmatism of Black Women. Routledge, 1999: 44–54.

JELIN, E. (org.) **Más allá de la nación**: las escalas múltiples de los movimientos sociales. Buenos Aires: Zorzal, 2003.

JOSEPH, G. M. What we know and should know: bringing Latin America more meaningfully into Cold War Studies. In: JOSEPH, G. M.; SPENSER, D. (eds.) **In from the Cold**: Latin America's new encounter with the Cold War. Durham and London: Duke University Press, 2008.

JULIEN, H. Is there a Human Right to Safe Motherhood within the United Nations Legal System? *QMHR* 2(1), 2015.

KALINGA, C. Caught between a Rock and a Hard Place: Navigating Global Research Partnerships in the Global South as an Indigenous Researcher. **Journal of African Cultural Studies**, v.31, n.1, p.270-272, 2019.

KAWASH, S. New directions in Motherhood studies. **Signs**, Vol. 36, No. 4, pp. 969-1003, 2011.

KECK, M.; SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998.

KELLY, J. **Women, History & Theory: The Essays of Joan Kelly**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1986.

KELLY, L. Inside Outsiders. **International Feminist Journal of Politics**, 7:4, 741-495, 2005.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Princeton University Press, 1994.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.52-73.

_____. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.74-102.

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. População e sociedade. In: REIS, D. A. (org.) **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.31-74.

KLOTZ, A. Case Selection. In: KLOTZ, A.; PRAKASH, D. (eds). **Qualitative methods in international relations: a pluralist guide**. Palgrave Macmillan, 2008.

KRASNER, S. D.. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polit.**, [s.l.], v. 20, n. 42, p.93-110, jun. 2012.

KYRILLOS, G. M. Os direitos das mulheres no sistema internacional de Direitos Humanos. **CAPTURA CRÍPTICA: direito, política, atualidade**. Florianópolis, n.5., v.1., jan./dez. 2016.

LADD-TAYLOR, M. Mother's Rights are Human Rights: Reflections on Activism and History. **Journal of the Motherhood Initiative**. Volume 5, Number 1, 2014.

LAKE, M. From self-determination via protection to equality via non-discrimination: defining Women's Rights in the League of Nations and the United Nations. In: GRIMSHAW, P.; HOLMES, K.; LAKE, M. (eds.) **Women's Rights and Human Rights**. New York: Palgrave, 2001, p. 254-271.

LAKE, D. A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, 2013. 19: 567.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 3 (Sep., 1989), pp. 235-254.

LEEUWEN, F. V. 'Women's rights are human rights!': the practice of the United Nations Human Rights Committee and the Committee on Economic, Social and Cultural Rights. In: HELLMUM, A.; AASEN, H. S. (eds.) **Women's Human Rights: CEDAW in International, Regional and National Law. Studies on Human Rights Conventions.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LI, Q. The Second Great Debate revisited: exploring the impact of the qualitative-quantitative divide in International Relations. **International Studies Review.** (2018) **0**, 1–30.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo.** São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, M. Rumo a um Feminismo Descolonial. **Revista Estudos Feministas.** 25 (4), 935-952, 2014.

LYMAN, S. (ed.). **Social movements. Critiques, concepts, case-studies.** New York: NYU Press, 1995.

McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Eds.) **Comparative Perspectives on Social Movements.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MALDONADO-TORRES, N. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. **Cultural Studies.** 21 (2-3), 240-273, 2007.

MARQUES, O. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (42 min).

MERCADANTE, O. A. (coord.) Evolução das políticas e do sistema de saúde. In: FINKELMAN, J. (org). **Caminhos da saúde no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MIGNOLO, W. D. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options.** Durham: Duke University Press, 2011.

_____. The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference. **The South Atlantic Quarterly.** 101 (1), 57-96, 2002.

MILLET, K. **Política Sexual.** Tradução: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

MOGHADAM, V. M. Transnational Feminist Activism and Movement Building. In: BAKSH, R.; HARCOURT, W. (ed) **The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements.** New York: Oxford University Press, 2015.

MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders: decolonizing theory, practicing solidarity.** Durham: Duke University Press, 2003.

_____. Under Western Eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **boundary 2**, Vol. 12, No. 3, On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism. (Spring - Autumn, 1984), pp. 333-358.

MOLINEUX, M. **Women's Movements in International Perspective: Latin America and Beyond.** New York: Palgrave, 2001.

MONTE, I. X. do. O debate e os debates: abordagens feministas para as Relações Internacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21 ,n. 1, p. 59-80, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021

MONTEIRO, T. W. N. G. “Como pode um povo vivo viver nesta carestia”: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2015.

MORGAN, R. (Ed.). **Sisterhood is global: The international women's movement anthology.** Anchor Books, 1984.

MORGENTHAU, H. **Política entre as Nações. Brasília:** Editora UnB, 2002

MORON, J. G. It takes a village to raise a child? Os limites da maternidade no âmbito da Organização das Nações Unidas. Anais do SimpoRI 2020, p.226-237, 2021.

MOULAIN, C. Narrative. In: MHURCHÚ, A. N.; SHINDO, R. **Critical Imaginations in International Relations.** London: Routledge, 2016.

MURARO, R. M. **A Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1983.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 set. 2021.

NEUMANN, I. B. Discourse Analysis. In: KLOTZ, A.; PRAKASH, D. (eds). **Qualitative methods in international relations: a pluralist guide.** Palgrave Macmillan. 2008.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** São Paulo: GEN Atlas, 2005.

NOONAN, E. J. The Globalization of Love: Transnational Adoption and Engagement with the Globalized World. In: O'REILLY, A. (ed) **Maternal Theory: essential readings**, p. 311-330. Bradford: Demeter Press, 2007.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 75, 2014, p.131-147. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/1596>>. Acesso em 13 dez. 2021.

O'DONNELL, R. Transnational Feminist Activism in Latin America and Beyond. Alliance for Sustainable Communities lehigh valley (Site). Disponível em: <https://www.sustainlv.org/transnational-feminist-activism-in-latin-america-and-beyond/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, D. R. de. Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo: feminismo periférico e fronteiras políticas. Dissertação (mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

OLIVEIRA, J. da S. C. de. Narrativas sobre política e a política das narrativas: reflexões sobre o uso de abordagens narrativas no estudo e no ensino de Relações Internacionais. *Rev. Carta Inter.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 55-78, 2020.

ONU MULHERES. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em 15 out. 2020

ONU NEWS. Unfpa: 7 exemplos de como a maternidade mudou nos últimos 25 anos. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/05/1673921>>. Acesso em: 10 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Conheça a OIT. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>>. Acesso em: 05 out.2020

_____. Integra da Convenção 003 da OIT. 1919. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_234869/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 15 out. 2020

_____. Convenção 103 da OIT (Revista). 1952. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235193/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 15 out. 2020

_____. Integra da Convenção 183 da OIT. 2000. Disponível em: <<https://www.dgert.gov.pt/convencao-n-o-183-sobre-aprotecao-da-maternidade-2000#:~:text=Adotada%20pela%20Confer%C3%Aancia%20Geral%20da,15%20de%20junho%20de%202000>>. Acesso em: 15 out. 2020

_____. Proteção da maternidade. Notas da OIT. Serie Equilibrio entre trabalho e familia; n.4., dez. 2011. Disponível em <https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_229653/lang-pt/index.htm>. Acesso em 15 out. 2020

O'REILLY, A. **Matricentric Feminism: Theory, Activism and Practice**. Paperback, Bradford: Demeter Press, 2016.

_____. Motherhood Hall of Fame Keynote. Keynote speech and introduction into the Motherhood Hall of Fame at the Museum of Motherhood in NYC, 2014.

_____. (ed) **From motherhood to mothering: The legacy of Adrienne Rich's *Of Woman Born***. New York: State University of New York Press, 2004.

OYĚWUMI, Oyeronke. **What gender is motherhood?:** changing Yoruba ideas on power, procreation, and identity in the age of modernity. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

_____. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35.

PARREÑAS, R. S. **Servants of Globalization: migration and domestic work**. Stanford University Press, 2015.

PATEMAN, C. **The Sexual Contract**. Palo Alto: Stanford University Press, 1988.

PETERSON, S. V. Family Matters: How Queering the Intimate Queers the International. **International Studies Review**, 16(4), 604-608, 2014.

PEREZ, O.; RICOLDI, A. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018.

PERONI, C.; RODAK, L. Introduction. The fourth wave of feminism: From social networking and self-determination to sisterhood. **Oñati Socio-Legal Series**, Volume 10, Issue 1S, 2020.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun. 2010.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

PRÜGL, E. “If Lehman Brothers Had Been Lehman Sisters...”: Gender and Myth in the Aftermath of the Financial Crisis. **International Political Sociology**, 6, 21-35, 2012.

QUADRAT, S. V. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. **História**, São Paulo. 2003, 22 (2): 167-181.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. Mimeo, 1987.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. (Ed.) **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 201-246, 2000.

REANDA, L. Human Rights and Women's Rights: The United Nations Approach. **Human Rights Quarterly**, Vol. 3, No. 2 (May, 1981), pp. 11-31.

REIS, D. A. As marcas do período. In: REIS, D. A. (org.) **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.23-30.

_____. A vida política. In: REIS, D. A. (org.) **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.75-126.

REITAN, R. **Global Activism**. London: Routledge, 2007.

REPEP. Depoimento no evento de memória: "Mães da periferia: resistência das mulheres durante a ditadura", em 02 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qjTofcmZJ3Q>>. Acesso em: 08 set. 2021

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. Marília e Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RICH, A. **Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution**. New York and London: NORTON & COMPANY, 1995.

RICHTER-MONTPETIT, M. Everything You Always Wanted to Know about Sex (in IR) But were Afraid to Ask: The 'Queer Turn' in International Relations. **Millennium - Journal of International Studies**. 46 (2), 220-240, 2017.

ROMANELLI, C.; ABIKO, A. K. **Processo de Metropolização no Brasil**. Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. Departamento de Engenharia de Construção Civil. n.1, 34p. São Paulo, 1991.

ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cad. Pesq.**, São Paulo (51): 73-79, nov. 1984.

RUDDICK, S. **Maternal thinking**. Boston: Beacon Press, 1995.

_____. Maternal Work and the practice of peace. **Journal of Education**, Volume 167, Number 3, 1985, p.97-111.

RUNYAN, A. S. Decolonizing knowledges in feminist world politics. **International Feminist Journal of Politics**, 20:1, 3-8, 2018.

RUNYAN, A. S.; PETERSON, V. S. **Global Gender Issues in the New Millennium**. Boulder: Westview Press, 2014.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAFA, H. I. Women's Social Movements in Latin America. **Gender and Society**, vol.4, no.3, Special Issue: Women and Development in the Third World, sep.1990, pp. 354-369.

SANTOS, B. de S. **O Fim do Império Cognitivo: A Afirmação das Epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

SÃO PAULO (Cidade) GEO cidade de São Paulo: panorama do meio ambiente urbano / SVMA, IPT. -- São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Brasília: PNUMA, 2004. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/publicacoes_svma/index.php?p=5378>. Acesso em 10 set. 2021.

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SIKKINK, K. La dimensión transnacional de los movimientos sociales. IN: JELÍN, E. (Org). **Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales**. Buenos Aires: Zorzal, 2003.

SILVA, J. M. S. Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

SILVA, J. M. S.; SALVADOR, A. C. Coletivos de Mães Universitárias rompendo com a História da exclusão feminina nas universidades. 31º Simpósio Nacional de História, ANPUH-Brasil. Rio de Janeiro, 2021.

SINGER, P. O processo econômico. In: REIS, D. A. (org.) **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Volume 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p.183-232.

SMITH, S. The discipline of international relations: still an American social science? **British Journal of Politics and International Relations**, v. 2, n. 3, October 2000.

SOUZA, A. C. T. C. de. “O pessoal é internacional”: como as teorias feministas transformam o estudo das Relações Internacionais. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Ana%20Clara%20Telles%20C%20de%20Souza.pdf> Acesso em 09 set. 2021.

STOFFEL, J. A.; RAMOS, J. M.; BARRINHA, R. N. Planejamento em infraestrutura no Brasil pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 21, n. 37, p. 03-24, 2017.

SYLVESTER, C. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. Feminism and International Relations: Or Encounters with Wolves in the Woods. **Statsvetenskaplig I Tidskrift** Vol. 100, No. 1, 1997.

TAMBE, A.; THAYER, M. **Transnational Feminist Itineraries: Situating Theory and Activist Practice**. Durham and London: Duke University Press, 2021.

TARROW, S. **Power in Movement**. Cambridge University Press, 1994.

TEIXEIRA, A.; GALLO, M. B. Nosso útero, nosso território; justiça reprodutiva e suas lutas decoloniais por aborto e maternidade. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.52-66, mai/ago, 2021.

TELES, M. A. de A. Entrevista I. [02.2021]. Entrevistadora: Juddy Garcez Moron. São José dos Campos, 2021. Arquivo .amr (35 min)

_____. A participação feminista na luta por creches! In: FINCO, D.; GOBBI, M. A.; GOULART, A. L. (orgs.) **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora**. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

_____. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TICKNER, A. Core, Periphery and (Neo)Imperialist International Relations. **European Journal of International Relations**, vol.19, n.2, p.627-646, 2013.

TICKNER, J. A.; TRUE, J. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. **International Studies Quarterly**, Volume 62, Issue 2, June 2018, Pages 221–233.

TICKNER, J. A. Feminism meets International Relations: some methodological issues. In: ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist methodologies for International Relations**. Cambridge University Press, 2006.

_____. What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, 49, 1–21, 2005.

_____. **Gendering World Politics**. New York: Columbia University Press, 2001.

TILIO, R. C. O livro didático de inglês em uma abordagem sócio discursiva: Culturas, identidades e pós-modernidade. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras. Rio de Janeiro, 2006.

TILLY, C. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Social movement as historically specific clusters of political performances. **Berkeley Journal of Sociology**, 1993-4, 38, p. 1-30.

_____. **As sociology meets history**. Nova York: Academic Press, 1981.

_____. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. **CRSO Working Paper** U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

UNITED NATIONS. Report of the International Conference on Population and Development, Cairo, 5-13 September 1994. New York: United Nations, 1994. (Publication E.95.XIII.18).

VANDEN, H. E.; FUNKE, P. N.; PREVOST, G. (Eds.) **The New Global Politics: Global Social Movements in the Twenty-First Century**. London: Routledge, 2017.

VIANA, N. **Os movimentos sociais**. Curitiba: Prismas, 2016.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

VILLA, R. D.; PIMENTA, M. C. de S. Is International Relations still an American social science discipline in Latin America?. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 261–288, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650180>>. Acesso em: 29 de março de 2021.

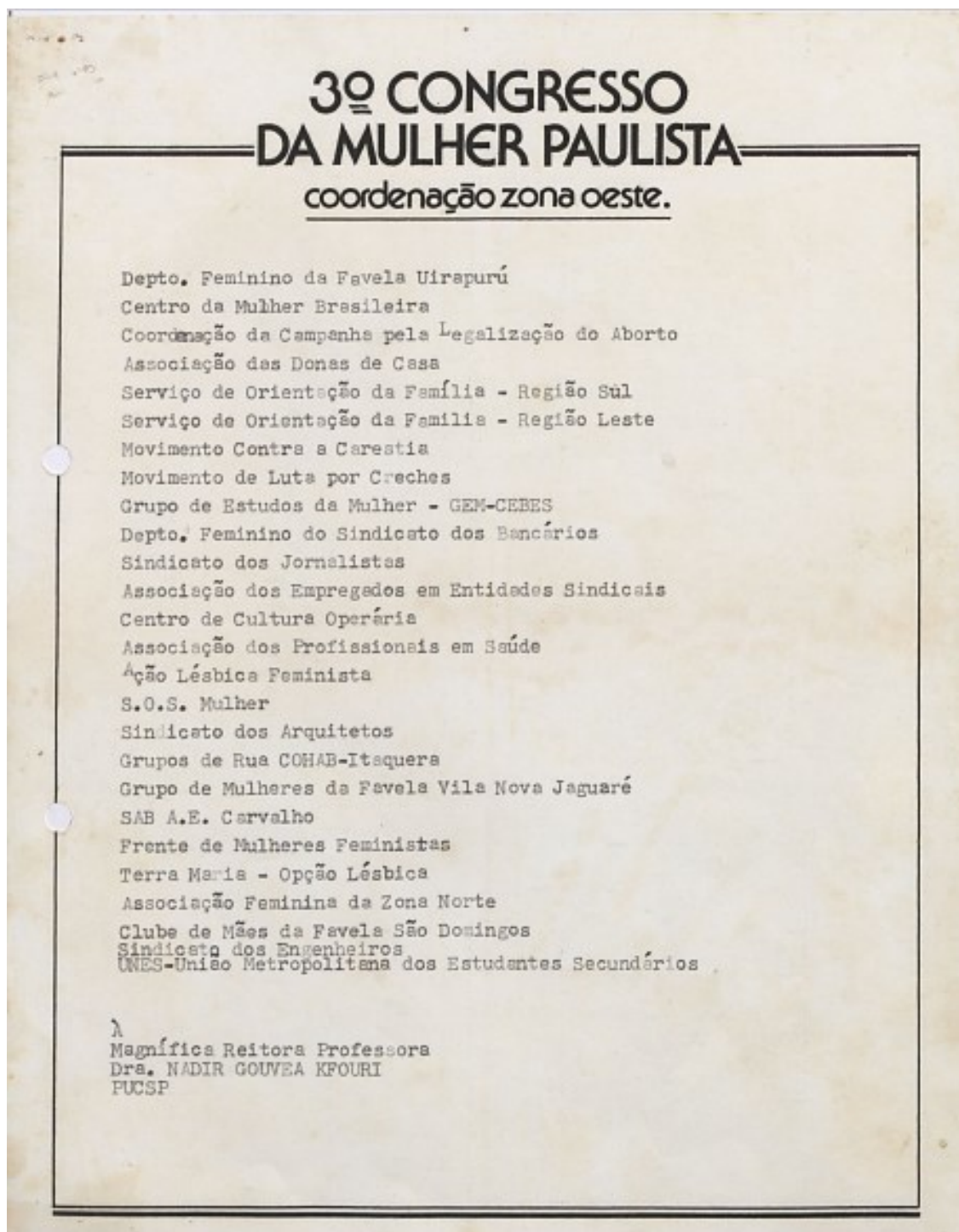
WANE, N. N. Reflections on the Mutuality of Mothering: Women, Children and Othermothering. **Journal of the Association for Research on Mothering** 2.2 (Fall/Winter 2000): 105–116.

WEBER, C. **International Relations Theory: A Critical Introduction**. London: Routledge, 2005.

ZALEWSKI, M. 'All these theories yet the bodied keep piling up': theory, theorists, theorising. In: SMITH, S. BOOTH, K. ZALWSKI, M. (eds), **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ANEXOS

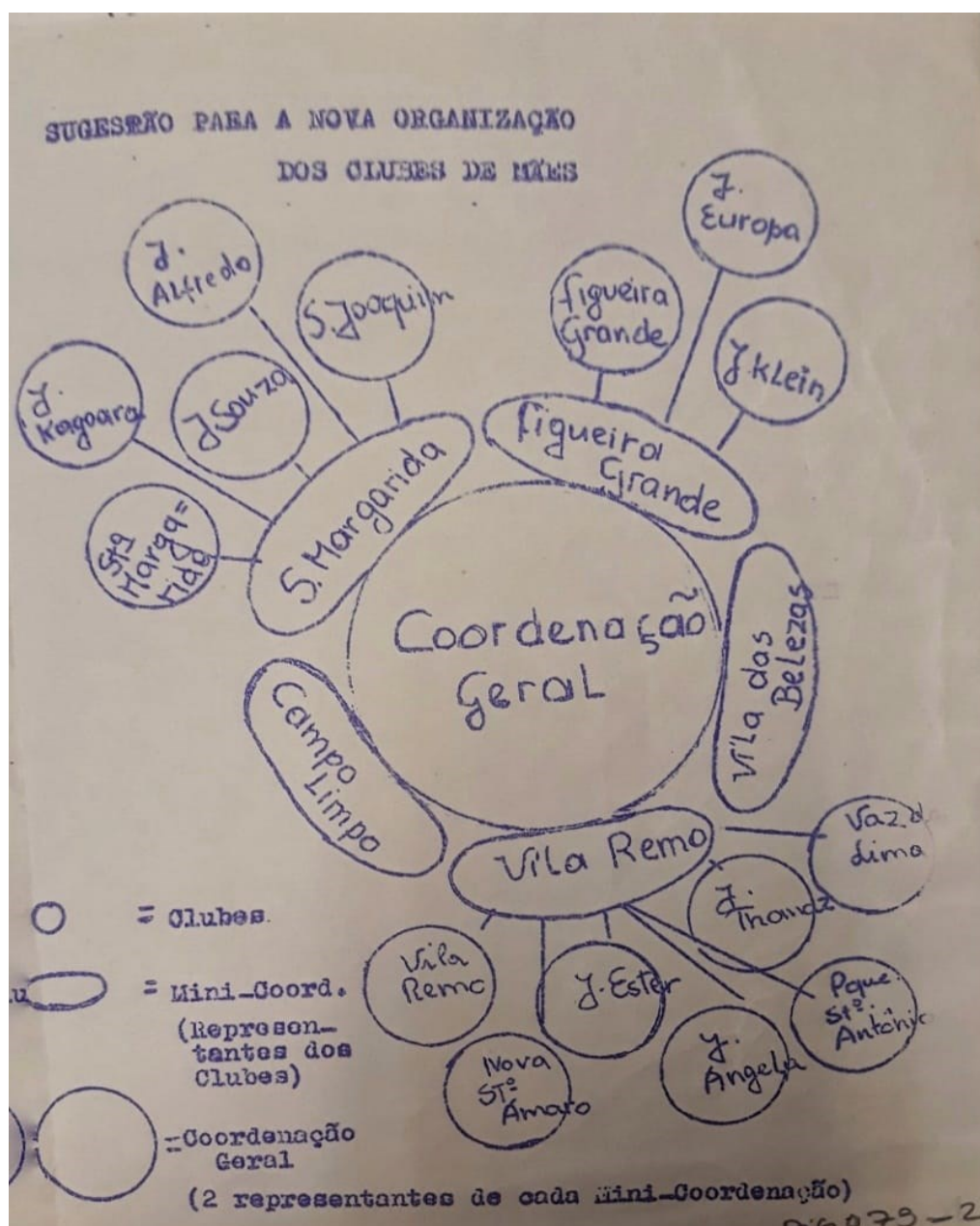
ANEXO 1 – III CONGRESSO DA MULHER PAULISTA



Fonte: PUC -SP ⁷³

73 Disponível em <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/tuca/resistencia-comunidade-externa/iii-congresso-da-mulher.pdf>> Acesso em 25 jan. 2021

ANEXO 2 – SUGESTÃO PARA A NOVA ORGANIZAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES



Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

ANEXO 3 - NOS CLUBES - 1) ALIMENTAÇÃO PERGUNTA 1

2) porque nos nossos bairros têm famílias que não comem o que deveriam comer?

- " Muitos não comem , porque o salário não permite e tem famílias grandes.
- " Mas muitos não comem bem, porque não querem trabalhar, vivem na vadiagem, preferem viver explorando os outros, ou pedir e robar" d.
- " Na favela onde moro, há muitos que não querem trabalhar, mas há também muitos necessitados que ganham muito pouco " d.
- " Muitas famílias não podem comer direito devido ao salário baixo " d.
- " Muitos não comem bem, porque não tem oportunidade de um bom emprego e de um salário melhor"
- " Falta dinheiro e não dá para se alimentar bem " d.
- " Porque não ganha o suficiente para comprar o que comer e o salário é baixo, família grande, aluguel caro e custo de vida alto " c.
- " porque não pode, trabalha muito e ganha pouco " c.
- " as vezes trabalha, mas tem muitas pessoas para comer " c.
- " aquele que ganha, tem que pagar aluguel, roupa, condução, quando chega na comida, não dá. " c.
- " Por ignorancia as vezes compra o que não deveria comprar " c.
- " Tem pessoas que trabalham duro a noite, e o salário não dá " c.
- " porque não se ganha o suficiente" Porque o operário não tem valor no seu serviço
- " O salário não dá para comer bem "
- " Salário baixo e as pessoas por ignorancia comparam luxo de barriga vazia "
- " A maioria das famílias não está em condições financeiras"
- " As pessoas do nosso bairro trabalha trabalha e nunca tem nada "
- " O salário que mal dá para pagar o aluguel de casa não sobra nada para a comida "
- " Depende tudo do salario, que mesmo ganhando mais um poquinho, passa-se apertado"
- " O culpado e o custo de vida que sobe sempre mais e sem cessar, e o salario baixo

Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

ANEXO 4 - NOS CLUBES - 1) ALIMENTAÇÃO PERGUNTA 2

NOS CLUBES - 1) ALIMENTAÇÃO

ABRIL 75

11

1) O que a sua família come? O que deveria comer?

- " feijão, arroz, Verdura e carne duas ou tres vezes por semana. Macarrão duas vezes por semana. Deveria comer carne e leite todo dia, mas não dá" c.
- " Deveria tomar leite e vitamina , mas não dá " c.
- " Verdura e leite mas não todos os dias. Também a carne todo dia não dá " c.
- " A carne é substituida com os ovos " c.
- " Todo dia precisamos de leite, ovos, pão com manteiga, água boa, arroz com feijão, verduras, frutas " c.
- " Arroz, feijão, verduras, carne menos, porque não dá. Deveria tomar todo dia leite, carne, frutas, queijo, e ovos, mas não dá. " d.
- " As vezes a carne é substituida pelo peixe, porque custa muito cara" d.
- " Deveria comer uma alimentação melhor, mais sadia, mas não dá." d.
- " Não é sempre possivel comer melhor, porque não dá " d.
- " é uma casa pobre, mas nunca falta um pedacinho de carne . Sempre uma verdura e nunca falta especialmente para as crianças."
- " Deveria comer carne, verduras, alimentação que deve dar energia ao corpo"
- " Como mais verdura, A carne só uma vez por semana."
- " Acho que todo mundo deveria ter direito de ter boa alimentação "
- " Deveria ter mais legumes, carne, batata e leite "

Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

ANEXO 5 - NOS CLUBES - 2) HIGIENE (SAÚDE) PERGUNTA 2

2) Dê sugestões concretas para melhorar a higiene e a saúde.

"precisaria de mais asfaltamento de ruas, evitar de jogar lixo nos terrenos baldios, canalização do córrego. E preciso uma campanha para matar os ratos" d.

"Se apelando para os poderes públicos para melhorar as condições de higiene, e construir uma rede de esgotos, de água e coleta de lixo. Canalização d. córregos"

"O perigo maior está nos poços que são construídos perto das fossas e as águas são contaminadas. O acúmulo de lixo nos terrenos baldios propicia a vinda de ratos baratas, moscas que são portadoras de moléstias contagiosas" d.

"Temos que fazer uma abaixo-assinado para termos um posto de saúde que sirva para o bairro" d.

"Para comermos bem, precisamos de muita luta e sacrifícios"

"É o prefeito que deve cuidar dos bairros e melhorar a higiene" r.

"Deveria ter um abaixo-assinado para o Prefeito e ter um posto médico" r.

"Deveria ter um abaixo-assinado e um posto médico no bairro" r.

"Deveríamos levar um abaixo-assinado para as autoridades para que eles conheçam a situação do nosso bairro" r.

"Deveríamos reunir a turma, ir ao prefeito e falar com as autoridades" r.

"A gente pode fazer, porque vindo os melhoramentos, a gente paga direito" r.

"Reunir o povo, dar um esclarecimento como cuidar da higiene" r.

"Fazer uma união junto com um abaixo-assinado e colocar este trabalho na mão de quem pode resolver" r.

"Se se fizesse um abaixo-assinado, se conseguiria muita coisa" r.

"O abaixo-assinado dá muita força" reunir o povo do bairro com muita assinatura

"Tudo é um direito que a gente tem, sai tudo dos nossos bolsos. O dinheiro deve voltar para nós em forma de melhoramentos. A gente paga os impostos para isso" r

"Precisaria fazer algum pedádo, alguma reclamação, porque a sujeira não dá" c.

"O lixo das ruas deve ser reclamado na prefeitura" c.

"Deve-se fazer pedidos e cartas, abaixo-assinados e mandar onde se resolve" c.

"Falar com as mulheres e famílias sem higiene, nunca desanimar, sempre lutar" c.

"Sempre ter na cabeça que todos os melhoramentos saem dos impostos que pagamos e então é direito nosso" c.

"As pessoas devem evitar de jogar lixo nos terrenos baldios" c.

Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

ANEXO 6 – RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO NOS CLUBES DE MÃES - CIDADE ADEMAR / VILA PAIVA / VILA CAMPESTRE / J. DAS OLIVEIRAS / JANEIRO 1975

d) Quais os problemas que devem ser debatidos no clube.

"Devem ser debatidos todos os problemas ligados ao bairro e ao mundo de hoje, como escola, custo de vida, ônibus, tudo que tenha relacionamento com a nossa vida, orientação da família e educação dos filhos."

"Custo de vida, salário baixo, datas importantes na história do Brasil e mundial, doenças que afligem o povo, reivindicações do bairro, onde o clube deve assumir, higiene, educação. São importantes, porque conseguiriam consolidar e ampliar o clube, quando as mães acharem nele a solução dos seus problemas e também para aumentar a cultura das pessoas."

"Na minha opinião devem ser debatidos todos os problemas que surgem; as vezes a gente programa uma coisa, e acontece outra bem diferente, que todas são necessárias."

"Todos os problemas da atualidade, a família, o custo de vida. Uma vez que é uma promoção humana, temos que debater estes problemas."

"Devemos debater todos os problemas juntos, porque é juntos que resolvemos os problemas."

e) Atenção constante aos passos de crescimento das sócias.

"Convitando elas a participar das reuniões da última sexta feira do mês, mas até agora nenhuma delas se manifestou... mas vamos continuar convidando"

"Convites as sócias para participarem nas reuniões das voluntárias, fazendo com que elas organizassem e dirigissem as palestras, colocando-as na coordenação de grupos; quanto aos trabalhos manuais fazendo que elas ensinassem para as outras, não dependendo da voluntária, para passar adiante, dando encargo de direção nas festas."

"Nos debates com as sócias vimos o crescimento de cada uma. Para mim cresceu como mentalidade; porém como espírito de serviço, a maioria delas ainda tem uma mentalidade egoísta"

Fonte: Cedem, Fundo Clube de Mães da Zona Sul, acesso em 2020

ANEXO 7 – MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA – SETOR M'BOI MIRIM

MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA – SETOR M'BOI MIRIM

PESQUISA

ABRIL 1979

UM PEQUENO HISTÓRICO DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA:

- começou em 1973, na Região Sul, nos clubes de mães, com uma carta enviada às autoridades.
- foi feita uma pesquisa sobre preços dos gêneros alimentícios e um abaixo assinado em 1975 e 1976.
- no mês de junho de 1976 foi realizada uma Assembléia, com 5.000 pessoas, na Região Sul.
- em 1977 o Movimento cresce em toda São Paulo. É formada a Coordenação do Movimento Custo de Vida, com representantes de toda S. Paulo.
- em 1978 foi lançado o grande abaixo assinado nos vários setores e no dia 27 de agosto, 20 mil pessoas estavam na Praça da Sé para entregarem o abaixo assinado com 1.300.000 assinaturas.
- como as autoridades não vieram uma comissão de 21 pessoas foi até Brasília para fazer a entrega do abaixo assinado. Essa comissão não foi recebida. O abaixo assinado exigindo:
 - Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade
 - Aumento dos salários acima do aumento do custo de vida
 - Abono salarial imediato e sem desconto para todos os trabalhadores
 foi protocolado em Brasília.
- O governo não respondeu às reivindicações do povo e declarou que as assinaturas eram falsas.
- o povo protestou contra essa atitude e realizou, em outubro de 78 as Assembléias das Panelas Vazias.
- Em 1979 o Movimento do Custo de Vida continua. Nos dias 27 e 28 de janeiro foi realizado o 1º Encontro Nacional contra a Carestia, com participantes de vários Estados. Assim a luta contra a Carestia cada vez mais conta com mais gente.

26054-7

ANEXO 8 - ESTADO DE CALAMIDADE: TEM GENTE COMENDO RATO E BARATA

Estado de Calamidade:
**TEM GENTE
 COMENDO
 RATO E BARATA**

A informação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Governo para esconder a realidade da alimentação do povo proibiu sua divulgação, por ser "assunto de segurança nacional". Para disfarçar, disse que rato era "caça" e pó de telha "farináceo".



E o jeito é protestar contra a carestia

Mas o povo sabe qual é a realidade nua e crua, e foi às ruas do Rio e São Paulo protestar contra a carestia e a inflação que, este ano, será de 60%. Está tudo caro, e "pobre só come carne em dia de festa". (Pág 3)

Fonte: Jornal Hora do Povo, ano 1, Rio de Janeiro, de 31/8 a 6/9 de 1979 – N° 1/ Memorial da Democracia (website)⁷⁴

74 Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/imprensa-resistencia>> Acesso em 20 abr. 2021